

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado em Educação**

Lucileide Malaguth Colares

**COOPERAÇÃO E CONFLITO NOS (DES) CAMINHOS DOS ATORES DE
PROTEÇÃO À INFÂNCIA VITIMIZADA**

Rio de Janeiro

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Lucileide Malaguth Colares

**COOPERAÇÃO E CONFLITO NOS (DES) CAMINHOS DOS ATORES DE
PROTEÇÃO À INFÂNCIA VITIMIZADA**

**Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da
Faculdade de Educação da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro em parceria com a Universidade do
Estado de Minas Gerais, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Educação. Área de
concentração: Infância, Juventude e Educação.**

Orientador: Prof. Dr Luiz Cavaliere Bazilio

**Rio de Janeiro
Faculdade de Educação da UERJ
2009**

Lucileide Malaguth Colares

**COOPERAÇÃO E CONFLITO NOS (DES) CAMINHOS DOS ATORES DE
PROTEÇÃO À INFÂNCIA VITIMIZADA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em parceria com a Universidade do Estado de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Infância, Juventude e Educação.

Orientador: Prof. Dr Luiz Cavaliere Bazilio da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em: _____

Banca examinadora:

Professora Doutora Tânia Mara Pedroso Müller

Professor Doutor Paulo Sérgio Sgarbi Goulart

Rio de Janeiro

Dedico esta dissertação aos amigos, pois mais que amigos, são ir mãos em caminhada. Aos meus filhos, amigos muito especiais. Àqueles que, na trajetória da pesquisa, em mim, deixaram um pouco de sua alma e história.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é mais que um ato de gratidão: é reconhecimento por aqueles que, no nosso entorno, de alguma forma, foram mediadores e facilitadores de nossa travessia.

A Bazílio, orientador, mestre e companheiro, que dividiu angústias e dolorosas reflexões durante o trabalho.

Aos professores da banca que, com dedicada atenção se debruçaram sobre estes escritos para uma contribuição que muito acrescentou.

Aos colegas do MINTER pelo ombro, pela escuta e reflexões partilhadas.

A Paulo Sgarbi, pelo carinho, pelo retomar de minha caminhada ao espaço mágico da escrita há tanto tempo silenciado por duras penas. Amigo e irmão.

A Inês Barbosa, mulher guerreira, companheira, amiga, mediadora do meu crescimento e descobertas.

Aos colegas da UEMG, como Maria Cristina e outros que se empenharam em trocas de horários para que eu pude fazer acontecer as idas ao Rio.

Aos amigos outros que muito se empenharam para que eu me mantivesse na maratona das estadias na Cidade Maravilhosa, Gláucia e Jacq, um carinho especial.

A Gilmar, conselheiro, amigo, mobilizador que, equacionou minha estrada para torná-la mais amena e fluida.

Aos que me ajudaram fornecendo dados para a pesquisa, particularmente à direção da APAE de Sabará, aos Conselheiros Tutelares da Zona Sul do Rio de Janeiro e mais ainda, pela séria demonstração de confiança e credibilidade em repassar informações cedendo material de uso exclusivo das instituições a que pertencem.

Agradeço também à Coordenação do Conselho da Criança de Sabará e da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais pelas entrevistas e elucidações concedidas.

A revisora pela sua paciente atenção. A Ana Paula por sua carinhosa tradução.

Ao apoio financeiro da FAPEMIG, às coordenações do MINTER Rio e de Belo Horizonte, propiciadores decisivos ao impulso inicial da pesquisa. A Eneida Chaves, um carinho especial.

A menina estava na escola, aprendendo a ser o que um dia seria plenamente: ela mesma, maior e mais sabida. Era tão alegre que até incomodava. Mas a alegria é assim ruidosa, mesmo se a cultivamos só dentro de nós, nos abafados do coração.

Então, o susto de uma lição nova. Estava sozinha em casa. A mãe, nas compras. O pai chegou. Ela correu feliz, e se pendurou no pescoço dele. Mas, estranhamente, ele não a soltou. Não. E, depois o que fez, ela se viu como uma boneca quebrada. E aí aprendeu que a dor na memória arde mais do que no corpo.

A mãe não notou a verdade em seu rosto, nem ninguém na escola, em parte por miopia, em parte por que a alegria tem muitos disfarces. Achavam que a menina era a mesma. Só andava menos falante.

Quando o pai chegava em casa sorrindo, ou entre outras pessoas, agia como antes, e ela emudecia.

Era seu avesso: uma menina na calada do dia! E aí aprendeu que o silêncio era o seu medo no último volume.

Ele se repetiu outras vezes nela, esmagando, aos poucos, o que restava de sua incômoda alegria.

E já quase sem voz, a menina aprendeu o que era solidão.

Assim estava tão dolorida, tão sem esperança...

Quando, de repente, se inflou de coragem – uma coragem

Que só uma menina triste é capaz de ter. E, então mostrou a todos que reaprendera a primeira e mais difícil lição.

Reaprendera a falar. E falou. Tudo. (João Anzanello Carrascoza, 2004)

O medo e o riso não se opõem. São ramos que nascem no mesmo caule. E há um laivo de medo em todo riso. Felizmente, há também uma semente de riso em toda explosão de horror. (Bauman, 2000, p. 63)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto a relação de cooperação e conflito entre os atores de proteção à infância vitimizada pela violência doméstica, quando em ação conjunta, seja pelas redes sociais ou institucionais. Analisa, de modo qualitativo, a ação geradora de cooperação e ou conflito dos agentes dificultadores e facilitadores acontecida entre os Conselhos Tutelares e Movimentos Sociais das cidades de Sabará e Belo Horizonte. A fala da solidão foi desvendada durante as entrevistas pelos sujeitos investigados, além da indiferença do poder público percebida em muitas das ações verbalizadas. Necessário se fez refletir, para a observação de campo, sobre algumas concepções de violência abrindo-se um capítulo à parte, o que contribuiu para melhor percepção durante análise e entrevistas das crianças vitimizadas por ela. O aporte mais importante desta pesquisa se deu na obtenção privilegiada, para análise documental, da correspondência entre a APAE de Sabará e o Conselho Tutelar do município, pois retratou com fidelidade as ações e as concepções de ambos os atores quando em atendimento. As entrevistas foram feitas nas cidades acima citadas por serem próximas, e ao mesmo tempo diferentes em contextos históricos, sociais, geopolíticos e econômicos. Como suporte de referência metodológica entrevistou-se também os conselheiros tutelares da Zona Sul do Rio de Janeiro que muito contribuíram no entendimento das relações existentes no campo observado. Foram feitas entrevistas semi estruturadas com os dirigentes dos Movimentos Sociais escolhidos, ou seja, a APAE de Sabará e a ONG dos Scolábicos em Belo Horizonte. Para o confronto das falas foram entrevistados os conselheiros das respectivas cidades que lidam diretamente com estes representantes sociais.

Palavras chave: cooperação, conflito, Movimentos Sociais, Conselhos tutelares, solidão, violência doméstica na infância.

ABSTRACT

This research focuses the relationship of cooperation and conflict among the actors to protect childhood victimized by domestic violence when in joint action, either by social or institutional networks. To analyze in a qualitative way of how the action-generating cooperation and/ or conflict of the difficult agents and facilitators happened between Guardianship Councils and Social Movements of the cities Sabará and Belo Horizonte. The speech of loneliness was disclosure during the interviews by the subjects investigated, beyond the indifference of the public power, perceived by many of the actions verbalized. It was necessary to reflect, to the observation field, on some conceptions of violence is opening up in a separate chapter, which contributed to a better understanding during analysis and interviews of children victimized by it. The most important contribution of this research was to get inside for document analysis, the correlation between APAE of Sabará and Guardianship Council of it, as portrayed with loyalty the actions and the concepts of both actors when in attendance. The interviews were made in the cities mentioned above by being close, and at the same time in different historical, social, economic and geopolitical contexts. How to support the reference methodology it is also interviewed the directors of punitive South Zone of Rio de Janeiro that is helped in the understanding of the existing relations in the field observed. Semi structured interviews were done with the leaders of the Social Movements chosen, that are APAE of Sabará and the NGO of the Scolábicos in Belo Horizonte. For the confrontation of the speeches were interviewed the advisers of these cities that deal directly with the social representatives.

Keywords: cooperation, conflict, Social Movements, Guardianship Councils, loneliness, domestic violence in childhood.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1. CAPÍTULO I	20
1.1- Visão genérica da sociedade dita pós-moderna	20
1.2- Mundo diluído, mundo de contornos	26
1.3 - Relações de autoridade e poder na sociedade pós-moderna	29
1.4 - O público e o terceiro setor - uma relação de interfaces	33
2. CAPÍTULO II	38
2.1. A violência, um contexto	38
2.2. A violência doméstica contra a criança e o adolescente – vítimas e algozes?	44
2.3. As faces da violência e os atores de proteção à infância e dos movimentos sociais.	49
3. CAPÍTULO III	53
3.1. E quando a infância foi encontrada	53
3.2. Movimentos sociais – breve reflexão sobre um protagonista decisivo	55
3.3. Políticas de proteção à infância – Conselhos de direito e tutelares	58
3.4. Movimentos sociais e a Educação não formal	63
3.5 - Mais que de política de solidariedade se fala: cooperação e conflito nas instâncias de proteção à infância	66
4. CAPÍTULO IV	70
4.1 A relação com o poder público e uma análise das condições de trabalho dos conselheiros tutelares	70
4.2 - Sob o olhar dos conselheiros: casos analisados da ONG de Sabará e outros atores - Entre o conflito e a cooperação	75
4.3 A fala das ONGs e seu olhar sobre os casos analisados em Sabará e outros dados.	84
4.4 - A fala dos Conselheiros Tutelares pela percepção da escuta : solidariedade.	97
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	106

INTRODUÇÃO

Eu to cansada de tanta fala e pouca gente fazendo coisa. Continuo com fome, continuo sem onde morá, meu filho ta ficando sem leite e o povo dizendo que eu sou adolescente e preciso vim para o conselho ou ficá no abrigo. Lá não faço nada... Eu sei que to sozinha e não acredito mais em ninguém. Esse filho? Do meu padastro. Ele? Sei lá. Do meu filho não largo não, ele vai sim, sê doutor. (trecho da fala de uma adolescente atendida pelo Conselho tutelar da Zona Sul do Rio de Janeiro quando de saída para voltar ao abrigo onde estava e fugiu)

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as relações de cooperação e conflito entre os atores dos movimentos sociais com *fins estatutários*¹ na educação não formal, partícipes da política de Proteção à infância e os Conselheiros Tutelares, quando em ação conjunta com estes atores, nas situações onde ocorra violência doméstica contra esta criança e ou o adolescente.

O que motivou este estudo foram vinte e três anos de vivência em Movimentos Sociais ligados à educação não formal do ensino regular com crianças e adolescentes, deficientes ou não, nas cidades de Belo Horizonte e Sabará, onde me deparei com dolorosos quadros de violência doméstica afetando, muitas vezes de forma irreversível, esta infância das mais diversas camadas populares. Estes casos, ao serem levados aos Conselhos Tutelares, se defrontavam com a visão de agentes públicos advindos da sociedade civil com parâmetros de análise, e poder decisório, baseados no olhar institucional público, agindo de modo arbitrário chegando mesmo à omissão e ao descaso ou à parcialidade de “compadres”. Neste contexto, surgia o conflito com os atores dos Movimentos Sociais, especialistas em educação que por construção ideológica têm postura inversa, visto na maioria dos casos.

Ao analisar esta situação, me vi diante da importância de investigar sobre a inter-relação nos espaços, em situações de cooperação e ou conflito, quando da divisão de papéis movida pela intenção de autoridade e poder destes dois representantes sociais: o dos Movimentos Sociais e o do Conselho Tutelar, relativo a funções não

¹ fins estatutários: refere-se aqui aos fins que constam no estatuto da instituição definindo suas finalidades de ações.

definidas, ou mal definidas que levam a estratégias equivocadas de atenção à infância e adolescência e até a estagnação ou soluções inadequadas no atendimento aos mesmos.

Esta pesquisa vem, portanto, contribuir na análise da ação dos diferentes atores envolvidos nas atividades de defesa ou atenção à criança vítima de violência doméstica, de modo especial, Organizações Não Governamentais - ONG's- com função estatutária educacional quando em atendimento que solicite a ação dos Conselheiros Tutelares no recorte que reporta a difíceis quadros sociais, os quais ferem os direitos humanos e retratam a dolorosa situação da infância e juventude no campo pretendido, inclusive, por todo o país. A relação conflituosa de significantes personagens na resolução do problema acima citado é ação refletida diretamente no quadro de violência contra a criança e ou o adolescente no reduto doméstico.

Os três primeiros capítulos dessa dissertação vêm oferecer ao leitor um resumo/reflexão sobre o tema onde, no primeiro percorro o caminho em uma visão macro da sociedade contemporânea através de autores que refletem sobre as questões sociais da pós-modernidade. Já no segundo capítulo retrato a violência na perspectiva epistemológica, filosófica e sociológica, penetrando no campo do objeto através da análise sobre a violência doméstica contra a criança e do trato sobre ela, dos atores de proteção da infância. No capítulos subsequentes discurso sobre as relações de conflito e cooperação dos atores envolvidos com a temática da violência doméstica na infância e parto para o trabalho de campo na interpretação dos dados levantados.

Crio, desta forma, uma interlocução com autores que trabalham os temas contemporâneos e se filiam a crenças sobre uma sociedade de incertezas e fluida, onde os conflitos herdados da era moderna permeiam de forma contundente, como legado de um período, muitas promessas não cumpridas.

No primeiro capítulo, dialoguei com alguns teóricos que puderam contribuir com reflexões sobre a sociedade contemporânea. Um destes teóricos com quem faço algumas interlocuções é Boaventura Santos que nos remete às idéias de uma sociedade em situação de *board line*, onde a modernidade se mostra com seus paradigmas falidos e outros ainda não identificados, mas notoriamente surgem emergentes. Sua análise epistemológica da concepção moderna de regulação e

emancipação como suporte do conjunto destes paradigmas, visto sob o campo analítico: direito, poder e ciência é parte de minha abordagem. Fica no ar a pergunta que centra sua obra: como subverter a ordem hegemônica da opressão e reinventar os caminhos da emancipação social?

No entanto, como pretender que as relações se estabeleçam dentro de parâmetros de consenso entre o Estado e os Movimentos Sociais na perspectiva ética? Dentro da visão foucaultiana tem-se como certeza uma explicação plausível, mas que ainda suscita uma dúvida: será mesmo possível estabelecer um convívio em consenso, harmônico, onde o desfavorecido, público alvo dos Movimentos Sociais, está ainda sob o cabresto da vontade do poder hegemônico do Estado que detém o conhecimento do outro e sobre este? E, de acordo com Santos (2005, p. 261), mesmo havendo uma possibilidade de regresso do indivíduo ao meio social na reflexão sobre sua subjetividade e papel no mundo com o outro, pode, neste tempo pós-moderno, estar inserido sem ser do mundo, criando possibilidades de subverter a ordem dominante? Já em outro momento Santos apud Gohn (2005, p. 51), afirma que *“a lógica da convivência com as diferenças implica no reconhecimento do outro.”*

As reflexões de Bauman (1999, p. 27) consideradas no capítulo citado, nos remete à análise sobre este outro, aquele a quem consideramos um estranho que se diferencia de nós e é gerado por toda e qualquer sociedade, mas que na verdade, não aceitamos por ser o “estranho”. Viria daí também o conflito gerador do poder entre os dois agentes? Além disso, a visão de um mundo fluido de Bauman nos mostra o desvinculo dos afetos e das relações.

Ainda neste capítulo, elucidando o universo do trabalho, aonde os profissionais se vêm hoje em situação de desvinculo e, portanto, em uma quebra de valores éticos que se corroem, Sennett (2002, p.139) reflete que “o poder exercido sem reivindicações de autoridade” está muito distante da *“ética de responsabilidade própria que caracterizava a velha ética do trabalho”*. O autor ainda questiona, citando Mirandolla, como guiar *“nossas vida nos tempos atuais?”* Além disso, a idéia do fracasso permeia a alma de quem hoje comunga e vivencia o mundo do trabalho de que *“eu não sou bom o bastante”* pois o fracasso não é mais a perspectiva normal apenas dos muito pobres ou desprivilegiados; tornou-se mais conhecido como um fato regular na vida da classe média.

No diálogo com Balandier (1997, p.278) pude perceber “*que a modernidade é uma aventura*”, e que é “*preciso aprender a ser explorador deste tempo, para não lhe ficar totalmente submisso*” onde estaríamos consentindo que nossa impotência diante da vida substituiria “*o poder pelo acaso*”. Vida de contornos e contornos na vida é a concepção de Balandier para a compreensão dos espaços.

A construção do entendimento sobre os Movimentos sociais em Gohn, numa linha cronológica e histórica, além da contribuição de Bazílio (2003) com suas reflexões e clareamentos sobre estas construções, as quais se tornaram suporte gerador das políticas de proteção à infância puderam nortear, nesta linha do tempo, a história da criança e seu surgimento aos olhos indiferentes dos adultos que não as percebiam e quando isto aconteceu, tomou-se como solução recolhê-las em nome do acolhimento cristão. Na verdade, este foi um olhar segregador que ainda vivenciamos em muito na sociedade atual, em propostas de retirar das ruas, crianças e adolescentes no intuito de discipliná-los aos moldes do sistema vigente, sejam em projetos sociais de ONGs equivocadas ou através das políticas públicas, reunindo-as por horário integral sem a infra-estrutura adequada (física, ao docente, ao discente) de acordo com os processos pedagógicos de construção da dignidade humana.

Ainda no primeiro capítulo, o poder é retratado pelo pensamento de Arendt, Sócrates e Foucault onde, na perspectiva deste último, o poder intervém enquanto instrumento disciplinador, de regras normatizantes e rígidas de uma sociedade que acata o vigiar para punir sendo que, nesta perspectiva, a vítima da violência percebe dolorosamente seus reflexos, mas também os percebem, os atores de proteção à infância. Arendt, na análise sobre o poder, o desloca do campo da violência e esta, diante da fragilidade do primeiro, o destrói. A autoridade e o vigor entram como dissociados também da violência, porém nada mais é do que um instrumento despersonalizado na sociedade.

Por outro lado, o poder vigente cria políticas públicas para proteção à criança e à adolescência, após muitas lutas e reivindicações advindas dos Movimentos sociais, mas estes mesmos Movimentos sociais, hoje, se escudam ou entram em conflito contra aqueles a quem escolheram para representar as massas nestas reivindicações, ou seja, os conselheiros tutelares. E a criança, ponta deste novelo, fica muitas vezes sem recursos, impotente diante de ações equivocadas ou

omissões por desconhecimento da parte dos atores sociais.

No segundo capítulo, abro espaço para o tema violência, uma das palavras chave desta pesquisa. Na perspectiva de Arendt, Foucault, Bourdieu, Bauman, entre outros, tento trazer à tona uma temática que, por si só, gera polêmica e controvérsias na sociedade atual, mas permeia todos os lares, seja pela vivência pessoal ou trazida pela mídia. Buscando esclarecer o assunto, porém com olhar no foco do objeto desta pesquisa, busquei refletir um pouco sobre a violência doméstica e suas consequências sociais, patológicas e filosóficas. Por fim, faço uma reflexão do que o campo me presenteou: a solidão verbalizada por todos os atores sociais vista sob o olhar da autoridade/subalterno – solidão. Uma solidão que pode também ser permeada pelo encontro consigo mesmo na reflexão do cotidiano.

No terceiro capítulo abordo o tema da relação entre os conselheiros tutelares e atores sociais, onde o protagonista decisivo para a construção das políticas de proteção exerce um papel de fundamental importância fazendo nascer o Estatuto da Criança e Adolescente depois de exaustivas discussões e lutas a nível mundial. Os conselhos de Direito e tutelares passam, então, a existir iniciando sua trajetória no campo social e jurídico, em defesa a esta infância ainda não plenamente compreendida.

O quarto capítulo trata da interpretação dos dados de campo e buscou compreender as relações existentes de cooperação e/ou conflito entre dois atores advindos da sociedade civil que cumprem papéis sociais diferenciados na ação das políticas de proteção à infância: conselheiros tutelares e representantes das ONGs educacionais. Procura-se entender, portanto, quando estes dois atores interagem para possíveis soluções e auxílio efetivo nos quadros de violência doméstica contra a criança e ou adolescente.

Ao longo do processo de pesquisa fui surpreendida com uma vasta documentação elaborada/expedida pela ONG investigada (de Sabará) que me permitiu reconstruir uma trajetória de (des) caminhos dos personagens envolvidos.

Esta pesquisa utilizou abordagem qualitativa por se apresentar como uma tentativa de compreender detalhadamente os significados e características situacionais apresentadas pela investigação. Para tanto, buscou cruzar os dados obtidos em

todas as fases: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, esta, abrangendo a análise documental, a observação, as entrevistas, assim como a análise dos dados.

Considerando-se o critério de classificação de pesquisa proposto por Minayo (1997), quanto aos fins e quanto aos meios, tem-se:

a) Quanto aos fins – trata-se de uma pesquisa exploratória, pois não se verificou a existência de estudos que abordem o tema proposto do ponto de vista pelo qual a pesquisa tem a intenção de abordá-lo.

b) Quanto aos meios – 1- pesquisa bibliográfica: parcialmente apresentada nos três primeiros capítulos

2-documental: processos, correspondências e pastas de alunos fornecidos pela ONG de Sabará, dos processos do conselho tutelar do Rio de Janeiro, do material de divulgação do Conselho Tutelar de Belo Horizonte.

3- e de campo

Assim, o trabalho aqui apresentado foi construído com as seguintes características e instrumentos no campo:

1- Como pesquisa bibliográfica recorreu ao uso de material acessível ao público em geral, como livros, artigos, revistas e pesquisas já publicadas.

2- Documental, que de acordo com Lüdke (1986), a análise documental pode-se constituir de uma técnica valiosa utilizada na pesquisa qualitativa, seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. E, segundo GIL (2002, p. 87), é uma pesquisa que vai desde a determinação dos objetivos, localização das fontes, obtenção do material até construção lógica e redação do trabalho.

Esta pesquisa fez uso de documentos técnicos dos arquivos das instituições propostas, não divulgados ou disponíveis para consultas públicas, tendo sido revelados, de modo privilegiado, somente para a exeqüibilidade dos objetivos da mesma.

Estes documentos seguem uma cronologia temporal própria, formatada como relatórios e ou ofícios feitos pelos profissionais que atendem às crianças da instituição denunciante. Relatam com precisão, as situações que ferem os direitos da infância previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - e aos

direitos humanos internacionais.

Esta correspondência seqüencial foi um precioso instrumento de análise e de modo privilegiado (repito) se deu a obtenção de permissão da leitura dos mesmos, pois a diretora da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE - viu nesta pesquisa uma possibilidade de uma “luz no fim do túnel”, depois de apresentada, segundo ela, em ter no município uma discussão maior sobre o tema, talvez até mesmo através de um Fórum de discussão envolvendo Conselhos Tutelares e outros atores envolvidos na política de proteção à infância.

Os documentos caracterizados como técnicos tiveram a seleção pela pesquisa das pastas dos alunos de correspondências entre ONG e Conselhos tutelares, levando em conta a relação de cooperação e conflito, quando se fez presente, para cruzamento dos dados.

Outro material analisado foi o utilizado para palestras dos conselheiros em escolas, associações e ONGs de Belo Horizonte. Este material retrata um cuidado quanto a demonstração e ao conhecimento do ECA por parte do Conselho e do papel dos conselheiros nas ações de proteção à infância. Analisou-se, a partir daí, quando estas ações não coadunam com os relatos das ONGs na parceria com os conselhos relativamente às ações dos conselheiros.

3.1- O trabalho aconteceu nas cidades de Belo Horizonte, Sabará e Rio de Janeiro. Sendo assim, a investigação empírica propiciou uma ação junto aos Conselhos tutelares de Belo Horizonte, onde a visão e cultura de uma grande metrópole é agente influenciador das ações dos atores envolvidos. Escolheu-se também a cidade de Sabará por ter as características interioranas, apesar de próxima da capital, seu contexto histórico e cultural é outro e serviu para ser um dado de compreensão entre os universos da metrópole e dos municípios que lhe são próximos, mas que não sofrem sua influência quanto a políticas públicas, pois se fecham em propostas específicas e autônomas conforme o Estado de Direito. Optou-se, portanto, em fazer primeiramente o trabalho de campo em local de maior viabilidade e onde houvesse exeqüibilidade.

Os locais inicialmente escolhidos foram uma ONG (a APAE do município) e o Conselho Tutelar da pequena cidade de Sabará que hoje conta com 115.000 habitantes, aproximadamente, em todo o seu âmbito. A escolha pelas ONGs que

têm como fim precípua a educação não formal como meio e fim nas ações relativas à infância, se deu para entender a relação dos atores, ou seja, os movimentos sociais, que mobilizaram e exigiram a efetivação dos conselhos de direito e tutelares objetivando a melhoria das políticas de proteção à infância e que, no presente momento, têm questionamentos quanto à ação efetiva destes conselheiros e da política de ação dos conselhos sob o olhar educacional.

A educação tem sido proclamada como uma das áreas-chave para enfrentar os novos desafios gerados pela globalização e pelo avanço tecnológico na era da informação (GOHN, 2005, p.7)

Neste cenário, observa-se uma ampliação do conceito de educação, que não se restringe mais aos atos processos de ensino-aprendizagem no interior de unidades escolares formais, transpondo os "*muros da escola para os espaços de casa, do trabalho, do lazer, do associativismo*" (GOHN, 2005, p, 7).

As ações de denuncia feitas pelas ONGs educacionais selecionadas são relativas aos casos de violência doméstica contra esta infância.

Se esta investigação tenta entender a relação de conflito e cooperação entre os dois segmentos que lidam com a infância em casos de vitimização desta pela violência doméstica, houve necessidade de delimitar o foco de modo progressivo (LUDCKE; ANDRÉ, 1986) e formular questões que pudessem contribuir com esta meta. Levantou-se, junto aos dois segmentos, as seguintes formulações que serviram de base para a entrevista não estruturada junto aos conselhos tutelares e as ONGs: a) Como é a relação do conselho tutelar com a comunidade em torno? b) Trabalham em rede? c) Disponibiliza relatórios à comunidade principalmente às ONGs denunciantes? d) A ONG acredita na efetividade das ações dos conselhos? e) A ONG convida o conselho para conhecer e participar de seus eventos internos? f) A ONG tem o conselho como parte de sua rede de ação? g) Ambos os segmentos têm reuniões periódicas para discutirem os casos em comum através de seus profissionais?

3.2- Além do lócus específico foi feita uma investigação nos órgãos representativos da infância como a Secretaria de Desenvolvimento e Ação Social no departamento de coordenação de apoio à criança e ao adolescente do Estado de Minas Gerais, e ao Conselho municipal da criança e adolescente do município de Sabará como

objetivo de delimitar o foco ampliando o entendimento do problema (o que justificou esta última escolha foi o Conselho Tutelar de Sabará ter fechado as portas em sinal de protesto pelas condições de trabalho e infra-estrutura inexistentes). As pessoas investigadas nestes locais foram o superintendente da criança e do adolescente do Estado e a presidente do conselho municipal.

3.3- Quando das entrevistas no campo, a escolha foi pelos gestores das ONGs, os conselheiros dos conselhos selecionados dos dois municípios, com alguma da APAE de Sabará atendida regularmente pelo Conselho tutelar (que relata à gestora desta, com frequência, suas experiências de idas ao Conselho), além da estratégia de entrevistas com os conselheiros da Zona sul do Rio de Janeiro. Também entrevistados, como já dito anteriormente, por fazerem parte do processo de investigação, o representante da coordenadoria de apoio à criança e ao adolescente para levantar se haviam informações estatísticas sobre o índice de violência contra a infância, de onde partiam, em maior índice, as denúncias e se a coordenadoria tinha registros de quais ONGs mantinham relações de parceria com conselhos na grande Belo Horizonte, e a presidente do Conselho Municipal da criança de Sabará como explicitado acima.

As entrevistas foram realizadas com o objetivo de gerar hipóteses visando promover um maior conhecimento sobre o problema da pesquisa em perspectiva. Algumas foram gravadas, outras não foi permitida a gravação, mas somente o registro das anotações e, em algumas, só pôde ser utilizado o caderno de notas para serem transcritas imediatamente ao término da visita ao local. Depois de todas as transcrições, foram feitas as análises, relacionando-as com todos os processos investigativos.

3.4- Recorreu-se também à observação por permitir ao investigador um contato mais direto com a realidade, observando a partir do problema proposto, dados comportamentais dos indivíduos observados que não poderiam ser obtidos através da entrevista. Esta se caracteriza como observação participante que, de acordo com Minayo (1997), se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em suas próprias concepções. Este instrumento de coleta de dados foi realizado dentro dos conselhos tutelares de Belo Horizonte e Sabará e foi feito um diário de campo para triangulação dos dados. A observação também ocorreu no campo

estratégico do Conselho da Zona sul do Rio de Janeiro.

3.5- Como suporte referencial metodológico, o Conselho tutelar do Rio de Janeiro da Zona Sul, serviu para o processo de construção do entendimento do problema por possuir profissionais que, por uma situação privilegiada da pesquisadora, tiveram com ela uma relação informal e de desejo de colaboração para compreensão do universo dos conselhos tutelares, mas como não foi o lócus principal escolhido para investigação, lá foram feitas entrevistas semi estruturadas com os conselheiros e observação de campo participante durante três meses, sendo que foi utilizada uma semana por mês para acompanhamento dos casos juntamente com os conselheiros, e nisto foram base de referencial da análise. As conversas que nortearam as análises mais significativas foram construídas em ambientes informais, durante o almoço, na volta do lanche ou depois do expediente, fora ou ainda dentro do Conselho.

Procurou-se utilizar desta estratégia de informalidade para que não somente as ações, mas também os fatores emocionais, filosóficos, relacionais pudessem vir à tona e a compreensão das relações internas no Conselho norteasse as relações externas dele com o em torno. Do mesmo modo, as entrevistas feitas na APAE de Sabará e dentro da ONG de Belo Horizonte buscaram o mesmo fim. Nos conselhos tutelares de Belo Horizonte se deu o mesmo procedimento, além de se ter um conhecimento prévio pessoal com alguns conselheiros por terem sido alunos da pesquisadora.

1. CAPÍTULO I

UMA SOCIEDADE POR AMOR

1.1- Visão genérica da sociedade dita pós-moderna

Conta a lenda que um capitão de um enorme navio havia sido convidado a receber uma grande honraria em terra firme, oferecida pelo rei local por sua bravura em defesa do reino.

O capitão teria que levar com sig o seus oficiais e (o rei muito democrático) convidou também todos os marujos. Mas quem ficaria para guardar o valoroso navio? Escolheu então, um de seus mais fiéis homens e deu a ele a incumbência de ser o guardião. Imbuído de disciplina e enorme senso de responsabilidade, além de sentir-se honrado com tamanha distinção, o marujo viu seu capitão sair do navio e dirigir-se ao poderoso reino que o esperava.

O tempo foi passando e, já no quarto dia, o céu anunciou uma tremenda tempestade. O mar revoltado, as nuvens negras, o vento avassalador, tudo ameaçava, mas nada seria capaz de demolir o corajoso marujo de sua incumbência. Porém, o destino reservava uma surpresa. A fúria daquela tempestade era maior do que se podia prever, mesmo para uma embarcação tão robusta, e, quanto mais o marinheiro lutava, mais o temporal vencida.

Vindo de algum lugar bem no centro daquele verdadeiro furacão, saiu um raio gritante e feroz que atingiu a proa e o mastro central destruindo e dividindo ao meio toda aquela estrutura flutuante.

O nosso personagem foi tão feroz quanto o vento, tão bravo quanto o trovão, mas suas forças eram bem menores e ele sucumbiu caindo ao mar vendo seu precioso navio afundar. Antes, porém, segurou firmemente em uma corda que lhe veio às mãos e a um pedaço do mastro.

Passou toda a noite, e mais um dia, preso aos restos do mastro e à corda que lhe servia de amparo. Quando o sol, já a pino, começou a lhe queimar o rosto exausto do segundo dia, desmaiou. Uma areia fresca e uma água morna o acordaram. Viu -se em terra. Com o olhar perdido, desgastado, firmou a visão e percebeu ao longe uns restolhos do que deveria ser o velho e grandioso navio. Ficou arrasado. Ainda tinha, agarrado ao corpo, a corda protetora e um pedaço do velho mastro. Ajoelhado, não teve forças para se levantar e ali ficou por uns minutos até alguém bater-lhe a mão no ombro o fazendo voltar á realidade.

Moço, ô moço. O senhor tá bem?

Moço, eu vi quando o senhor chegou feito um peixe morto vindo do mar. Fui a casa correndo pegar esse cobertor e a gora to aqui querendo lhe ajudar.

Ajudar? Como? Ninguém pode mais me ajudar. Perdi o navio. Perdi tudo. Meu capitão não vai mais confiar em mim. Não tenho mais nada a fazer nessa vida.

Ué! Como assim?

Não entende homem de Deus, eu perdi a única coisa que e u tinha de importante. Não tenho mais para onde ir, e olhando o navio ao longe se prostrou na areia, segurando com força o resto da corda e do mastro esfacelado. Corpo caído, a própria expressão do desalento. Nada valia a pena! Nem mesmo quando se luta tant o, não se consegue. Não vale mesmo a pena lutar (pensava o desalentado).

Como não tem para onde ir moço? (E segurando os ombros do pobre, o fez levantar -se e virar-se). Olhe moço, o senhor pode ter perdido o seu navio, o senhor pode não ter mais o mar para viver, por enquanto, mas o senhor tem pela frente, um continente inteiro.

E o cansado e desesperançado marujo, olhou com toda a atenção que a visão lhe permitiu e viu uma terra inteira a conhecer, bastava para isso, somente mudar o querer de seu olhar e o entender de sua razão.

Esta lenda que, de modo singelo tentei reproduzir , ouvi de uma velha amiga. Disse-me ela ser do povo celta e vem bem a calhar com o objetivo deste capítulo, por isso, me lembrando dela, a escolhi para refletir sobre a sociedade pós- moderna com questões que podem levar à esperança que olha de frente a frustração e o caos, para talvez e somente assim, vencê -los. Esperança, na medida em que uma

análise sobre os paradigmas dos autores desta Era, nos possibilitam a discussões e sugestões de e sobre um mundo, onde se possa ter otimismo em relação ao futuro que se confronta com a frustração e o caos, vivenciados por aqueles que vivem em vulnerabilidade social contrastando, assim, com aqueles que lhe usurpam o direito à vida. Pensar na esperança é ter algo para subsistir e se contrapor de forma pungente ao caos e à desesperança que ele (o caos) trás com sigio, mas, para tal, a razão que se apresenta hoje teria que ter um novo modelo e uma nova forma de vivenciá-la. A reflexão e a crítica sobre a razão experienciada hoje denominada por Santos (2006, p. 94) de razão indolente tem seu contraponto com a que ele propõe denominando de razão cosmopolita e, assim, para que tal reflexão tenha fundamentos metodológicos, sugere três procedimentos sociológicos nesta razão cosmopolita: a sociologia das ausências, das emergências e o trabalho de tradução.

Muitas vezes cansados e desalentados, arraigados em nossos conceitos, movidos pela disciplina férrea ou ortodoxias, não nos apercebemos que temos muitos “continentes”, sejam do desconhecido, de culturas diferenciadas, valores que se contrapõem aos nossos, e outros a desbravar, principalmente, quando nossa visão se turva envolvida sob a ótica da razão com a qual a sociedade pós-moderna nos acostumou: a razão indolente, ou seja, ver desvalorizando para desautorizar o mundo que nos cerca, ocultando e dando o descrédito às propostas alternativas (por melhores que se apresentem) das ações sociais que tentam dinamizar os chamados países periféricos ou emergentes em ações sociais mobilizadoras, legitimando, o poder social daqueles que se encontram em vulnerabilidade na sociedade (SANTOS, 2006, p. 93). Assim, para clarear: a razão indolente ocorre, segundo o autor, de quatro formas diferentes: a impotente, a arrogante, a metonímica e a proléptica. A impotente acontece quando não se exerce o pensar por se acreditar que é inútil lutar contra tudo que for exterior a ela própria (determinismo e realismo), já a arrogante se julga livre até mesmo de comprovar sua própria liberdade (livre arbítrio e construtivismo); a metonímica se vê como a totalidade e se apossa de velhos debates entre o holismo e o atomismo. E mais tarde, quando o tema multiculturalismo chegou impondo sua vez, a razão metonímica passou a se ver multicultural deixando de lado os outros saberes que ela despreza ou mesmo ignora (como os orientais ou considerados não filosóficos e

não científicos).

É assim que Santos, entre outros autores, pensam a pós-modernidade. Falando em pós-modernidade, justifica-se sua denominação relatando uma breve história.

Em uma festa, um amigo querido, que é por formação, um filósofo, me apresentou uma pessoa com quem estava se relacionando. Dias depois nos encontramos e eu perguntei pela moça, ele teceu alguns elogios a ela e me veio com essa: “ela é apropriada”. Achei o termo interessante e questionei o que vinha a ser uma pessoa “apropriada”. Ele muito convicto respondeu dentro de suas concepções: “apropriada é aquela pessoa que nos é adequada, mesmo que inadequada em nossas fantasias de ideal. É na verdade, aquela que todos aceitam como a pessoa certa para você, nem paixões, nem ilusões, mas acima de tudo autenticidade ao papel em que se presta” e concluiu categórico: “estou na idade disso” .

Sem a intenção de levantar aqui uma discussão sobre a opinião das relações pessoais de meu amigo que, sem dúvida nenhuma é, no mínimo peculiar, me reporto a Santos (2005, p. 76), quando também considera por adequação apesar da inadequação, dentro de uma perspectiva de ideal, o termo pós-modernidade “*à falta de melhor, é um nome autêntico na sua inadequação*”, e lembra que o modo de produção capitalista mal se constituiu dominante e se extingue, antes mesmo de ter se tornado dominante, levando a modernidade a se entrelaçar com o novo momento, exatamente quando é difícil esta extinção, pois é um processo de superação e de obsolescência. Superação quando muito se prometeu e se cumpriu para além do necessário, enquanto outras ficaram deficitárias em obsolescência. O atual momento, com certeza, deve muito as estas circunstâncias. É o autor português que, ainda nesta mesma análise, complementa de modo impecável “*como todas as transições são simultaneamente semi-cegas e semi-invisíveis, não é possível nomear adequadamente a presente situação*” (2006, p.77). Já Bauman difere pós-modernidade de pós-modernismo; o primeiro termo no significado de uma sociedade enquanto condição humana, o segundo na concepção de visão humana que pode ser gerada ou não da situação pós-moderna.

Pós-modernista significa ter uma ideologia, uma percepção de mundo, uma determinada hierarquia de valores que, entre outras coisas, descarta a idéia de um tipo de regulamentação normativa da comunidade humana e assume que todos os tipos de vida humana se equivalem, que todas as sociedades são igualmente boas ou más... no limite, acredita que não há nada a ser debatido (2003, p.32)

Passaremos, agora com mais propriedade, a designar a pós-modernidade e, o que

é para Santos (2006, p. 95), a sociologia das ausências e sociologia das emergências. Será que esta concepção pode explicar um pouco a sociedade em que vivemos no que concerne ao campo social, em mundo globalizado de cruéis contrastes e diluição da natureza, na atual fase pós-moderna? A primeira, a sociologia das ausências, de acordo com o autor, se move no campo das experiências sociais e a segunda das expectativas sociais. A sociologia das emergências, conforme ele a propõe, anda com maestria na corda bamba entre a esperança e a frustração da realidade, enquanto a sociologia das ausências chama pela mão a carência social para transformar a inexperiência desta em desperdício da experiência social; Santos sugere, então, uma nova visão não fragmentada de mundo e sim uma visão cosmopolita, onde a esperança fica frente a frente com a eventualidade da morte e do caos se tornando forte e lidando, a partir daí, com o concreto, vendo-o em sua integralidade no intuito de vencê-lo.

A proposta de Santos (2006, p.97) para se construir uma nova razão, a cosmopolita, se traduz pela visão do todo fazendo com que se possibilite à sociologia das ausências, que alarga o presente e o acresce do que lhe foi subtraído, por uma visão de razão fragmentada (metonímica), chamando a si a sociologia das emergências (esta estende o presente) e o crescendo do real ampliado às vertentes de possibilidades e expectativas que nele podem se inserir. Esta visão é um rasgo de esperança às inúmeras alternativas que hoje subsistem e resistem como letreiros luminosos a chamar para si soluções possíveis e dignas a todos aqueles que, marginalizados, sofrem com a vulnerabilidade social.

O desafio proposto em relação à razão indolente “*é preciso desafiar a razão indolente*”, traduz a concepção a que chamo de grito mudo (o grito de alerta que se manifesta no silêncio e efetivamente sorrateiro) gesticulado e percebido nas ações quando ele (o grito) se faz presente, ou seja, nas ações advindas dos movimentos sociais, o que leva à reflexão sobre o contexto histórico atual onde a sociedade civil tem se deparado e se torna ator e agente, com os problemas sociais de forma cada vez mais crescente (GOHN, 2005, p. 71).

De modo paradoxal, as novas tecnologias, a comunicação via satélite, entre outras facilidades do mundo globalizado vêm tomando espaço nesta era pós-moderna se contrapondo à violência, ao desemprego, populações vivendo nas ruas, fragmentação cada vez mais crescente do serviço público comprometendo a

qualidade e o respeito ao humano, destruição do patrimônio histórico e das áreas de preservação ecológica e hídricas, além da desvalorização da cultura tendo como consequência imediata a exclusão social via aumento da pobreza (GOHN, 2005, p.14)

Os ausentes, que a razão do poder hegemônico relega ao ostracismo, emergem com grito mudo e braços poderosos em movimentação, conseguindo transformar a obscuridade que até agora foram colocados em palcos iluminados com efetividade de produção alternativa em prol da vulnerabilidade social, dilatando assim o presente (SANTOS, 2006, p.105).

Mas será que o sentido de toda esta movimentação é claro para aqueles que são os atores sociais? E se este sentido não é claro na perspectiva temporal de futuro onde a incerteza de um mundo melhor é uma nuvem ainda obscura? Qual será o sentido por um mundo melhor? Através da emancipação ou das lutas pela emancipação social? As ações são mantidas na prática discursiva e o tema da emancipação é sustentado “*como um ideal para os outros seguirem*” (GOHN, 2005, p.32). A emancipação real é, ainda segundo a autora, uma busca da autonomia dos sujeitos. A emancipação no âmbito da autonomia só pode ser construída com clareza e visibilidade levando à dimensão comunicativa de “*reunir informações e disponibilizá-las, como parte de campo ético*” (GOHN, 2005, p. 33) e, para reunir informações, é necessário que este sujeito tenha o sentido claro do que quer e para onde pretende caminhar por si e pelo coletivo, nesta sociedade de hoje.

Ampliando a idéia sobre o termo sentido para melhor nos inserirmos no contexto atual, tentamos compreender o que Gohn (2005, p.17) nos traz sobre este termo. Sentido é direção, diretriz que conduz a desdobramentos, ao significado e ao conceito de algo que se define para o sujeito que é participante das ações coletivas. Os significados, segundo ela, são aprendidos e apreendidos, “*socializados, confirmados, testemunhados por aqueles que se defrontam com o outro.*” Uma ação social exige que o sujeito decodifique o significado do que está vivenciando, determine o universo simbólico defendendo ou rejeitando e criando, a partir daí o seu referencial de ação e, quando se desvelam os significados, os sujeitos se sentem estimulados, motivados e imediatamente geram respostas de ação social pelo coletivo. Quando os significados são colocados a descoberto produzem estímulos e respostas discursivas, ações gestuais ou coletivas, ou

movimentos, criando-se então processos identitários que passam pelo reconhecimento levando à identidade e esta dá sentido às ações Gohn (2005, p.31). Para uma participação efetiva de um sujeito, dentro do sentido a que se propõe, ele tem que decodificar o significado para que possa encontrar seu referencial, e tudo isto ainda acontece de modo instantâneo, no campo mental, onde suas experiências pessoais o levam e, a partir daí, recupera e resgata registros intrinsecamente absorvidos dentro dos movimentos sociais a que se insere, dando força a eles, mobilizando-os. O sujeito que sai das ações emergentes na perspectiva coletiva, inserido no mundo que o cerca com propostas alternativas, vislumbra, a partir daí, a esperança que, então, lhe penetra na alma (GOHN, 2005, p.32); no segundo capítulo abordarei este tema com maior propriedade. E, em tão, faço minhas as reflexões/desabafo de Bazílio (2003, p. 107)

A história humana tem sido marcada pela destruição e pela Barbárie. Mas o que torna difícil a escrita é o clima de dúvida que a circunda .

O que torna difícil é saber, e este saber dificilmente sai de nós fazendo o pensamento vagar entre o que vale a pena viver e o quanto, apesar de tudo, ainda vale viver.

1.2- Mundo diluído, mundo de contornos

“*Fluidez é a qualidade de líquidos e gases*”, assim Bauman (2001, p. 7) inicia seu livro “Modernidade líquida”, mas o que o conhecido sociólogo polonês chama de fluidez na sociedade moderna? Na Modernidade havia padrões pré -determinados que eram seguidos por toda a sociedade que, rígidos, faziam a vida das pessoas. Hoje, em um mundo de incertezas, o permanente é efêmero e escorre por entre os dedos, como também se esvaem conceitos, valores, relações. O autor dedica suas análises, em específico, para pensar esta questão através de cinco conceitos fundamentais da história humana; a emancipação, a individualidade, o tempo/espaço, o trabalho e a comunidade. Neste tópico, vou levantar um pouco de

cada um deles além de algumas análises de outros autores, tendo, nas contribuições de Balandier (1997, p. 278), o que ele chama de contorno, ou seja:

É preciso aprender a ser explorador deste tempo, para não lhe ficar totalmente submisso e consentir em uma impotência que substituiria o poder pelo acaso.

Mobiliza-se, na verdade, e também, a sociedade civil por suas ideologias, valores, historicidade cultural, entre outros. Ora, se tal acontece, o sentido que o sujeito tem da própria história o faria mobilizar inclusive o tempo para dominar sua própria história, mas o que a realidade tem demonstrado é que o tempo não lhe pertence, o homem *“oculta o tempo e faz dele uma dimensão escondida do social”* (BALANDIER, 1997, p. 277). Teme o tempo parado e o tempo em movimento, como teme a ordem e a desordem, a primeira, com o tempo parado pode gerar a morte, a segunda, com o tempo em movimento pode trazer o caos (BALANDIER, 1997, p. 275). E, então, como resolver esta questão, ou ela se lhe apresenta já sem solução? Contornar as ações entre o poder e o tempo, compreendendo que um e outro são aliados poderosos e indissolúveis; esta é, talvez, a chave de tudo (BALANDIER, 1997, p. 275). Este sujeito, na visão de Santos (2006, p. 94), pode suplantam a ordem hegemônica possibilitando uma outra razão para o seu proceder, mas se ele não domina aquilo que o movimenta; como enxergar, então, uma saída? Se o controle sobre o tempo lhe escorre por entre os dedos e o homem da pós-modernidade se vê na descontinuidade das relações e do mundo que o cerca (BALANDIER, 1997, p. 248-249), este homem pode se descobrir como um estranho no tempo, completamente atemporal e, ainda na perspectiva do autor, como *“navegadores do espaço em estado de gravidade”* (p. 249). A banalização dos acontecimentos pela mídia ou pelo movimento natural da dinâmica da vida atual em suas incertezas faz com que este sujeito *“nutra das contradições”* o imaginário do tempo, advindo de diferenciadas formas, seja tanto do individual quanto do coletivo (p. 249).

E o quanto este não controle do tempo influencia a vida humana? Não consegue estabelecer uma relação de domínio sobre o tempo e com isto não faz dele *“um dos agentes da ação política”*, não sabe dissociá-lo da vida cotidiana para saber controlá-la e, mesmo os que são os soberanos, que dominam o outro, servem ao tempo

(BALANDIER, 1997, p. 250). E, nessa instabilidade, esse homem caminha diluído entre o tempo que não controla e a vida que se faz fluida. E foi este mesmo homem que criou este tempo na modernidade, e o montou na história e na reflexão de Bauman (2001, p. 129):

A modernidade é, talvez mais que qualquer outra coisa, a história do tempo: a modernidade é o tempo em que o tempo tem uma história.

O tempo não é controlado pelo homem, mas tem intrínseca relação com o espaço nos tempos atuais. A conquista do espaço “*veio a significar máquinas mais velozes*” (BAUMAN, 2001, p. 16), acelera-se o tempo para se conquistar o espaço e ampliá-lo. O espaço se tornou objeto de valor, enquanto o tempo, seu instrumento. Porém, também o espaço se torna incômodo quando nos sentimos vulneráveis nele, seja na fragilidade ou na hegemonia social. Quando o espaço não nos é próprio, quando não viemos dele ou pertencemos a ele, é um espaço vazio, isto é o que acontece com o olhar daquele que nunca conviveu com a vulnerabilidade social, ela se torna um espaço vazio, e o vulnerável social, um inexistente ou alguém para se “neutralizar”, (Bauman , 2001, p.16)

vazios, são os lugares em que não se entra e onde se sentiria perdido, vulnerável, surpreendido e um tanto atemorizado pela presença de hum anos

E, mais ainda, a pós modernidade trouxe uma nova concepção de ilha, a humana, a ilha da subjetividade, descrita por Santos (2005); um arquipélago que entre si combina as mais variadas formas e circunstâncias, tanto a nível pessoal quanto coletivo. Na verdade, nossa subjetividade tem a exclusividade como característica, mas ao montarmos o quebra cabeça social vamos nos dando o direito de combinarmos conforme o encaixe e a necessidade; segundo o autor, do coletivo grupal estamos gerando agora cada vez mais o coletivo da subjetividade.

Em Bauman (2000, P. 59), o mundo fluído, o mundo líquido, que se contrapõe a tudo que é sólido e permanente, e tendo a crença do “fast” e não do “slow”, mas que não permite, paradoxalmente, se colocar fim ao esforço faz do amor algo também líquido nas relações que, se mantém e concebem somente na fluidez, a perspectiva de seu individualismo.

1.3 - Relações de autoridade e poder na sociedade pós-moderna

O individualismo gera a dolorosa realidade vivenciada por aqueles que se estreitam nas grandes metrópoles e em suas periferias, onde, o mais variado nível de pessoas dos mais extremados níveis de vida, de renda, e de condições de moradia são forçados a desempenhar os seus papéis no mesmo cenário (PUTY et al., 1982, p. 82), gerando crises de identidade e sistemas de poder não solucionáveis, sendo um deles, o problema da violência urbana que se faz presente corroendo os mecanismos que poderiam propiciar a consciência subjetiva do cidadão e declarando, a partir daí, a não participação do marginalizado no aparelho institucional.

O poder não age sozinho, ele é como em uma orquestra, onde todos os instrumentos e instrumentistas harmonizados e de comum acordo provocam sons uníssonos, ou seja, o poder não age só de modo individual, pertence a um grupo e, enquanto este grupo estiver unido ele, o poder, se manterá (Arendt, 1985) e, ainda lembrando a fala de Hanna para completar esta idéia, pode-se dizer que alguém está no poder se houver o sentido de esta pessoa estar “investida” do poder que lhe foi dado por um grupo de pessoas para as representar. Se o local de onde originou este poder desaparece, o “seu poder” também se vai. Um homem “poderoso” é um homem repleto de vigor.

Mas o que vem a ser um homem com vigor? Ainda segundo Arendt (1985), é algo que independe de seu caráter. Se um grupo se une para destruí-lo, a força do grupo será maior do que ele pode suportar, pois está vivenciando a solidão do ser forte. O vigor tem algo que incomoda aos grupos, a sua independência. Está na natureza dos agrupamentos humanos voltar-se contra o ser com vigor que tem como característica ser autônomo. Neste jogo, de poder, vence o coletivo contra aquele que lhe foi indiferente aos anseios de dominação e autoridade. E a autoridade? Esta tem como base precípua “*o reconhecimento sem discussões por aqueles que são solicitados a obedecer*”, não há necessidade de uso da coerção ou mesmo da persuasão (ARENDR, 1985, p.18), porém é necessário saber conservá-la e, para tal, o respeito pela pessoa ou cargo é de fundamental importância. Abro aqui um espaço para um exemplo da filósofa alemã explicitando muito bem sobre

autoridade e que vem a calhar com esta pesquisa

Um pai pode perder sua autoridade seja por bater em seu filho seja por discutir com ele, isto é, seja por comportar-se como um tirano ou por tratá-lo como igual. (ARENDR, 1985, p. 19)

Para que a autoridade, continua Arendt (1985, p.19), seja destruída é necessário o desprezo e para sua destruição total, a “*chacota*”. Foucault (1987) impecavelmente contribui quando manifesta que há necessidade de desvalorizar para desautorizar.

E o poder na concepção do autor francês? O poder é como instrumento de “*duas grandes descobertas*” do século XVIII – progresso e gênese dos indivíduos agentes de novas técnicas desse mesmo poder e, segundo ele, “*uma maneira de gerir o tempo e torná-lo útil, por recorte segmentar e seriação, por síntese e totalização*” (Foucault, 1987, p. 29). Em uma dualidade de ações do macro e da microfísica do poder é possível mais que reinventar a história, mas integrá-la a uma dimensão temporal, unitária, que se sobrepõe cumulativa no controle e na praxis das dominações.

O poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um grupo, classe ou do indivíduo sobre os outros (Foucault, 1987) está em toda parte, não é fragmentado entre aqueles que o têm e aqueles que são submetidos a ele. Adestrar é disciplinar, disciplinar é dominar, dominar é ter sobre o outro o poder. Sujeito disciplinado dentro de regras normalizantes não provoca ações que interfiram no poder vigente a não ser que se retire das normas estabelecidas sabendo como contorná-las (Balandier, 1997), porém, o dominador domina por que sabe sobre e com o poder, segundo Foucault (1987).

O saber aí se insere como instrumento estratégico para o fim da dominação e Foucault (1987) nos apresenta que o poder e o saber não se separam, o que nos leva a refletir que: se o poder tem como instrumento o adestramento pela disciplina, e a linguagem do Estado, enquanto aparelho hegemônico, é formada no âmbito hegemônico que este exerce sobre o sujeito de forma organizacional, instituída e disciplinar, e a lacuna que se estabelece entre a sociedade civil e este mesmo Estado se torna algo preocupante e, muitas vezes, insolúvel gerando ações frustradas e desencantadas por parte do cidadão advindo, daí, uma resistência

caótica e violenta ao poder vigente, seja por ações coletivas ou individuais.

Mas, há que se pensar que existem controvérsias sobre a indivisibilidade entre o saber e o poder em Foucault, embora o autor dê ênfase à multiplicidade das formas de poder em circulação na sociedade. Para Santos (2006), Foucault não deixa possível determinar a especificidade de “*cada uma delas e nem a hierarquia entre elas*” e, ainda, Foucault leva “*longe demais o argumento da proliferação de formas de poder*” criando a situação de que ele se torna “*reversível e auto-destrutivo*” (Santos, 2006, p. 124). Sendo que, se ele (o poder) está em toda parte, não está em parte nenhuma. Santos ainda acrescenta que é necessário descobrir uma via alternativa entre a concepção liberal e a foucaultiana.

Fica, ainda, uma interrogação: sabendo-se que, na visão de Foucault (1987), poder e saber são indissociáveis, mas, com certeza, nos tempos atuais, pela própria circunstância histórica e contextual, questiona-se no campo conceitual das duas palavras se: a divisibilidade não está na prática além do próprio discurso? “*O não dito do poder não se inscreve nos buracos, mas nos relevos, nas saliências*” (BALANDIER, 1997, p. 98); a linguagem do poder deve ser falada “reservadamente”. O mesmo autor sentencia, em sua obra “O Contorno” (1997, p. 101), para que seja economicamente utilizada enquanto linguagem, agindo assim, no inconsciente coletivo. O estranho toma, então, características de inimigo, est e outro que se difere de mim eu não preciso entendê-lo, posso ignorá-lo, e suas ações, quando se sustentam na esperança de emancipação, eu as descarto, e só passo a percebê-lo quando exerce ações produtivas de acordo com o meu querer e com a minha linguagem de dominação subjetiva.

Se neste processo de construção pós-moderna as relações pessoais estão diluídas “*como responder a Pico della Mirandola quando este questiona - como devo moldar minha vida?*” (SENNETT, 2002, p.174) pode-se ir além e perguntar mais: com que ética, sob que poder, sobre qual sujeito? As exigências de lugar já não estão mais no vocabulário da vida moderna e também nas relações de trabalho dentro das empresas modernas. Elas já se colocam como estando em vários lugares do mundo, com um pequeno escritório aqui, uma fábrica acolá, etc. A falta de vínculo e continuidade dá o tom da incerteza e da falta de afetividade, corroendo o caráter nas relações profissionais e chegando à instância das relações pessoais tornando a violência algo natural; a autoridade, na atualidade, se concentra também

nas incertezas. De acordo com o autor

O poder exercido sem reivindicações de autoridade está muito distante da ética de responsabilidade própria que caracterizava a velha ética do trabalho". (SENNETT, 2002, p.139)

Santos (2006, p.125) propõe então: as sociedades capitalistas “*são formações ou configurações políticas*” que se constituem em quatro modos básicos de produção de poder que, a medida que se inter-relacionam, se articulam de maneiras bem específicas. Estes modos seriam geradores de quatro formas de poder estruturalmente autônomas: espaço doméstico, o da produção, da cidadania e por último o espaço mundial, constituindo assim, um bloco de relações sociais paradigmáticas. Estas relações se compõem de elementos tais como: a unidade da prática social, a forma institucional privilegiada, o mecanismo de poder, uma forma de direito e um modo de racionalidade. Assim, Sennett sugere a flexibilidade da rigidez estrutural podendo o indivíduo regressar ao seio social sem o fazer de forma individualista.

De acordo com Santos (2006, p.127), mesmo havendo uma possibilidade de regresso do indivíduo ao seio da sociedade, o sujeito, na relação consigo mesmo, refletindo sobre a subjetividade de seu papel no mundo e com o outro pode, neste tempo pós-moderno, estar inserido, sem ser do mundo no que tange ao aspecto de ser reprodutor da crença do descontínuo do vínculo no coletivo? Santos apud Gohn (2005, p. 51), afirma que “*a lógica da convivência com as diferenças implica no reconhecimento do outro*”, porém este outro é o estranho e sobre este estranho tem que ser exercido o poder daqueles que o detêm hegemonicamente. Bauman (1999, p. 27) contribui também com esta idéia e nos remete à reflexão sobre o outro, o estranho, que se diferencia de nós e que é gerado por toda e qualquer sociedade, mas não o aceitamos por ser o “estranho”.

A partir daí, o sujeito tem nova proposta de visão sobre suas ações. Ele começa a interagir com o poder se contrapondo a este ou se tornando passivo ao mesmo. Mas sempre assim foi?

Se nos reportarmos aos primórdios tempos da civilização grega fazendo um paralelo com o poder em Foucault, na sua fundamentação de que à medida que sei

tenho sobre o outro o poder, para Sócrates: á medida que eu sei que nada sei, tenho sobre mim o domínio do meu próprio ser.

Sócrates, segundo Windelband (1995), foi vítima do rancor dos democráticos contra a ilusão filosófica; Menzel – um estudioso do ponto de vista jurídico - entende da mesma forma, mas se a política advém e sobrevive do poder, o que se conclui que foi a manutenção deste poder instituído que o levou à condenação. E Sócrates, como entendia o poder? Ele percebia como verdade a certeza de que nada sabia e que a ninguém nunca ensinara nada a não ser que não eram sábios como se supunham, não via o saber como poder sobre o outro, mas como o poder sobre si mesmo diante da premissa de nada saber e que, ao conhecer a si mesmo, se dominava.

Sócrates incomodou o poder vigente. Ele era um mediador do outro no questionamento de si mesmo. Um mediador de auto-reflexões diante da própria ignorância. E este fazer refletir a efemeridade da vaidade humana e o quanto é ilusória, gerou a incômoda sensação de perda de poder dos que conviviam na sociedade ateniense. O homem de ontem e o de hoje em uma só ação, e me respaldo em Balandier (1997, p. 269) para corroborar esta idéia:

A movimentação dos costumes mostra avanços acompanhados de recuos, ou seja, revalorizações de modelos supostamente abolidos .

1.4 - O público e o terceiro setor- uma relação de interfaces

Em resistência a todas estas situações de extrema precariedade, a sociedade civil se mobiliza em Movimentos Sociais organizados de acordo com as demandas e, de 1970 (marco desta construção) aos dias atuais, muitas foram as crises vivenciadas por estas organizações. O período pós-ditadura militar assinalou modificações constitucionais que permitiram o crescimento de associações, organizações não governamentais e afins, legitimando, mesmo que precariamente, estas ações da sociedade. O sujeito que vagueia por entre estas ações é aquele que muitas vezes

foi considerado o outro, o estranho. No campo dos Movimentos Sociais, esta construção sobre o outro toma proporções ainda maiores, segundo Marx apud Gohn (2005, p. 63) a sociedade civil não significa “*instituições postas entre a família e Estado,*” como foi concebida por Hegel, a sociedade civil vai estar reduzida ao sistema das necessidades, isto é, à economia capitalista que faz com que as relações se coisifiquem e este outro muitas vezes tenha que recorrer ao atendimento precário do Estado ou ao assistencialismo de equivocados movimentos sociais.

As políticas neoliberais passaram a “desaguar” ao final da década de 90 em “termos de legitimidade” junto às camadas médias e parte das elites e o problema da pobreza, desemprego e a violência urbana “*transferiram a questão social do campo para as grandes cidades*” tomando novo sentido social (GOHN, 2005, p. 78).

Por outro lado, existem hoje, grupos advindos dos legítimos Movimentos Sociais, sejam religiosos ou não que são “aliados naturais do indivíduo” e o Estado auxilia, com seus benefícios, a determinada espécie de indivíduos destes grupos, discriminando outros, selecionando de acordo com sua lógica e criando uma forma de destruir o significado destes segmentos (GENTILI, 1995, p. 54).

A participação do sujeito como um processo de vivência imprimindo sentido e significado a um grupo ou movimento social torna-o protagonista da própria história. O sujeito inserido no mundo é participante de seu tempo (GOHN, 2005, p. 30), mas de que protagonista estou falando? Do sujeito que, em vulnerabilidade social, é inserido nos processos de construção de sua história pela emancipação. Giddens (1989) ressalta que o envolvimento cívico, baseado no apoio mútuo entre Estado e Movimentos Sociais, deve ter o objetivo de estruturar e reestruturar a sociedade onde a pluralidade social e estatal deve estar harmônicas e coadunadas em suas ações; essas ações pedem que os protagonistas tenham suas identidades definidas subjetivamente para a efetividade destas mesmas ações.

Bauman (1998, p. 27) nos remete ao pensamento sobre a figura de George Orwell da bota de cano alto pisando uma face humana. Nenhuma face estava segura caso transgredisse ou violasse e aqueles que se tornam reclusos por transgredirem são considerados os estranhos. A coerção dos uniformes que provoca o mítico do temor, que representam os servidores do Estado e absolve da desumanização. O que pensar então sobre aqueles que sofrem os danos de já se rem excluídos,

vilipendiados por uma sociedade que não os vê como iguais e sim como diferentes por serem desprovidos da possibilidade de se inserirem no mercado e serem produtivos?

Os movimentos sociais são ações provocadas por esta identidade reconhecida no coletivo. De atores, os indivíduos passam a sujeitos re-inventando e re-interpretando o sentido das coisas.

Mas a relação de poder entre Movimentos Sociais e Estado quando em parceria se dá sob quais parâmetros? Sendo que um advém da construção identitária do sujeito e de seu reconhecimento no mundo, provocando suas idéias e princípios para a ação coletiva e o outro legítimo aparelho ideológico formador e criador de sanções e normas?

Em um breve histórico dos Movimentos Sociais no Brasil pode-se perceber que, depois da Carta de 88, o encaminhamento das conquistas obtidas para que viessem a ser implantadas as políticas sociais neoliberais fez com que o Estado aprofundasse seu olhar sobre os agrupamentos que se movimentavam em prol do social. Modificações foram prementes neste período, pois muito do que se fazia na época anterior àquele momento deveria se tornar página virada pós ditadura. Os Movimentos sociais advindos do campo ganharam força, sujeito sóciopolítico do campo que se instalava como, talvez, uma resposta á crise urbana social. A sociedade civil se organizava.

...a sociedade civil “ é uma esfera do ser social, uma “ arena privilegiada da luta pela hegemonia e pela conquista do poder político” (COUTINHO apud GOHN 1999, p. 37)

Mas o que exatamente é o Terceiro Setor? Advindos dos Movimentos sociais, as ONGs (organizações não governamentais) surgem a partir de necessidades específicas de vários segmentos populares sejam: religiosos, ideológicos, culturais etc, formando, então, o chamado Terceiro Setor.

Conceituar o Terceiro Setor está longe de ser uma tarefa fácil, pois é uma ação que tem que ser analisada tanto pelo aspecto intelectual quanto prático, a não ser que o contingente complexo de envolvidos venha a considerá-los uma idéia significativa no seu contexto conceitual. Fernandes (1994, p.122) aponta que, aos que

consideram o Estado como Primeiro Setor e o Mercado como Segundo, resta então, àquele que apresenta as características de ambos, ser o Terceiro Setor; portanto, para o autor, a definição de Terceiro Setor seria aquilo “*que não é público nem privado*”, além de ser de cunho não governamental e sem fins lucrativos (p.124). Atua efetivamente em ações sociais, na busca de benefícios coletivos públicos, ações estas que são consideradas como de utilidade pública capazes de auxiliar o Estado no cumprimento de seus deveres. Genericamente é visto, portanto, como a união conjugada entre as finalidades do primeiro setor e a metodologia do segundo, beneficiando o coletivo (sem ser integrante do governo) e tendo uma natureza privada.

Já Szazi (2000, p. 57) enfatiza a importância do chamado Terceiro Setor e a relevância de sua parceria harmoniosa com as políticas públicas, acrescentando que o modelo neoliberal de Boa Governança deveria ser, sumariamente, a prosperidade gerada pelo relacionamento orgânico e interdependente da economia de Mercado, do Estado e da Sociedade Civil, em que um será o suporte efetivo do outro, ou seja, economia forte, sociedade civil organizada e ambos contribuindo para manter um governo eficiente.

Uma característica a ser considerada é, segundo Gohn (2005, p. 88), que muitas ONGs que formam o Terceiro Setor têm fundamentos humanistas e, como meta, a transformação da sociedade numa perspectiva sócio-cultural de ordem ética, a partir de uma economia que se contrapõe ao mercado capitalista. E que a face inovadora destas ONGs gera soluções alternativas às demandas sociais. Para a autora, as Ongs se especializaram e passaram a trabalhar em redes que a nível local, regional, nacional ou transnacional adquiriam abrangência de redes temáticas que se entrecruzam. Porém, ainda segundo a autora, esta mesma especialização tomou rumos não políticos com discursos diluidores dos conflitos sociais saindo da proposta de inclusão real para integração ao **status quo** vigente (p.90).

Hoje, a responsabilidade social, nova política empresarial, tem experienciado mais e mais uma relação com o Terceiro Setor em sua chamada “filantropia empresarial”, possibilitando uma melhor imagem para si mesma. No terceiro capítulo nos atermos mais ao assunto. Portanto, o investimento em projetos sociais pode estar ligado à eficácia da produção e à lucratividade da empresa (...). (Melo Rico, 1998, p. 37).

E agora, relembro a lenda retratada no início deste capítulo há um continente ainda a desbravar quando o tema é o homem e quando a temática é a desvalorização deste homem então desautorizado. Por sua vez, ele (o homem), o faz com os outros homens como se fossem fragmentos e não todos parte de uma só construção: a raça humana, com suas incontáveis, complexas e maravilhosas diferenças. Reporto-me então, ao antropólogo Balandier (1997, p. 275) mais uma vez: “*não há nada a concluir, toda a conclusão é uma clausura*”.

2. CAPÍTULO II

QUANDO A VIOLÊNCIA ESTÁ EM PAUTA

2.1. A violência, um contexto

A violência é um dos mais polêmicos temas, controverso em sua essência, discutido no seu conceito, e complexo na busca por sua solução, poderia ter aqui a tentativa de ser conceituado, porém Bauman (1998, p.37) auxilia neste processo de construção conceitual:

À medida que se desenvolvem e amadurecem, os conceitos começam a se mover por conta própria e, às vezes alcançam territórios bastante distantes de seu local de origem. Eles vagueiam pelo passado, que os ignorava na época em que era ainda presente.

Dá a impressão de que os conceitos nasceram como plantas, firmemente enraizados no solo e sorvendo suas seivas - mas, à medida que o tempo passou, desenvolveram pernas e principalmente a busca de alimento mais farto e variado.

Assim, o conceito de violência, nos dias atuais, pode se perder em análises vazias se o critério não for baseado na velocidade que hoje caminha o tempo, inserido no espaço que lhe é próprio.

A maioria das coisas que fazem parte da vida cotidiana são compreendidas razoavelmente até que se precise defini-las, e ao menos que solicitados não precisaríamos defini-las. (Bauman 2000, p.38)

Para Bauman (2001, p.131) o tempo é “um parceiro dinâmico “ na união tempo/espaço que pode ser mudado e manipulado independente das noções geográficas, além de uma “ferramenta” para a falta de limites à ambição humana

Nesta percepção sobre a velocidade do tempo se mantém a análise sobre a

dificuldade em conceituar violência. Pensadores da pós-modernidade, como Bauman, onde o *modus vivendus* do universo humano é líquido e se gaseifica na sociedade pós-moderna, nos fazem entender que uma das protagonistas sociais mais discutidas da atualidade, a violência, caminha gasosa e nefasta neste contexto.

Dizer que a violência origina-se do ódio é usar um lugar-comum, e o ódio pode certamente ser irracional e patológico, da mesma maneira que o podem ser todas as demais paixões humanas. (Arendt, 1985, p.26)

O traço do pensamento Arendtiano no que concerne à concepção sobre a violência trás à tona a discussão da dicotomia entre emoção e razão, abrindo o véu para o olhar de que as emoções humanas são inerentes ao homem independente s do que propiciam ou não e, na verdade, “*não é o ódio ou a violência, mas a sua ausência conspícua que constitui o mais claro sinal de desumanização*” (Arendt 1985, p. 26).

Esta desumanização, esta não sensibilidade diante da dor e do medo do outro pode gerar ações de extrema violência, ignorante de sua própria condição ativa e ser, ao mesmo tempo, eficaz contra a vítima. Quando a vítima é a criança esta eficácia é tão nefasta quanto em qualquer outra situação, mas, nos dias atuais, causa maior indignação. A história, porém tem registros tão antigos que até mesmo na Bíblia são encontrados relatos sobre o tema.

O infanticídio tolerado até o final do século XVII é prova contundente desta tolerância, tais como o abandono à própria sorte e conseqüente morte além de um outro tipo de abandono, quando eram deixadas nas portas de instituições de caridade ou domicílios. Os enjeitados eram abandonados em conventos; tal prática criou a conhecida roda de crianças abandonadas que passaram a ser identificados como “os filhos da roda”, ou seja, aqueles que eram deixados nas portas dos conventos - através de uma abertura giratória onde o bebê, ao ser girado para o outro lado- passava a partir, daquele momento a pertencer à Instituição caritativa, que o acolhia sem saber nunca de sua identidade.

Segundo Áries (1981, p.56) em 1868, Tardieu publicou um estudo com crianças que haviam sido sacudidas até a morte e por muito tempo fatos como este foram encarados com normais, banalizados pela constância no cotidiano. A história nos

lembra também que a falta de proteção jurídica à criança foi um ato constante deste cotidiano. Crianças assassinadas, abandonadas, aterrorizadas e abusadas das mais diversas formas marcam o quadro histórico da humanidade. O código de Hamurabi (1728/1686 a.C.) declarava que a punição era o corte de língua do filho que ousasse enfrentar seu pais adotivos revelando que eles não eram seus pais. Da mesma forma o filho tinha os olhos arrancados se acenasse com a idéia de voltar para a casa dos pais biológicos. A mão do filho que batesse em seu pai era decepada, por outro lado o pai que violentasse a filha sexualmente era punido apenas com a sua expulsão da cidade. Em Roma, a lei das XII Tábuas, por volta dos anos 303 a 304, dava ao pai o direito de matar o filho que nascesse deficiente.

A punição física de espancamentos por ferros, chicotes e outros apetrechos era comum no trato diário relativo às crianças, pois era justificada por muitos pensadores como formadora de homens de bem, além das crianças se moldarem de acordo com o desejo dos adultos.

Rousseau (1999, p. 67) teve grande importância na compreensão da infância e de seu significado. O autor afirmava: “*a infância é importante em si mesma e não meramente como um meio para um fim*” e ainda concluía que “*a infância é o estágio em que o homem mais se aproxima da natureza*”. Porém, na velha Inglaterra dos séculos XVII e XVIII, as crianças podiam ser condenadas ao enforcamento, sendo que metade das pessoas que morreram sob esta condenação, neste período, tinham menos que cinco anos.

Hannah Arendt, entretanto, refletiu e contextualizou este tema de forma mais ampla possibilitando a sua compreensão dentro de uma perspectiva filosófica e de outros campos do conhecimento como a educação. Ela percebe a violência como instrumental, desconectada do poder, do vigor, da força e até mesmo da autoridade, fazendo da política palco de compreensão, onde não é nem natural, pessoal ou irracional; mas esta autora é cautelosa sobre o conceito alertando para a falta de estudos mais aprofundados sobre o fenômeno e sobre sua banalização. Nesta desnaturalização, Arendt faz ver que a violência passa a ser despersonalizada pois não possui potencialidade de sujeito, é apenas um instrumental.

alheio ao enorme papel que violência sempre desempenhou nos negócios humanos, e, à primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial. (Na última edição da Enciclopédia de Ciências Sociais, a "violência" nem sequer merece menção.) (1985, p.5)

Não é possível mensurar, porém, a significância da violência para quem já vivenciou os seus processos e tentar conceituar os sentimentos profundos que advieram desses momentos. Refletir sobre ela é emergir o sentido de crueldade e ignorância na alma humana, é perceber, através destas reflexões, que os conceitos se perdem na inconstância e intensidade das ações. Lembrar todo o viés com que nos deparamos cotidianamente perante violências na família e advindas desta, abusos sexuais contra crianças, desrespeito, preconceitos, discriminação, isolamento contra aqueles que não são semelhantes a nós (BAUMAN, 2000) e desvalorização do trabalhador para sua desautorização provocando doenças psicossomáticas e até transtornos mentais definitivos sofridos pela síndrome de Burnout². Mais sério, no entanto, a falta de trabalho ou a oportunidade para ele que se faz presente neste mundo de incertezas por ser tão fluido (BAUMAN, 2001). Essas e tantas outras formas de violência permeiam as nossas vidas, advindas tantas vezes pelas mídias que, como sombras rastejantes, escorregam pelo aparelho de TV, se infiltram debaixo do tapete e sobem sorradeiras pelos nossos corpos se instalando dentro de nossas almas sem que o percebamos, em uma violência simbólica como na concepção de Bourdieu (1975)

A reflexão sobre as variadas instâncias deste tema, perpassa ainda pelo espaço/tempo na percepção do hoje em ruptura com o passado, onde violência tem um outro sentido (ARENDRT, 1985, p. 5). O ontem, era a guerra, e quem saíria vencedor no corpo a corpo. O hoje, na modernidade, na perspectiva vivencial da autora (e ainda na pós modernidade prevalece) são as tecnologias e a dissuasão, onde a guerra da palavra e do poder simbólico da palavra, se aliam aos conhecimentos científicos nas guerras biológicas. Entretanto, a busca do conhecimento no e do cotidiano se dá conforme as ações que se fazem pela necessidade social de acordo com "os praticantes da vida cotidiana" ou seja, o homem e seu entorno no espaço/tempo, este como algo "complexo" que interage a sociedade de modo

² Síndrome causada pelo stress no trabalho ocasionando sintomas de depressão, despersonalização, exaustão emocional e por fim a desmotivação e desistência do convívio social e profissional.

diferenciado segundo a reflexão de Oliveira(2003) apud Sgarbi (2008) para quem muitas vezes

Isto significa dizer que não é possível considerar a existência de um cotidiano vivido fora das estruturas sociais, regras e valores nas quais ele se inscreve. (SCARBI, 2008, p.87)

E, continuando, Sgarbi complementa : “*não parece razoável compreendê-lo fora das ações reais dos sujeitos que nele vivem*” (2008, p. 87). A violência tomou conta do dia a dia através das mídias, assusta e provoca o aumento do medo do sujeito/homem/cidadão, vale, portanto, ser estudada, e até conceituada pelas mais variadas tendências.

O homem carrega consigo o cerne da violência, seja portando tacapes em punho, na agressão ao Outro, na destruição por armas biológicas de cidades inteiras, ou na crueldade verbalizada e acionada pela tortura psicológica dentro do próprio lar, onde a autoridade de um predador mais forte (representado por pai ou mãe, ou representante legal) deixa lembranças profundas em quem lhe sofre a agressão, onde o poder se assenta deixando suas marcas. Porém, diante de todo este mal, o sujeito na pós-modernidade trata a violência banalizando -a como algo corriqueiro no seu cotidiano.

Mas a violência é traduzida afinal pelo poder? Arendt (1985) percebeu que o poder dissociado da violência e desintegrado, propicia a violência, por simples ação da não utilidade da mesma e, é neste contexto de situação - limite, que pode vir a possibilitar as revoluções, mas não necessariamente. Há uma negação do poder pela violência, pois ela não viabiliza o poder e sim o aniquila. É nesta dissociação que Habermas (1980) se baseia para a crítica ao pensamento arendtiano, pois para ele, ela retira o poder de seu lugar, a temática do poder de sua empregabilidade e exeqüibilidade levando-o para o local de sua criação e ação afirmativa.

O poder é um ato inerente em qualquer comunidade política e exige que tal ação seja em conjunto e resulte, através do consenso de muitos, na decisão comum a todos sobre esta ação. O poder pertence a um grupo e desaparece quando este desaparece. Não se trata, entretanto, de uma questão de linguagem, mas de um posicionamento da política. Os conceitos de vigor, autoridade, força são apresentados em sua concepção como sinônimos para Arendt (1985); é

necessário, segundo ela, ter um novo olhar.

No século XX, ainda segundo a autora alemã, houve a consciência mundial da intromissão da violência criminosa na política, como nas guerras (um século de guerras como previu Lênin). Esta consciência, no entanto pode, em contra partida, gerar situações não violentas resistentes à opressão como, por exemplo a desobediência civil, mas também levar a um estado de *pathos*³ ou a um *élan*⁴ que possibilita uma posição a favor da violência e à sua aceitação (Arendt, 1985). Por outro lado, a autora retrata que a violência multiplica com instrumentos tecnológicos fomentadores do vigor individual e que este “*designa algo no singular, uma entidade individual*” (p. 19) e é inerente a um “*objeto ou pessoa*” fazendo parte de seu caráter, sendo capaz de demonstrar a si mesmo o seu valor, mas o diferenciando das outras pessoas.

No entanto, não se pode esquecer que para uma contextualização sobre o tema aqui sob reflexão; Bourdieu (1975) deu importante contribuição ao propor a compreensão e o entendimento sobre a violência simbólica. O olhar de naturalização diante das representações ou idéias sociais dominantes retrata esta noção proposta pelo sociólogo e professor francês. Para que ela sobreviva, agentes e instituições (sobre onde se apóia o exercício da autoridade) a movimentam e sustentam.

A ação do dominador sobre o dominado impondo sua cultura com a aceitação do segundo, relativo às regras, sanções, aliada à incapacidade de reconhecer as normas de direito ou as práticas lingüísticas, reproduzem o sistema do dominador, deixando claro também o condicionamento do sujeito à sua origem social e revelando os processos cognitivos ligados às condições sociais. A herança social sustenta a participação social. O acúmulo de bens simbólicos são vivenciados pelas estruturas de pensamento constituídos do habitus (onde os indivíduos elaboram seus caminhos e mantêm a reprodução social (BOURDIEU, 1975). A violência simbólica é uma ação sutil exercida sobre os indivíduos e com a anuência deles. A violência se instala no patamar dos mais terríveis verdugos.

Enquanto fenômeno, o tema que aqui se aborda, emergiu como uma bandeira de discussão, principalmente neste fim de século, une em suas fileiras, comunidades

³ Pathos- palavra grega que significa paixão, excesso, catástrofe, passagem.(Aurélio)

⁴ Élan - Arrebatamento súbito e efêmero; impulso. Entusiasmo, disposição (Aurélio)

variadas pedindo sua extinção. A segurança é incluída na pauta do dia . A paz é conclamada a ter seu lugar e a educação se torna alvo para ser o agente desta ação. A Educação é chamada a depor como sendo um problema que lhe compete, percebido enquanto uma situação cultural e até dar-lhe a incumbência de educar para a paz.

Há um consenso, nos meios acadêmicos, demonstrado por várias pesquisas feitas, que as causas da violência não são um consenso e nem tão pouco o fenômeno em si, mas é sob a égide da educação que muitos propõem resolvê-la. Há que se pensar sob que parâmetro os discursos se baseiam? As políticas educacionais têm tentado equacionar o problema da violência se escudando e segurando seus efeitos, mas não conseguem resolvê-la. Arendt (1985), na sua percepção de contrapor violência e poder, abre uma fenda para luz de que é possível haver um insumo na vida política, e na interação da política com a educação, enquanto uma opção. Toda e qualquer constituição da esfera pública e as várias formas de governo são precedidas pelo poder sempre que os homens unem discurso e ação o *“o poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam”* (p. 22)

O mestre Paulo Freire (1997) trás a reflexão de que muitas vezes os sujeitos protagonistas perante o poder não podem deter o discurso e a ação, não conseguem ser autônomos em seu agir. Neste contexto, de um homem que tanto luta contra o outro não semelhante a ele, e o acredita mais fraco, a violência se vê perpetuada.

2.2. A violência doméstica contra a criança e o adolescente – vítimas e algozes?

Quando o tema é violência doméstica contra a criança e o adolescente, vem à mente Medeia, a conhecida tragédia grega, onde a substituição de um ser humano por outro, como um ato do sagrado e do sacrifício nos parece algo muito violento. A mulher rejeitada, não saciada em seu desejo de vingança, mata os filhos e choca a todos com a substituição cruel do amante pela prole, mas como algo ilusório,

permanece longe de nós a idéia do real, e ao sairmos do espaço do teatro nossa mente e nossos sentidos já se esqueceram.

A realidade do cotidiano não se difere de ações como esta e, infelizmente, está no campo do real, porém as vítimas não substituem e nem são dadas aos indivíduos, mas à sociedade e à todos os seus membros. Estas crianças utilizadas como instrumentos de substituição e de oferecimento da violência pela agressão sofrida por seus agressores, (muitas vezes por uma vida inteira), de outros agressores, salvo os casos de patologias - e, mesmo assim, muitos são vítimas do meio e de um quadro histórico vivencial dramático (GIRARD, 1990) fazem com que realidade se torne um grande drama grego: por um sujeito que vitimiza por ter sido vitimizado, dentro da perspectiva de Girard. A vingança se torna um ato seqüencial e aleatório. Dentro das paredes de uma casa (por uma questão conceitual e de concepção, não colocaremos aqui o termo lar)

A casa de habitação; lugar da cozinha onde se acende o fogo; lareira, família, núcleo familiar, pátria, terra natal; ninho de aves ou toca de animal; do lat. Lar, Laris, espírito tutelar, i.e., espírito protetor da casa, da família.) (AURÉLIO).

ou seja, lar pressupõe a idéia de lugar proteção, mas, onde vivem muitas das crianças e adolescentes vitimizados pela violência a proteção é inexistente. O termo casa ou doméstico incluiria pessoas que convivem no mesmo ambiente familiar. Neste contexto acontecem muitas atrocidades que em silêncio permanecem, às vezes, por uma vida inteira.

Mas a sociedade se silencia diante da violência sofrida por crianças? Diante desta pergunta, em uma visão sociológica, Bauman, citando Aitkenhead, jornalista do *Guardian*, em um relato sobre notícia acontecida na região de West Country, nos remete em contrapartida à revolta pública de comunidades onde os indivíduos protestam e vão às ruas para tal, quando acreditam terem por que lutar (e assim se vêem) em manifestações contra um pedófilo. A sociedade se reúne em nome da indignação comum para mostrar sua revolta por uma causa comum, onde Aitkenhead conclui:

As manifestações têm toques de comícios políticos, de cerimônias religiosas e reuniões sindicais - todas essas experiências grupais que costumavam definir a noção de identidade das pessoas e de que já não mais dispõem. Por isso, agora,

elas se organizam contra os pedófilos. Em poucos anos, a causa será outra.”(AITKENHEAD, apud BAUMAN, 2000, p. 18)

De fato, a causa é nobre e justifica a indignação, mas a velocidade do “ *usa-e-joga-fora dos medos públicos*” pode ser um caso como o da pedofilia, ou não, depende do contexto no espaço/tempo (BAUMAN, 2000, p. 18)

Escapar “à *prisão da privacidade*” onde todos juntos possam demonstrar sua indignação, suas justas causas, retira o homem da atualidade, das suas “*prisões particulares*”. Reunidos para espancar um pedófilo tornou as pessoas dentro de um mesmo caminho de fuga destas prisões particulares e as colocou em um espaço público comum. Estão unidas e solidárias no patamar das pessoas “decentes”, (BAUMAN, 2000, p.19). Ser severo através de punições radicais com a criminalidade ou com os criminosos não os retira do meio social, pois a violência que permeia a todos os atos considerados socialmente como criminosos reside em todas as classes sociais e são geradas pelo medo do outro, pela dispersão dos sentimentos humanos e de suas dores. Dirigir as dores pessoais, por causa de um mundo incerto e impreciso, sobre um único réu comum a todos “ *só torna as coisas mais amargas*” (BAUMAN, 2000, p. 22)

O conjunto de situações, de incertezas vivenciadas pelo homem no seu cotidiano nesta pós-modernidade, são sintomas do que Bauman (2000, p. 22) traduz como “*corrosiva desesperança existencial*” explicitada a este homem como uma infinidade de opções indesejáveis às quais, se claras e ditas para construção de sua conscientização sobre elas, dariam às suas vidas menores ansiedades, mas o contrário acontece promovendo nele o desejo de se proteger de riscos e de se “*livrar da responsabilidade pelos resultados*”. (BAUMAN, 2000, p. 23)

O alimento massificante e alienante das mídias, promovendo informação sem informação, da falta de segurança, de certezas e garantias - o *Sicherheit*⁵ de Freud - às avessas, onde os três elementos seriam a base da construção da vida social, mas são justamente os que hoje inexistem, levam os sujeitos a uma negação à

⁵ *Sicherheit*: expressa além de segurança, certeza e garantia (no original em alemão). O diagnóstico de Freud segundo o qual, a civilização, ao impor o controle e repressão dos instintos (gerando o desgosto, a neurose, a infelicidade), sacrifica parte da liberdade individual como contrapartida do que se ganha coletiva ou individualmente em termos de segurança (*Sicherheit*). Para Bauman (2000, p.13-24) nos dias atuais, o diagnóstico de *Sicherheit* seria outro, eis que, em nome da expansão da liberdade individual, é a *Sicherheit* que é sacrificada.

ordem social, e fora do contrato social, estranhas e consideradas como não semelhantes, indignas de serem consideradas humanas, como as prostitutas, os vagabundos, gigolôs, malandros nas praias, os mendigos, entre outros, são estigmatizados, incluindo, neste contexto, crianças e adolescentes.

Pesquisas constataam, no entanto, que a violência doméstica acontece em todas as camadas sociais, não sendo uma característica somente das classes em vulnerabilidade social. Existem algozes, existem vítimas? Azevedo (1989, p. 83) traz a contribuição de que a violência doméstica “ *é interpessoal e intersubjetiva, é um abuso do poder disciplinar e coercitivo dos pais ou responsáveis* ”.

Sendo um processo de ações que costumam ser contínuas, podem durar anos, e se prolongar por meses provocando transtornos irreversíveis como o “ *transtorno pós traumático de abuso sexual (PTSD- post-traumatic stress disorder and sexual abuse)*” que chega a ter reações fisiológicas crônicas como a diminuição da amígdala e do hipocampo, além do descontrole do ácido gama -aminobutírico que controla a excessiva excitabilidade. Enfim, a pessoa se torna tensa e em constante alerta à espera de uma agressão qualquer, advinda não se sabe de onde, mesmo que não mais conviva com ela, pelo resto de sua vida.

Tem-se configurado como violência doméstica a física, sexual, psicológica ou o ato de negligência. A primeira se entende como o uso da força física na convivência com a criança ou o adolescente por parte de pais ou de quem detém sobre eles a autoridade no âmbito familiar. A segunda pode utilizar -se de força física ou coerção psicológica (intimidação, aliciamento, sedução) ou mesmo de armas ou drogas. Segundo a cartilha da Secretaria de Direitos Humanos e a de Políticas de Saúde dos Ministério da Saúde e Justiça (2005, p.47) muitas são as situações que se caracterizam por abuso sexual, que vão desde carícias não consentidas, aliciamento com promessas encantadoras, até abuso físico em relações sexuais perversas.

Ainda segundo o Ministério da Saúde, a violência psicológica se evidencia “ *como interferência negativa do adulto sobre a criança e ou adolescente e sua competência social*”, o que acontece, de acordo com registros das últimas pesquisas da Organização mundial da Saúde – OMS, de forma “ *tão cruel quanto uma violência física*”

A negligência é a omissão da família em prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança e ou adolescente.

Uma sociedade onde a carência de interesse, de consumo frenético, de verdades incertas e querer passageiro, de busca de aceleração da adrenalina, prazer pelo prazer, de uma nova cultura composta de uma nova linguagem e simbologia em relação à era que a antecedeu e que tantas promessas fez deixando para esta um legado de incertezas.

Já foi constatado por inúmeras pesquisas que os meninos e meninas que sofrem de agressão, seja de que origem for, se vêm na contingência de se safar da vida de dor e humilhação, abandonam o lar e vão viver nas ruas, mesmo que temporariamente, no período do dia. O interessante é que alguns voltam à noite pois a relação família ainda é um apelo forte. Outros preferem ganhar as ruas e se filiam a tráficos e tantas outras situações de risco. Nessas camadas sociais mais desprovidas, muitas são as atrocidades que acontecem contra as crianças e ou adolescentes, não retirando o que é inerente ao ser humano e que se retrata também em outras classes sociais. A violência é um reflexo da história humana e um dado inerente ao homem.

São estranhos todos aqueles que não lhe são próprios? Todos aqueles a quem se acredita poder dominar pela força? Todo aquele que não consegue como eu, sobreviver para os modos de produção? Por isso tem que ser violentado e coagido?

A coisificação da criança impede sua valorização e a desautoriza. O caminho se faz longo para um novo olhar sobre a sociedade que em razão indolente, como reflete Santos (2006), ainda resiste a uma razão cosmopolita.

2.3. As faces da violência e os atores de proteção à infância e dos movimentos sociais.

Os marginais perigosos (quais sejam, todos os criminosos que conseguem atrair para si e concentrar os medos públicos do perigo) sejam mantidos “indefinidamente” atrás das grades; no entanto tirá-los de circulação, das manchetes e do foco dos refletores não tornará menos indefinidos e nebulosos os medos que, para começo de conversa, fizeram deles os perigosos criminosos que são, enquanto as razões para ter medo persistirem e enquanto o terror que causam for sofrido na solidão. (BAUMAN, 2000, p. 22)

O medo tomou conta da vida das pessoas, mesmo para as mais otimistas, ele percorre a medula ou exige um olhar mais atento e cauteloso no entorno de determinados espaços públicos ou mesmo privados, na sociedade pós-moderna (BAUMAN, 2000, p. 22). As pessoas solitárias se espalham por toda a parte à procura de comunidades onde possam conviver sem medo, enquanto os que gerenciam o espaço público continuam a prometer que podem confiar, mas as comunidades que os solitários podem ter e os gestores do espaço público podem prometer é o espaço onde habita o “*medo, a suspeita e o ódio*”, conclui Bauman em sua análise sobre o espaço público. Quando uma comunidade se une tendo dificuldade de buscar uma causa comum ela a condensa, além disso, elege um réu para onde se voltam todos os olhares em prol desta causa não bem estruturada, a única coisa que conseguem é tornar suas “*dores mais amargas*” fazendo com que se potencializem; reverbera o sociólogo polonês (p.18).

Mas dentro de uma outra ótica, Santos (2006) nos dá a esperança de que, sob uma nova visão podemos combater o desperdício da experiência social e, intencionalmente, relembra-se aqui uma reflexão já utilizada neste capítulo e em outro anterior, pois servirá aos propósitos de um olhar otimista: “*é necessário propor um modelo diferente de racionalidade*” e continuando, ele propõe “*os prolegômenos de um outro modelo, que designo como razão cosmopolita*”, (p. 94) que como já foi dito, em capítulo anterior, se fundam em três procedimentos sociológicos: a sociologia das ausências, das emergências e o trabalho de tradução. O que é gerado desta nova forma de razão? O autor se fundamenta em premissas, onde, em um primeiro momento, o entendimento do mundo sobre o

mundo ocidental excede a concepção deste; em segundo lugar que a legitimação e criação do poder social estão intrinsecamente ligadas às questões do tempo e da temporalidade. Em terceiro lugar, é de que o mundo ocidental, na sua concepção de racionalidade, contrai o presente e expande o futuro. Santos (2006) propõe que em uma racionalidade cosmopolita “*nesta fase de transição*” há que se seguir o caminho inverso: expandir o presente e contrair o futuro, onde, a partir daí, será possível se obter um novo espaço/tempo para se observar, conhecer e valorizar as experiências sociais com suas propostas alternativas do mundo atual (p. 95).

A organização da sociedade civil, através dos movimentos sociais, toma novas características dentro da perspectiva proposta por Santos (2006), mas não se pode deixar de lado, é claro, a realidade contundente exposta por Bauman (2000).

A participação da sociedade civil tomou lugar importante tanto no Estado como no mercado, desenvolvendo um processo mobilizador para enfrentamento das mais variadas questões que perpassam pelas econômicas, políticas, sociais. O enfrentamento das situações de risco como drogas, prostituição infanto-juvenil, direitos humanos é construído através de ações que tentam propiciar a autonomia, identidade e direitos.

A sociedade tem por normas que todos os indivíduos deveriam ter profissão, moradia, entre as exigências básicas, mas a realidade vivenciada no cotidiano se torna diferente. Estas diferenças não compreendidas no censo comum e ainda vivenciadas por homens que estão fora do contrato social, tornam o olhar de análise advinda destes excluídos, sobre esta realidade, mais ignorante do seu próprio status. Foucault (1987, p. 255) trás à reflexão que este necessitar de se ter um “*patrão, estar preso e situado dentro de uma hierarquia*” faz com que se perceba que “*o homem só existe fixado em relações de dominação.*”

A visão da dominação perpassa, segundo o autor, pelas questões da disciplina e que a indisciplina nas relações familiares carrega consigo uma criança ou adolescente que pode ter sido escravizada em casa dos pais ou de estranhos, abandonada, apesar disto pouco importar ao meio social, mas o que é certo é que no “*fundo se acusa a civilização inteira, enquanto desponta a selvageria*” (FOUCAULT, 1987, p. 256)

Onde ficam, então, as políticas de proteção? e seus atores, advindos da sociedade civil pós-moderna, têm como perceber através do seu cotidiano as interfaces da violência?

O Estatuto da criança e do adolescente (Lei nº 8069/1990) é o organismo estatal máximo onde se baseia a política de proteção à infância, todos os direitos devem ser preservados e respeitados seguindo suas normas pelos órgãos de proteção, mas o que na verdade acontece com aqueles que se encontram na linha de frente desta situação?

Partimos da premissa que o Estatuto está em risco, não por ser frágil ou equivocado nas suas proposições ou lógica interna, mas pelo fato de seu texto não estar sendo compreendido e as práticas não se encontram à altura de sua utopia” . (BAZÍLIO, 2003, p. 30)

Os conselheiros tutelares têm ações e funções bem definidas nos termos da Lei 8.069 (1990), pelo embate e lutas da sociedade civil que se fez presente reivindicando representantes para os direitos de proteção à infância, mas o perfil e a formação dos que atuam levam, na interpretação da lei na solução de casos, a equívocos sutis, mas significativos (BACCINI, 1999, p. 75). O que é violência para um pode não ser violência para outro, desde que esta esteja em quadros mais abstratos de concepção. Segundo o autor, a lei é mantida dentro do rigor que esta exige, mas os Conselhos funcionam “*conforme a noção que os conselheiros possuem acerca da função de seus colegiados*”.

A situação sempre incerta pela falta de infra-estrutura dentro dos Conselhos, do não apoio governamental que coloca o conselheiro frente a situações no seu cotidiano, que na reflexão de (BACCINI, 1999, p. 75) fazem dele um “*cumpridor de práticas pontuais, individuais, emergenciais e não transformadoras*” e com práticas que tomam o caráter “*assistencialistas*”.

A ONGs, têm por tradição de discurso e, infelizmente, nem sempre de ação, como já foi comprovado por inúmeras pesquisas, prestado “atendimento” a crianças e adolescentes nas mais variadas situações conforme seus fins. As que têm como fim estatutário a educação, muitas vezes lidam no seu cotidiano com relatos e pedidos de ajuda silenciosos de vítimas da violência. Os conselhos tutelares, são paritários e deliberativos das políticas públicas, em tese, deveriam subsidiar a

implementação dessas políticas, mas hoje isto é um grande desafio.

As ONGs tentam participar como parceiras do poder público, mas o processo de democratização está muito mais no discurso do que na prática e elas encontram dificuldades de representatividade (Sant'Anna,1996), apesar de as parcerias e redes serem hoje um contexto no cotidiano da sociedade civil.

Para Gramsci (apud Bobbio, 1996), a contraposição entre Sociedade Civil e Estado tem sido freqüentemente utilizada com finalidades polêmicas, para afirmar, por exemplo, que a Sociedade Civil move-se mais rapidamente do que o Estado, que o Estado não tem sensibilidade suficiente para detectar todos os implementos que advém da Sociedade Civil, que esta se forma continuamente em um processo de deteriorização da legitimidade, a qual o Estado nem sempre tem condições de deter.

Nesta direção, as ações desenvolvidas pelas ONGs que lidam com a educação e denunciam os abusos sofridos pelas crianças que atendem formam redes que articulam com os organismos governamentais e até mesmo internacionais criando laços fortalecidos (LOIOLA MOURA, 1996). Quando essas redes produzem um trabalho comprometido têm conseguido transformar os conteúdos das denúncias em ações efetivas capazes de produzir implementos para a formulação de políticas públicas de melhor qualidade. As dificuldades enfrentadas por muitas delas, no entanto, ainda residem na estrutura das máquinas públicas, quanto a processos burocratizantes e falta de infra-estrutura para ações conjunta. Esta falta de infra-estrutura para a efetividade das ações daqueles que são os atores nas políticas de proteção à infância faz crer que se levanta o véu da solidão e, de frente a ela, estes personagens se vêm impotentes, amarrados no desejo da solução das denúncias encaminhadas. Esta solidão social perante o poder público é factual, nestes casos para estes atores, ou não será a solidão o sentimento que move o sentimento de impotência diante do emperramento das ações que vão possibilitar a garantia dos direitos de proteção à infância?

3. CAPÍTULO III

PRESCRUTANDO A INTERAÇÃO CONSELHEIROS TUTELARES E REPRESENTANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

3.1. E quando a infância foi encontrada

Como nos contos da Carochinha, uma velha mulher de nariz adunco, cabelos desgrenhados e brancos, corpo descuidado cuja voz provavelmente se faz estridente, reside na floresta entre grandes carvalhos e vegetação profunda. Com ela habitam crianças que a temem e aprendem a vida. Este quadro nos remete, sem nenhum esforço, a um personagem que povoou por muito tempo o nosso imaginário infantil: a bruxa dos contos de fada que habitava as florestas e levava para as densas matas as criancinhas indefesas onde faziam-nas presas de suas maldades, muitas vezes isolando-as do convívio social.

Estas mulheres, no entanto, existiram sob outra imagem fora deste mundo ilusório no período que antecede o século XV. Eram elas cuidadoras infantis e isolavam as crianças em suas casas recebendo os filhos de outros, enviando a estes estranhos, os seus filhos. A caracterização dos valores, bem típica de muitas matronas do século XV e anteriores que conhecemos através da iconografia histórica e relatos escritos, nos esclarece que a sociedade deste período se preocupava com a prática de se dar um ofício aos que chamavam de aprendizes, além da proteção “da honra e das vidas”, por isto, a decisão dos pais em repassar a outrem a guarda de seus filhos para que aprendessem um ofício e se preparassem para a vida (ÁRIES, 1981, p. 55). Assim cresciam os meninos e meninas.

Hoje, com o respaldo das políticas públicas, mesmo que deficitárias, da tecnologia, inclusive estética, estas senhoras deixam seu aspecto de bruxas e caminham para o papel de facilitadoras, professoras, mediadoras, conselheiras e outras tantas denominações conforme os fins da instituição que gerem, dividindo seu papel com os homens, que na época feudal cumpriam a função de gerir, prover e dar o ofício.

As crianças, não percebidas até meados do século XV no seu significado humano, faziam parte de uma infância ainda não identificada, o que justificava que deixar os filhos com outros, fossem eles vizinhos ou parentes, era a melhor medida para uma educação de disciplina e de iniciação ao trabalho. Nas residências alheias, estes pequenos se tornavam aprendizes. Afastadas do convívio social familiar desde cedo, só retornavam a este, depois da menina ter-se tornado uma moça (e aprendido a função do lar) e da formação de musculatura no menino. Aí voltavam, elas, para se prepararem para o casamento arranjado, e eles, para o trato com as artes da guerra e ou do controle das terras. No caso das famílias não abastadas, as crianças se misturavam de forma mais intensa ao mundo dos adultos, não possuindo um significado claro, e gerando o sentimento de banalidade e perante sua morte que não era significativa a ninguém. (ÁRIES, 1981, p. 57)

Já nos meados do século XVI, ainda segundo o historiador francês, vistas com outros olhos, era uma prática comum as crianças serem consideradas como adultos em miniatura, motivo de entretenimento do mundo da “gente grande” pertencente às elites, mas ainda não terem suas identidades preservadas ou nem mesmo consideradas. Não eram pessoas com suas individualidades. No século XVII, devido ao novo paradigma moral promovido pela Igreja, as crianças são colocadas “no seu lugar” com uma função especificamente disciplinadora independente da idade, que na verdade, não tinha relevância.

Esta mesma criança, como todos que representam as minorias excluídas, passou por um crivo segregador, e além da disciplina, o interesse de lhe dar conhecimento a dividiu entre os merecedores e não merecedores de obtê-lo na integralidade, por isso, o processo educacional formal que hora se iniciava passou a ser educação das elites. O conhecimento técnico ficava com aqueles que não mereciam além disso. O conhecimento das primeiras letras e este somente, ficava relegado aos recém catequizados da Igreja, e aos pobres.

A infância entra no patamar do reconhecimento mas ainda como *infans*, e

permanece para o olhar do adulto como *alumni* na reflexão apropriada de Kramer (2003) onde ela alerta, relativamente aos dias atuais:

Lembro que *infans* etimologicamente significa “sem voz” e *alumni* quer dizer “sem luz”. Ora, não nos interessa que a criança passe de uma situação onde está sem voz para outra onde permanece sem “luz” (p.80).

Ainda não se via a criança em um contexto diferenciado ao que o adulto supunha que ela deveria viver. A definição de infância toma novos lugares no final da década de 60, quando várias tendências, incluindo “a história das mentalidades”, voltada para uma maior sensibilidade sobre a criança, se firma no cenário mundial. Surge a criança aos olhos do mundo, mas longa ainda era a estrada pela proteção aos seus direitos.

3.2. Movimentos sociais – breve reflexão sobre um protagonista decisivo

Quando se trata de movimentos sociais, um personagem surge de forma contundente no foco do nosso olhar: a sociedade civil, motivadora e mobilizadora dos movimentos sociais. Para entender este ator é importante compreender-lhe o conceito. Seu significado teve, no Brasil e na América Latina, várias concepções (GOHN, 2005, p.14) que dependeram da conjuntura política e do caminhar das lutas políticas e sociais da nação. Este termo surgiu em um momento do país denominado de trajetória das transições democráticas, que utilizou esta nomenclatura para designar em uma linguagem política a “*participação e organização da população civil na luta contra o regime militar*”, (GOHN, 2005, p.81). Daí, emerge um novo status para este personagem que se viu na resistência contra as políticas públicas que privilegiavam o modo capitalista sob a égide das classes médias e altas. A sociedade civil movimentou reivindicações de bens, serviços e “*direitos sociopolíticos, negados pelo regime político vigente*” (GOHN, 2005, p.83).

A perspectiva de autonomia, então visualizada naquele momento, que mobilizava esta sociedade civil para que pudesse caminhar inclusive na contramão do Estado,

fazia-se presente até mesmo para se evitar alianças consideradas indesejáveis e antiéticas para a unicidade das idéias libertárias contra todas as práticas autoritárias. Havendo diferenças entre as lideranças, a autonomia era dependente contudo, das assessorias que mantinham os movimentos de luta. As assembleias eram soberanas e construía através das pautas de luta, mesmo assim, sua história de caminhada. Para Gohn:

participar das práticas de organização da sociedade civil significava um ato de desobediência e de resistência ao regime político predominante (2005, p.83)

Neste período, muitos atores entraram em cena reivindicando moradia, terra, reconhecimento de questões de gênero, raça, meio ambiente, entre outros. Estes atores clamavam, no entanto, por algo que os unia em comum: liberdade e justiça social. Ainda segundo Gohn (2005, p.80), houve uma “*pluralização e ampliação*” dos movimentos sociais que “*redundou na criação de movimentos, associações, instituições e ONGs*”.

Para ilustrar melhor esta reflexão acerca do conceito da expressão sociedade civil, e de sua importância no contexto atual dos movimentos sociais, Coutinho (1999, p.37) afirma que sociedade civil se tornou, nos anos 70, sinônimo de uma situação positiva se contrapondo ao Estado que representava o poder militar. A sociedade civil neste período, no entanto, significava muito mais que movimentos sociais, advinha também de outras camadas sociais tais como: mulheres ambientalistas, homossexuais e outros (GOHN, 2005, p.14).

Com o fim da ditadura militar, a partir de 1985, modifica-se o significado de sociedade civil. Com o crescimento e sedimentação das idéias de que os movimentos populares haviam perdido o status de foco nos discursos, e que a terminologia *sujeito social histórico* passa a ser o centro das atenções, muda o cenário da sociedade civil e o seu conceito. A *sociedade política* passa a ser o objeto de desejo das “*forças políticas organizadas*”, (GOHN, 2005, p.15). Com a entrada dos anos 90, modifica-se o interesse na expressão *autonomia da sociedade civil* para *cidadania do sujeito* desta sociedade.

Os significados de cidadania no contexto dos anos 90, ainda segundo Gohn (2005, p.31), podem ser entendidos como: exercício da civilidade, de responsabilidade

social, de participação civil, além de “*tratar não apenas dos direitos, mas de deveres, ela homogeneiza os atores*”, o que faz com que estes cidadãos sejam responsabilizados pelas instâncias públicas através de parcerias sociais governamentais. Este cidadão, no entanto, já nos anos do novo milênio, é um estranho ao Estado que o vê sob a ótica de uma razão indolente (SANTOS, 2006, p.94), e a participação da sociedade civil se movimenta para democratizar a gestão do público recriando uma nova proposta e sentido às questões “*emergenciais a partir do espólio de recursos miseráveis destinados às áreas sociais*”, (GOHN, 2005, p.31).

Neste contexto, a sociedade civil se torna o locus de muitos atores que lutam por novos pactos políticos, e remodelam o olhar social sobre os paradigmas da política vigente. Nos dias atuais, esta sociedade parece estar “*por toda a parte*”, na reflexão de Santos (2005, p.122) . O autor português, em citação a Giner pondera sobre a diferença desta e o Estado fazendo três objeções fundamentais, sendo que na primeira,

a sociedade está a reemergir do jugo do Estado e a autonomizar -se em relação a ele, capacitando-se para o desempenho de funções que antes estavam confiadas ao Estado. A segunda objeção é que, mesmo admitindo que a distinção é criticável, é difícil encontrar uma alternativa conceitual ou é mesmo logicamente impossível, pelo menos enquanto vigorar a ordem social burguesa. (Giner, apud Santos, 2005, p: 123)

Por último, a terceira objeção de Santos (2005) é que ele crê temerário, em sociedades periféricas e frágeis, como no caso do Brasil, tentar fazer uma diferenciação entre o Estado e a sociedade civil, já que se interagem ainda em dependência e emergência.

Diante do exposto, os movimentos sociais tomam novas perspectivas e se arvoram de novas exigências. Nas duas últimas décadas surgem reforçados na crença de que há que se combater a regulação excessiva da modernidade. O cotidiano do homem retrata para respaldar essa crença, o duro modo como vive, como trabalha, como interage em suas relações transcendendo as classes e se vendo em novas formas de opressão atingindo a sociedade como um todo. As vítimas da opressão reforçam o desejo pela emancipação para transformação do cotidiano de modo breve, e ainda segundo o autor “a emancipação ou começa hoje , ou não começa nunca” (SANTOS, 2005, p. 250).

Assim, estes mesmos movimentos sociais se mobilizaram em prol da luta de um novo personagem que surgia socialmente gritando por sua emancipação: a infância. Motivados pelo “*fim da censura e conseqüentes denúncias da ineficácia da ação de órgãos como Funabem ou FEBEM, redemocratização do país e do processo constituinte de 1988, a sociedade brasileira vislumbrou um sonho*” (BAZÍLIO, 2003, p. 21)

Era o momento de se colocar a criança no trem de sua própria história, dona de seus direitos, vitimizada nos quadros da violência e ou em internatos, pela omissão e descaso. Nesta luta, os movimentos sociais venceram pelas discussões e ações empreitadas na conquista de um estatuto que vencesse a esta história de dor e partisse definitivamente para a realização do sonho acalentado. Bazílio (2003) lembra bem que o Estatuto deixa de lado o paradigma “*da infância em situação irregular e adota o princípio de “proteção integral à infância”*” (p.21). Também dos movimentos sociais nasce a proposta de formar conselhos de direito e tutelares exigindo políticas de proteção à infância. Surge uma luz no fim de um túnel, que antes, estava vedado à claridade.

3.3. Políticas de proteção à infância – Conselhos de direito e tutelares

Com a chegada do século XX, a criança se assenta em um outro lugar para o olhar social. Valorizada, começa a ter autoridade sob esse olhar, e vistas, buscam por seus direitos através de políticas de proteção, mesmo que essas ainda tenham seus primeiros passos titubeantes. Depois da luta pelos direitos do homem e, como conseqüência natural, os da mulher, de forma progressiva, a criança é percebida e tem seus direitos garantidos. A doutrina que foi o alicerce do processo de construção dos ideais de direitos do homem surge nos séculos XVII e XVIII através da formulação dos direitos naturais do homem e do cidadão. Sua evolução se une com a evolução dos direitos que foram incorporados e que antes não eram

considerados, tais como os direitos de liberdade, políticos e civis e individuais nascidos no contexto histórico das monarquias absolutistas europeias, e da emancipação das 13 colônias inglesas da América do Norte.

Após a revolução industrial e a urbanização do século XIX na Europa, a percepção de direitos se alargou através das lutas operárias contra a opressão e vira-se a partir daí, a página para a leitura dos direitos de igualdade. Hoje, em um mundo fluido (BAUMAN, 2001, p.22), os direitos perpassam pela garantia de espaço e tempo, pelas questões econômicas, social e, principalmente, cultural. Nesta era de incertezas, as especificidades absorvem o homem pós moderno nas lutas pelos direitos ao desenvolvimento, ao meio ambiente, aos consumidores, às opções sexuais.

No entanto, em retrocesso pela linha do tempo, em 1923, foram firmados os princípios dos Direitos da criança pela organização não governamental Internacional Union for Child Welfare. A recém criada Liga das Nações, quando em reunião em Genebra, incorpora-os e os registra na primeira Declaração dos Direitos da Criança. Os quatro itens formulados e estabelecidos preservam as necessidades básicas de sobrevivência de um ser humano e transcende a elas (as necessidades básicas) como comer, vestir, moradia, escola, possibilidades de inserção no mundo do trabalho, tendo como último item uma tentativa de inserção de valores na alma infantil.

Com o fim da segunda guerra mundial, o mundo se viu na contingência de enfrentar um grave problema: milhares de crianças órfãs. Diante deste quadro, a ONU – Organização da Nações Unidas - resolveu criar um Fundo Internacional de Ajuda Emergencial à Infância Necessitada; está formada a UNICEF (United Nations International Child Emergency Fund). Inicialmente, o fundo socorreu as situações consideradas emergenciais como levar alimentos aos países arrasados para depois transferir sua ajuda a programas a longo prazo onde o foco era a saúde e a nutrição de crianças de países pobres. Alguns anos depois, a UNICEF passou a ser um órgão permanente das Nações Unidas ampliando seu leque de ações incluindo a educação.

Em 1959, as Nações Unidas finalmente proclamaram a Declaração Universal dos Direitos da Criança onde essa criança passa a ser considerada, historicamente, pela primeira vez “*prioridade absoluta e sujeito de direito*”, ou seja, *um sujeito que*

terá direito á proteção, desenvolvimento e participação. A violência contra criança segundo a Declaração tem que ser atacada em suas causas.

Logo após, em 1989, a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos promove a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. Em 1990 a UNICEF, firma suas metas no bem estar da criança definindo a proteção também ao jovem em conflito com a lei e o apoio à família, sendo indicado a destinação de recursos para estas prioridades absolutas dentro deste contexto:

Os novos atores que surgem e se consolidam na primeira metade dos anos 80 são justamente aqueles que irão imprimir ao processo Constituinte (1987 e 1988) avanços que permitirão ao texto da Carta Magna definir criança como prioridade absoluta. (BAZÍLIO, 2003, p. 22)

Surge, então, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA- depois da homologação dos dispositivos da Carta Magna, em favor da infância estabelecida na Declaração dos Direitos Humanos e no seu correspondente da Criança. O ECA, como passa a ser conhecido, foi um processo que culminou com posição radical na nação brasileira em práticas e pressupostos relativamente à criança e ao adolescente.

A participação da sociedade civil, como um todo, vista pelas ações das pastorais, associações, ONGs, UNICEF, OAB, o Movimento Nacional dos meninos e Meninas de Rua, universidades, igrejas, mobilizou a todos para a extinção, revogando o Código de Menores de 1979, e a lei que criou a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Vale conferir que a luta que se travou para que o Estatuto acontecesse se deve a estes atores sociais que teve um poder “*hegemônico na luta pelos direitos da infância*” (BAZÍLIO, 2003, p. 33)

A coesão entres estes grupos foi de fundamental importância, pois o intenso trabalho realizado durante o processo constituinte de 1986 e 1988 foi fator preponderante. Integravam este grupo dirigentes de “*organizações não governamentais, funcionários públicos dos três poderes, agentes pastorais, acadêmicos, militantes em geral*” (BAZÍLIO, 2003, p.33). As pressões políticas, em uma ação ativa destes segmentos, fizeram com que parceiros relevantes surgissem e engrossassem as fileiras em defesa da causa levantada como a UNICEF (mantenedora financeira de muitas atividades). Bazílio (2003) retrata que “*um*

grande guarda-chuva” de *“iniciativas não governamentais se montou e passou a se denominar Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua”* através de reuniões constantes onde lideranças surgiam e o discurso característico destes Movimentos era o de repúdio ao modelo vigente de proteção à infância, com críticas severas à legislação em vigor (Código de Menores) *“que apontavam seu caráter arbitrário e a concentração de poderes nas mãos dos juízes; e um comovido apelo à não-internação”*. Ainda segundo o autor

Ora, a tutela exercida pelas instituições que compunham o Sistema Nacional de Bem-Estar do Menor era tida como violência institucional e motivo de constantes violações aos direitos humanos que indignava os militantes no momento em que as atrocidades da ditadura se tornavam do conhecimento de todos.(Bazílio, 2003, p.33)

Em 11 de dezembro de 2006, a UNICEF se apercebe da importância de unir dois pólos que pela própria função da vida nasceram unidos: a mulher e a criança para efetivação da luta pelos direitos de ambos. Levanta -se a bandeira de *“eliminação da discriminação de gênero e a capacitação das mulheres”* como um instrumento de sobrevivência e bem estar das crianças, segundo o relatório da UNICEF deste período. E mais, que a igualdade de gênero produz um *“duplo dividendo”*, auxiliando em paralelo mulheres e crianças sendo decisivo para a *“saúde, e o desenvolvimento das famílias, comunidades e nações, segundo o relatório anual da Situação mundial da Infância 2007”*

Quando as mulheres estão capacitadas para levarem uma vida plena e produtiva, as crianças e as famílias prosperam”. (Directora Executiva da UNICEF).

Neste novo olhar de união entre a luta pela igualdade de gênero e o bem -estar da infância, tem a ganhar, com certeza, um dia, apesar de o caminho das conquistas ser muito longo e ainda doloroso, toda a sociedade civil, mas an tes de tudo, os ideais de justiça e liberdade.

Em outubro de 2007, o governo Federal anunciou o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento⁶ - da criança. Este programa tem como meta viabilizar diversas

⁶ O PAC das crianças: Em 11 de outubro de 2007, na véspera do Dia das Crianças, foi lançado o "PAC das

ações voltadas para a proteção à infância entre elas, o projeto *Caminho para Casa* cujo objetivo é resgatar crianças e adolescentes abrigados por causa da pobreza. Infelizmente, apesar do desejo de quarenta mil famílias poderem ser atendidas por esta proposta de utilização dos recursos destinados a elas, onde seriam beneficiadas, com a assessoria de assistentes sociais, através da compra de material para equipar suas casas e ajudar os pais a investirem em atividades geradoras de renda, os R\$ 133,7 milhões previstos para o período de 2008/2010 ainda não saíram do papel e nem mesmo o diagnóstico dos abrigados no país começou a ser feito. As políticas públicas de proteção à infância ainda são deficitárias e morosas, obedecendo interesses políticos, econômicos e burocráticos.

Nos anos 90, quando da extinção da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor – FEBEM - a concepção de abrigamento gerou polêmicas acirradas, no entanto, ela ainda persiste como política de ação de proteção. Noventa e dois dos cinco mil quinhentos e sessenta e um municípios brasileiros têm, segundo levantamento feito pela Associação Brasileira de magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude, varas especializadas da criança e do adolescente que agem conforme os ideais de proteção e respeito à criança, os outros praticam o acolhimento institucional de descaso por não terem para onde enviar as crianças, e ou falta de infra-estrutura e vontade política. No atual modelo, o abrigamento condenado por aqueles que participaram ativamente da extinção das antigas FEBEMs, foi substituído pela idéia das Casas Lares (instituições em parceria por rede social com a função de acolher as crianças e adolescentes em um lar constituído por pai e mãe social, e até quatro irmãos/sociais vivenciando ali todo um processo de construção familiar)

Tem-se, hoje, a estimativa de mais de 4,6 mil conselhos tutelares em todo o Brasil, segundo recente levantamento feito pelo CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente).

Os conselhos tutelares foram criados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA- há 18 anos. Com autonomia de ação e trabalhando pelos direitos da infância

Crianças" um sub-programa do PAC que se constitui num pacote para enfrentar a violência contra crianças e adolescentes, prevendo gastos de R\$ 2,9 bilhões até 2010, que virão de 14 ministérios e de empresas estatais.(Brasil,Ministério da Saúde e Sec. De direitos humanos- cartilha de orientação à sociedade civil e agentes comunitários)

sempre que estes forem ameaçados, estes órgãos elegem seus membros de três em três anos. Segundo o Fórum Nacional dos Conselheiros Tutelares, em muitos municípios, a prestação do serviço esbarra em dificuldades como falta de capacitação dos conselheiros, de infra-estrutura, de transporte e até mesmo de equipamentos básicos para o trabalho, como telefone e computador com acesso à internet, mas, a dificuldade, é na verdade, uma questão inerente de países periféricos em desenvolvimento, e da visão mundial que assim os vê, isto é, onde ainda prevalece o desperdício da experiência social e de pouco serve solicitar auxílio à ciência social como “*a conhecemos*”, pois não basta propor um outro “*tipo de ciência social*” e sim mais do que isto, é necessário propor um modelo diferente de racionalidade (SANTOS 2006, p.94).

3.4. Movimentos sociais e a Educação não formal

A Educação é um tema de ampla dimensão para discussões acadêmicas. Nos dias atuais, se envereda por campos dantes não navegáveis. Permeia pauta de fóruns da saúde, das novas tecnologias, das ciências exatas, do campo político e econômico. Por outro lado, tem sido desafiada a enfrentar situações em que a globalização, nesta era pós-moderna, gera como bandeira, as dualidades e as dicotomias da vida do homem deste novo século. As misérias, a exclusão, as desigualdades sociais, a luta pela justiça e por uma melhor distribuição de renda fazem parte do contexto em que a Educação é conclamada a resolver e superar. A carga da Educação também ficou a tarefa de solucionar os males da atualidade. Um mundo em precarização e onde:

Condições econômicas e sociais precárias treinam homens e mulheres (ou faz em aprender pelo caminho mais difícil) a perceber o mundo como um contêiner cheio de objetos descartáveis, objetos para uma só utilização: o mundo inteiro - inclusive outros seres humanos. (BAUMAN, 2001, p.186)

Neste cenário ampliado do conceito de Educação, ela caminha por outros espaços

além dos “*muros da escola*” (GOHN, 2005, p. 7) e, ainda segundo a autora, espaços formais transcendem e passam a ser utilizados campos outros como os do trabalho, do descanso, da família como lócus da Educação. A partir daí , uma nova estrutura emerge: a da educação não-formal.

A globalização se retrata como um “*novos sistema de poder*” (GOHN, 2005, p.8) incluindo e excluindo conforme os desejos do lucro e, nos novos movimentos sociais, o impacto recai sobre a relação subjetividade e cidadania onde estes representam a afirmação da subjetividade perante a cidadania (SANTOS, 2005). Estes “novos” movimentos sociais, como os chama o autor português, estão dentro de uma sociedade com nova regulação e “normas pontuais”. Os países perdem seu status de soberania política ficando o poder hegemônico nas mãos de poucos pólos internacionais. Esta nova regulação gerou uma nova forma de governar pelos países emergentes dependentes da regulação dos banqueiros internacionais.

Neste universo, Gohn (2005, p.12) nos trás que o mundo saiu da desigualdade social para o da exclusão social, as políticas saem de um caráter universalizante e se tornam particulares e específicas gerando a partir daí , um novo local de discussão e negociação dos consensos e dos conflitos ou seja, o espaço criado pelas comunidades organizadas em movimentos sociais e da “*prática da educação não-formal.*”

Surgem, então, as ONGs como terceiro setor e viabilizam ações restritas no modelo antigo de regulação às políticas públicas e sociais para atuarem em programas e propostas com meninos e meninas de rua, jovens, crianças, deficientes. Penetram também no universo das creches, escolas de educação infantil, prevenção de doenças, educação ambiental, AIDS, entre tantos outros.

A Educação não-formal foi, nos anos 70, vista, inicialmente, como instrumento para a mobilização dos cidadãos em áreas específicas como o meio rural, treinamento vocacional, educação básica, etc. O currículo propiciava uma educação voltada para valores morais e a participação cívica. A partir dos anos 90, os paradigmas se modificaram falando-se de uma cultura organizacional propiciadora de “*habilidades extra-escolares*” (GOHN, 2005). Estas habilidades propiciadas por espaços ditos não escolares, toma, muitas vezes, por parte de alguns autores, ainda segundo a autora, a idéia do informal o que essa autora contesta, pois:

seria trabalhar com um paradigma bipolar, onde existe apenas dois tipos de aprendizagem; o escolar e não-escolar. Tudo que ocorre fora dos muros das escolas é pensado como aprendizagem não-escolar e perde seu caráter de educação propriamente dita.” (p. 100)

Continuando nesta linha de pensamento Gohn retrata que, segundo alguns teóricos daquela época, a educação não-formal seria, na verdade, um espaço ausente, sem planejamento e sem estrutura, e isto, em sua concepção, não é verdade. Atualmente, as discussões permeiam a idéia de que existem duas diferenças entre educação não-formal e tradicional, ou seja *“uma é organização e a outra é a estrutura do processo de aprendizado”* (GOHN, 2005, p.100) Há também que se considerar que os espaços da educação não-formal são variados, tais como: a associação do bairro, as igrejas, sindicatos e tantos outros.

A flexibilidade é uma marca a ser considerada na educação não-formal, pois seus conteúdos são operacionalizados dentro da dimensão das demandas que lhe chegam. A experiência dos grupos em trabalhos coletivos é que gera o aprendizado. Gohn (2005) trás o pensamento de que

A voz ou vozes, que entoam ou ecoam de seus participantes são carregadas de emoções, pensamentos, desejos, etc. São falas que estiveram caladas e passaram a se expressar por algum motivo impulsionador (carência sócio econômica, direito individual ou coletivo usurpado ou negado, projeto de mudança, demanda não atendida)”.(p.81)

Dentro destas perspectivas, como se dá a relação entre atores (os conselheiros tutelares) que vieram dos desejos destes atores sociais da educação não formal que sempre entendeu o processo educacional como algo libertário o, criativo, flexível e potencializador? Os conselheiros seguem leis, normas e regras alicerçadas no querer da luta dos movimentos sociais em prol de sua existência. No momento em que se interagem em ação conjunta como se dá esta relação e o que a permeia?

O ano era o de 1989. A sociedade brasileira tinha travado uma dura luta para o retorno ao estado de direito. ...No que toca especificamente às questões relativas à infância, acabávamos de conseguir, por meio de pressão política e negociação, os artigos 227 a 229 do referido texto. Um avanço sem dúvida! (BAZÍLIO, 2003,p.32) Quando imagino que participei das discussões para a montagem do Conselho em nossa cidade, fico me perguntando onde foi que se errou depois para tanta dificuldade de comunicação hoje. (ENTREVISTADA - Diretora da APAE de Sabará - 01/2008)

3.5 - Mais que de política de solidão se fala: cooperação e conflito nas instâncias de proteção à infância

De um lado, a palavra não dita, o gesto recolhido, a indiferença retratada no corpo, nos ombros que se movem em sinal de desdém. O olhar do cansaço, do descaso, do sarcasmo, da descrença, e até do aço. Fragmentos metodizados, burocratizados de ações profissionais, meramente profissionais, supostamente profissionais, reconhecidamente profissionais, institucionais, somente aceitas. Frustração. Desalento. Poder instituído. Autoridade.

Do outro lado, o medo, a esperança, a crença, a resignação, a revolta, a impotência, a teimosia, a única porta. A única entrada. A única saída.

Para aquele que crê estar na descrição de um filme de Fellini, talvez se aproximou bastante da verdade. Não é uma situação surreal mas, que com certeza, se assemelha, talvez, aos "Sonhos" de Akira Kurosawa. (Diário de campo, dezembro de 2007/janeiro de 2008)

O local existe e é vivenciado, no cotidiano, por muitos que, em situação de risco social, dependem das instituições públicas para resolverem seus problemas. Quando o assunto é a defesa da necessidade do direito garantido da criança e do adolescente, em específico, o quadro descrito acima se passa entre as paredes de muitos Conselhos Tutelares pelo país afora.

Dois campos se movimentam de forma clara com os literais atores, protagonistas das mais diversas dores e conflitos humanos: os representantes do poder público e o cidadão comum, sujeito muitas vezes oculto de sua história, oculto de si mesmo pela perda do controle de seu tempo, de seu espaço (Balandier, 1997), perdido neste tempo/espaço entre o querer do poder vigente e a necessidade que lhe é própria e natural. Os outros atores, os conselheiros, se postam no lugar que lhes é de direito e do qual não se afastam pela função que exercem instituída em voto com respaldo de toda a sociedade. Nela permanecem como se funcionários públicos, como técnicos e como representantes legais dos direitos sociais, mas também fora do papel de senhores do tempo. Este se modela pela vontade do poder vigente. O desencanto da impotência emerge então.

No palco desta montagem, o cenário não se faz diferente contribuindo com o sistema que se reproduz no cotidiano. Atores, espaço físico se engendram em ações efetivas ou não, para que a platéia (de atendidos) possa, em nome da política de proteção à infância, acontecer, dentro do que foi previsto pelo Estatuto

da Criança e Adolescente. Oculta na coxia, uma personagem se faz presente, unida pela força emocional que traz em si, e pela ideologia que carrega nas bandeiras da descontinuidade, da fragmentação e das incertezas de um mundo diluído, liquefeito como na visão de Bauman (2001), emerge a solidão. Companheira insistente da cada um desses sujeitos todos na verdade, protagonistas da mesma história cujo roteirista, autoritário, está na personificação do poder público.

O que mais me incomoda neste meu trabalho? A solidão” (ENTREVISTA - conselheira tutelar -RJ - 2007)

Como espectador que se aquieta a um canto, a pesquisadora observa e abstém da parcialidade, por mera conveniência de não se envolver, para não se ver dentro do mesmo processo de dor ou do entendimento parcial (e ainda não se garante disso) sobre aquela história. Sua percepção, inicialmente, perpassa muito mais pelos sentidos do que pela razão, que só se faz presente alguns segundos depois. A palavra verbalizada dos Conselheiros, para a escuta da observadora, relativa ao cansaço de não se fazerem entender pelos companheiros de trabalho, e também pelo desgaste das inúmeras lacunas que são presentes como a falta de infraestrutura física e operacional, o prédio muitas vezes triste e mal conservado, faz com que a descrença destes profissionais que, pelos muitos anos de trabalho, já banalizaram o sofrimento e repassaram aos novatos a desnecessária presteza com a solução dos casos ou comoção com os mesmos (diversas vezes também para não se envolverem e se escudarem deste mesmo sofrimento: regra básica do manual de sobrevivência) preenchem a alma e a mente da pesquisadora atenta e impotente (não menos que os atores que tem em frente) e ela então penetra a solidão que em reciprocidade lhe infiltra a pele.

Aqui se fala de solidão e como ela chega e se instala sorrateira nas ações supostamente coletivas no cotidiano desta era pós-moderna. Poderia muito mais que isso, fazer um ensaio sociológico ou talvez filosófico, sócio político, antropológico ou, ainda, intentar pela psicologia ou quem sabe, em qual ramo do conhecimento poderia enveredar, mas não foi nenhum deles que chamou a atenção da pesquisadora, foi somente a fala da solidão que, em um grito mudo pediu socorro e, possivelmente, esta linguagem silenciosa uniu a todos estes

conhecimentos na compreensão maior da situação denominada: política de proteção à infância e adolescência (com todas as nuances que lhe são próprias) . Não falar desta solidão seria fugir à ética com a própria pesquisa e seu sentido.

Em que consiste a permanência desta solidão? À falta de comunicação em um sistema que exige muito mais do que dá? Às múltiplas linguagens dos que procuram o Conselho? (é intensa a procura dos mais diversos segmentos) . Sendo que a interseção entre todos é a necessidade (esta, perpassando pela avaliação do crivo dos conselheiros na ordem dos valores sociais e individuais de cada um) ou é talvez, a insistência desta solidão, devida a confusão de papéis não estabelecidos e acordados entre as partes envolvidas (atores sociais, agentes representativos do poder público)? A diferença de formação entre técnicos e conselheiros seria outro fator? O que é certo é que ela é factual e verbalizada pela grande maioria de quantos trabalham nas instâncias dos Conselhos Tutelares e, mais que factual, ela é sintoma e consequência, algo e vítima de quantos a carreguem . Ela, na verdade, é factual em quantos trabalham com o humano e se defrontam com a não possibilidade de efetividade nas ações para o auxílio ao outro do tamanho que a presença e carência se apresentam.

Poderia também levantar a hipótese de que um conjunto de sintomas motivadores de doenças se apresenta nas ações e reações dos profissionais que trabalham nos Conselhos e em outras situações sociais. Provavelmente, um observador simplista diria que o stress natural que advém de profissões desta natureza também torna natural o desgaste emocional levando a um conjunto de reações que adoecem o sujeito partícipe delas. Mas, um olhar no olhar, na fala dos corpos, no sorriso não visto com frequência, na parede imaginária e fria que serve de escudo para a expressão facial diante de um relato doloroso, leva à questão de se crer que é muito mais que um stress: é decepção, desilusão, descrença, medo, impotência (do outro e da emoção que a dor do outro pode provocar em sua alma).

Todas as sociedades produzem estranhos. Mas cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos e os produz de sua própria maneira, inimitável. (BAUMAN, 1998, p.27)

Nesta relação, viver com as diferenças se torna impossível, pois não são as diferenças que incomodam, mas os não semelhantes (BAUMAN,1998) e que, viver

com a dor do outro que se assemelha a minha, mas este outro não, trás a sensação de estranheza, de solidão e não pertencimento do universo desse outro em relação a mim.

E, neste universo de incertezas, os movimentos sociais de educação não -formal, ao lidarem com situações de violência que hoje permeiam a sociedade pós -moderna (violências que, pela força e constância que traduzem e trazem consigo, são muitas vezes banalizadas ou comovem a população corroboradas pela exploração da mídia por interesses econômicos ou políticos), acionam os conselhos tutelares com a abrangência da dimensão de olhar de seus pressupostos movimentados no campo da conscientização dos indivíduos enquanto cidadãos, ou através da conscientização para o trabalho na organização dos interesses coletivos, ou mais ainda, para a aprendizagem dos conteúdos da escolarização, em formas e espaços diferentes (GOHN, 2005).

4. CAPÍTULO IV

INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DE CAMPO

4.1 A relação com o poder público e uma análise das condições de trabalho dos conselheiros tutelares

A implantação de conselhos tutelares em todos os municípios brasileiros era parte da utopia do movimento social que construiu as condições de redação e promulgação do estatuto. O debate relativo aos seus mecanismos de trabalho, interações, impacto e resistências à ação dos novos conselheiros não tivera tempo de ser travado. (BAZÍLIO, 2003, p. 31)

De acordo com a conjuntura política organizacional de cada município “se *improvisaram respostas*” em todo o território nacional (BAZÍLIO, 2003, p. 31), na implantação dos Conselhos tutelares. Municípios maiores, com uma infra-estrutura capaz de dar suporte ao novo momento compunham uma ação mais efetiva, municípios menores com dificuldades maiores, sofriam com as atitudes ineficazes, oportunistas e irrefletidas de seus gestores. Portanto, dentro desta perspectiva há que se refletir e Bazílio (2003, p.32) assim contribui: a ação dos conselheiros em seu espaço “*político e de intervenção*” ainda está inacabada, há muito o que fazer. Este ator que adveio da ânsia popular, através dos movimentos sociais, tem na sua história um cotidiano de enfrentamento junto a todos que lidam com a proteção à infância sejam de instâncias públicas, privadas ou da sociedade civil.

A relação entre os conselheiros também não é boa. A gente finge que é, mas não é. (ENTREVISTA - conselheiro tutelar - RJ -10/2007)

Aliado às dificuldades com o entorno e às dificuldades de relacionamento com o poder público relativas à clareza de suas atribuições, como também ao espaço que lhe é reservado quanto a definição de papéis, os conselheiros desempenham suas funções sem capacitação adequada e caminham por um campo de incertezas, sendo muitas vezes desvalorizados pelas comunidades a que pertencem.

Não vale a pena lutar, pois ninguém permite suas ações, você é retaliado. Você que tem um nível superior e é técnico fica entre o conselheiro comum e os funcionários do poder público. A sociedade e os conselheiros, você fica entre todos. Não vale a pena. (ENTREVISTA - conselheiro tutelar RJ- 10/2007)

O contexto histórico dos conselhos tutelares da cidade de Belo Horizonte já ganha outro caráter em relação aos dos municípios que lhe são próximos. A infra-estrutura física, as condições de trabalho, mesmo que deficitárias divergem, para melhor, das condições de trabalho de seus vizinhos interioranos e também em relação ao do Rio de Janeiro, referencia para esta pesquisa.

Entendo que a situação dos conselhos ainda é precária, mas aqui no nosso conquistamos algumas coisas boas como por exemplo, este espaço, uma infra-estrutura mais decente, mas também eu e os colegas vivemos movendo ação contra o governo por omissão ou descuido. Aí a gente é atendido um pouco melhor e ganhamos o que pedimos. Agora estamos em um ponto bom de trabalho, apesar de ainda ter a sensação de em alguns casos sermos isolados da própria solução sobre os casos, pois o poder público não tem instrumentos de solução, por falta de não ter mesmo ou de vontade política. (ENTREVISTA - conselheiro tutelar – Belo Horizonte- 01/2008)

Esta verbalização é uma constante na fala de alguns conselheiros, seja de pequenas cidades ou dos maiores centros. Sentirem-se isolados e não adaptados, impotentes diante das barreiras que encontram para a solução de situações que não dependem somente do cumprimento da lei, mas da infra-estrutura do poder público faz do cotidiano de alguns destes profissionais, um estado de desesperança

Muda a gestão e é a mesmice, a gente não consegue resolver, por que não tem carro, porque se tem, não tem gasolina, se tem gasolina não veio o motorista e outro já está com a rota cheia. (ENTREVISTA - conselheiro tutelar- RJ- 10/2007)

Uma técnica do Conselho tutelar da Zona Sul do Rio de Janeiro, definiu como

sendo muito difícil para o profissional que vivencia o cotidiano no espaço dos conselhos, perceber qual na verdade é o seu papel funcional. E esta estrutura deficitária vivenciada, ainda hoje, pelos conselheiros remonta à sua criação e implantação, como nos mostra Bazílio:

Não surgiram vozes (a exemplo do que aconteceu recentemente com a Sudene) que defendessem uma coordenação nacional e implantassem mecanismos de financiamento e garantissem o diálogo dos profissionais que atuam neste campo. (Bazílio, 2003, p.39)

A descrença no poder público que os mantém é sempre uma constante. O conflito faz parte do cotidiano, corroborando o sentimento de solidão e impotência diante dos casos a resolver.

As prefeituras estão e são muito parciais aos interesses próprios, o que convém e quando eles ajudam, mas cobrar sempre cobram e nós ficamos na linha de frente. É muito difícil...muito difícil e a gente fica muito só, sem ter para onde correr. (ENTREVISTA - conselheiro tutelar- RJ-10/2007)

Aqui, tivemos que entrar com uma ação contra a prefeitura denunciando falta de condições de exercermos nossa função de proteção à infância, mas ainda não deu nada. Entrei com uma ação civil pública denunciando falta de condições pra gente atender e cumprir a lei de proteção à infância. Demora de atendimento nas solicitações pra funcionar aqui. Só não fechamos por que brigamos muito. Mas será que é isso? Temos que brigar por algo que é de direito? Nós incomodamos em quê? Incomodamos por tirar crianças dos processos violentos que vivem? Acho que esse negócio de estarmos ainda novos (os conselhos são adolescentes, já quase jovens), de não ter havido muita propaganda que realmente nos promovesse, fez a comunidade perder o crédito na gente, pois tem casos que não resolvemos por que o poder público não dá nenhuma força" (ENTREVISTA - conselheiro tutelar- Belo Horizonte - 01/2008)

O poder público deficitário, inoperante e descomprometido, na visão dos conselheiros, gera desconforto, raiva, revolta, e em alguns casos, desesperança

Tem que ser cobrado, fazer ofício, denunciar em jornal como se precisasse ser lembrado do seu papel. O poder público parece tem hora que brinca de montar conselho para inglês ver. Isto cansa e aí você vê que não vale a pena lutar por nada ou então a gente muda de profissão, sai dessa, vira político, vai ser terapeuta natural, faz um curso superior em uma área que não tem nada a ver com isto aqui, e aqui só fica para resolver o que for realmente grave e urgente. (ENTREVISTA - conselheiro tutelar- Sabará- 12/2007).

Os gestores municipais não propiciam uma melhor infra-estrutura, através do orçamento, temerosos de que haja um controle de poder destes atores sociais e chegam mesmo a colocar em "cheque" a sua legitimidade (BAZÍLIO, 2003, p. 40).

O vigor das ações efetivas por parte dos atores sociais é solitário em si, mesmo que coletivo, e pode gerar um incomodo nos agentes do poder vigente por sua independência (ARENDR, 1985, p.19). Os grupos hegemônicos se unem para destruí-lo e a força deste coletivo vence a solidão do vigor, que diferiu do desejo de autoridade e dominação impostas.

O cansaço, aliado às dificuldades do cotidiano, faz de muitos conselheiros sujeitos que descreem e não se vêem em condições de ser o agente solucionador de problemas, mas quando estes problemas podem e são resolvidos, se sentem gratificados como se isto fosse algo raro que valesse a pena, inclusive, continuar na função.

Fiquei feliz em ter conseguido fazer que aquele bebê fosse atendido no hospital, a mãe denunciou que o hospital havia dito que não havia vaga, foi eu chegar e as portas se abriram para aquela mãe. A criança estava quase morta de falta de ar. Fiz pelo menos umas quatro horas extras, pois só saí de lá com a criança melhor, mas valeu. (ENTREVISTA - conselheira tutelar- RJ- 10/2007)

Na verdade, existem uma série de “indicadores” que retratam a qualidade das ações desenvolvidas dentro dos conselhos, pode-se citar, dentre outras, a falta de estrutura física pela ausência de interesse das prefeituras e Câmara dos vereadores em resolver esta questão, a ausência de capacitação adequada mostrando a dificuldade na “*qualificação daqueles que capacitam, quais conteúdos selecionados para esta formação, a intensidade e seriedade do processo*” (BAZÍLIO, 2003, p.41); a partir daí se tornam, então, agentes reais dificultadores do cotidiano dos conselhos. Continuando sua reflexão, o autor trás à tona que as reuniões para discussão em grupo dos casos atendidos numa visão que deveria ser interdisciplinar dos fatos, não acontecem, além de não possuírem material didático para aprimoramento. Esta pesquisa pôde perceber que isto é mais comum na atualidade, nos conselhos tutelares do interior.

Em Belo Horizonte, os conselheiros se deparam com problemas semelhantes, mas suas concepções para a compreensão destes são mais amplas e têm possibilidades de resolução das mesmas de modo mais efetivo.

Em Sabará, no entanto, um fato foi relevante no período em que ainda acontecia a pesquisa de campo: o Conselho tutelar fechou suas portas produzindo uma

repercussão significativa no município e para a imprensa local.

Os programas existentes do governo não têm estrutura, as ONGs que lutam contra a violência na infância não conseguem manter por muito tempo o seu trabalho por falta de verba. Abrigar e institucionalizar são ainda um grande problema. Temos casas de passagem, mas de abrigamento realmente boas não. A adoção é um processo muito demorado e complicado. Não temos o que fazer, aí a gente fica de mãos atadas, olhando o rostinho daquela criança ou adolescente e a única coisa a fazer é fingir que eu não estou sofrendo. Quando eu chego em casa tento esquecer o que eu vi, se não, vou ficar em depressão. A gente fica duro mesmo, mas mesmo assim dá uma sensação de solidão danada, de impotência e até de raiva, mas não tem o que fazer. O programa Sentinela do governo federal é muito fraco. A criança acaba voltando para a família e a gente só pode ficar mais atento. (trecho da entrevista com Conselheiro da região nordeste de Belo Horizonte em 01/2008)
Quando a gente vê tanta coisa a resolver, sem condições de serem resolvidas, sem carro, sem telefone direito, com um salário desses, a única coisa que se pensa é ir embora e não resolver nada. Nós fechamos as portas por isto.(ENTREVISTA- conselheiro tutelar – Sabará 05/2008)

Entretanto, na entrevista com a presidente do Conselho da Criança e do adolescente do município de Sabará, o fechamento deste foi motivado por outras causas além das alegadas pelo seu presidente, segundo ela.

Há verdades nas reivindicações pois existem problemas sérios, pois são político-partidários. Os conselhos e poder público agem isolados não se entendem e nem procuram uma fala de consenso ou diálogo. Neste caso específico, a Câmara está chamando a prefeitura para que esta se justifi que sobre os conselheiros não receberem os vale-transporte ou o cartão. No final, o prefeito fica mal com a sociedade, mas não é somente culpa dele. O desconhecimento do povo sobre o papel dos conselheiros, os entraves políticos partidários, a infra-estrutura. Tudo é agente dificultador deste processo.(ENTREVISTA - presidente do Conselho municipal da Criança e do Adolescente - Sabará -05/2008)

A presidente se disse favorável às reivindicações do Conselho Tutelar, mas que não concordava com o fechamento do mesmo, pois isto é um grande prejuízo para quem realmente precisa, no caso, o público alvo. Ainda declarou que as ONGS não se envolvem muito com denúncias a conselhos, e sim, se preocupam em ir direto aos fóruns por necessidades financeiras ou fazer parcerias para sua sobrevivência. Também vê que cada um está para um lado, isolando-se do outro e ao mesmo tempo criando redes com outros segmentos de interesse pessoal, os conselheiros tutelares fazendo alianças políticas para se tornarem candidatos a cargos políticos quando acabar seu tempo no conselho.

O presidente da Coordenação de proteção à infância e à adolescência da Secretaria de Desenvolvimento Social em entrevista concedida à pesquisa, diz

acreditar que políticas públicas funcionam quando também há uma rede bem formada entre os parceiros: comunidade, poder público e representantes sociais e quando há clareza da demanda, mas, quando perguntado se por parte da secretaria havia dados que mostrassem quantas crianças são violentadas, qual tipo de violência e onde, disse desconhecer tal levantamento, mas sabe que somente na área da saúde esta coleta foi feita e registrada, nem mesmo a Educação sabe disso. O Conselho Municipal e Estadual da Criança em Belo Horizonte também se ampara nos dados levantados pelos profissionais da saúde para entendimento da demanda.

A visão de rede e sua importância tem sido amplamente discutida nos fóruns de discussão sobre questões sociais, principalmente as que envolvem a criança, mas entre o discurso e a prática vai um longo caminho.

As redes funcionam quando é de interesse real de todos os envolvidos. Agora, o desconhecimento de se fazer rede, do ECA é o que mais me impressiona. Vi isto no último fórum que montei. Os diretores das escolas não sabiam uma linha do ECA e nem tão pouco de sua utilização. Quero ser candidato para poder lutar contra isto. (ENTREVISTA - conselheiro tutelar - Belo Horizonte - 01/2008)

4.2 - Sob o olhar dos conselheiros: casos analisados da ONG de Sabará e outros atores - Entre o conflito e a cooperação

Para retratar a relação entre os conselheiros tutelares e os atores sociais das ONGS investigadas é necessário, antes de qualquer outra coisa, buscar entender a conceituação dos termos conflito e cooperação. O conflito na acepção do termo, segundo o Aulete seria :

Papéis – conflito de - ocorre quando indivíduos são confrontados com expectativas de papéis contrários ou incompatíveis nos vários status sociais que ocupam em suas vidas. Em outro sentido o conflito pode ocorrer quando alguém simplesmente sente dificuldade em satisfazer expectativas, porque seus deveres são obscuros, difíceis demais ou desagradáveis.

Juntamente com os conceitos de status e papel, o conflito desempenha uma função importante ao chamar atenção para o contexto existente entre a experiência e o comportamento individual além das características culturais e estruturais de sistemas sociais de onde emerge o potencial de conflitos e tensões

Todo conflito (oposto a continuum, grupo que vê a sociedade como algo normal, equilibrado e harmônico) é considerado uma perturbação mas também não é só

isso, já que o equilíbrio é uma relação harmônica entre os vários componentes da sociedade que constituem o estado normal, as causas do conflito são meta - sociais, isto é devem ser encontradas fora da própria sociedade, e o conflito é um mal que deve ser reprimido e eliminado. O conflito é uma patologia social (Aulete digital)

Esta relação de conflito, no entanto, toma um olhar e concepções próprias para cada segmento social, com conotações específicas quando da análise, na perspectiva das ONGs, dos mesmos casos relatados pelos conselheiros, seguindo outro caminho de percepção, como o leitor poderá ver no item 4.3.

O distanciamento entre os dois segmentos provoca mais uma reflexão: ONGs e conselhos, diante deste espaço deslocado, vivenciam o mesmo distanciamento entre o mundo real e o recuo dado pelo campo teórico quando este pretende entender e gerar o conhecimento sobre esse real? O que se questiona é se esta distância não propiciou também uma zona de conforto, onde os atores que, protagonizando seus papéis, deixaram de lado a convivência necessária à manutenção das relações para parcerias efetivas em outros espaços e ao entendimento sobre ela?

Os movimentos sociais lutaram para que houvesse a desjudicialização do Estatuto da criança e do adolescente reduzindo assim a “*liderança dos magistrados*” (BAZÍLIO, 2003, p.36) e as medidas de proteção ficaram definidas fora dos tribunais e “*sob responsabilidade de cidadãos que desempenhariam esta função social relevante: conselheiros tutelares*” (p. 37), mas estas funções conquistadas não têm sido vistas de forma clara e abrangente por ambas as partes gerando desconforto por parte de uns, e solidão por parte de outros. Descrença, com certeza, por parte de todos.

A relação entre os Conselhos e as ONGs não é boa pra tomar ações de ajuda ao atendido. Elas não procuram os Conselhos, as escolas sim, o tempo todo, podem até não conhecer o ECA, pois não leram, mas procuram para tudo, até situações que elas poderiam resolver sozinhas. As ONGs não vêm aqui não. Não sei por quê. A gente às vezes tem denúncia de uma ou outra, mas é raro.” (ENTREVISTA - conselheiro tutelar - Belo Horizonte- 01/2008)

A ONG que denuncia aqui é a APAE, mas ela vem com muita petulância, não tem entendimento que aqui no conselho nós não podemos agir conforme a necessidade, mas sim conforme a condição de ação. (ENTREVISTA - conselheiro tutelar- Sabará- 12/2007)

A APAE em Sabará é muito respeitada, e nós do conselho respeitamos muito o trabalho que é feito lá, mas tem casos que não conseguimos resolver, precisa de muita vontade política, de uma casa de abrigo, de uma casa de passagem, de uma casa lar,sei lá (ENTREVISTA - conselheira tutelar- Sabará- 12/2007)

Nós já tivemos alguns casos denunciados pela APAE de Sabará, inclusive ficamos com um caso que já veio de outra gestão do conselho, mas tudo é muito moroso, pois até fechamos por falta de condições de trabalho, e isto foi muito sério. Mas nós não podíamos mais continuar como estávamos, a população achava que o conselho é que não funcionava bem, que os conselheiros é que eram incompetentes. Aí, a gente provou que não havia jeito de funcionar. Todo mundo entendeu e o poder público resolveu ver que a gente existia (ENTREVISTA - conselheiro tutelar- Sabará- 12/2007)

E o descrédito da sociedade entorno se faz presente também, inclusive por parte dos atendidos como no caso de uma garota da APAE:

Ah! Eu sempre falo com os meninos que vão comigo pro conselho daqui: fica quieto que eles te manda embora logo. O povo dos Conselho não tá nem aí pra gente, eles que é ficá livre da gente. Por quê? Sei lá, o conselho é bom pra gente, mas não faz nada, mas é por que deve de ter outras coisas pra fazê. (ENTREVISTA- Sabará- em 02/2008)

Mas uma pergunta fica no ar: para onde encaminhar as crianças e adolescentes atendidas nos conselhos que chegam às instâncias maiores acionadas pelos agentes conselheiros, tais como varas de família ou Ministério Público? Existem abrigos suficientes nas cidades para tal atendimento? De quais cidades se está falando? Das de grande porte ou das de pequeno porte? Em 1999, os Ministérios da saúde e da Justiça assinaram um protocolo de cooperação entre o programa nacional de direitos humanos e os programas de Saúde e Saúde da família, a rede assim, ampliada, aumenta a possibilidade de efetividade no auxílio de proteção à infância. Mas, na realidade, isto acontece? As redes criadas pelos governos, além de se articularem, têm infra-estrutura e capacidade de comportarem quem delas necessita?

Um dos casos analisados pela pesquisa pôde constatar de perto esta realidade, tanto através dos documentos como nas falas dos conselheiros na cidade de Sabará. O fator tempo é aqui ressaltado para que se tenha idéia da morosidade dos atendimentos e também das dificuldades enfrentadas para fazê-los, que vão da infra-estrutura dos Conselhos à perspectiva de seu entendimento dos problemas enfrentados. O início dos processos de denúncia se deu no ano de 2006 entre os meses de maio a outubro. Os relatos da diretora da ONG divergem integralmente destes depoimentos e os documentos analisados mostram que as ações dos conselheiros caminham por outras concepções. A morosidade no atendimento

corroborar a fala de (BAZÍLIO, 2003, p. 42) no que concerne às dificuldades enfrentadas no cotidiano dos Conselhos. O relato abaixo foi extraído do relatório do Conselho Tutelar de Sabará dirigido à APAE do município

A fulana Y possui 24 anos de idade, não sendo público alvo deste Conselho, porém nos dispomos a atender com toda a atenção necessária por tratar-se de deficiência mental e sua outra irmã XX estar também envolvida. Ambas estudam na APAE desde 2001, segundo a diretora da APAE, têm acompanhamento psicológico e ginecológico, fazem uso de contraceptivo (injeção) mensal. A família desconhece o tratamento, porém a mesma não possui estrutura e conhecimento de mundo, sendo um contexto familiar não confiável.

A adolescente XX também apresenta dificuldade de aprendizagem. Sofre agressões generalizadas pelo seu genitor, apresenta lesão no peito direito, e ao tomar banho o genitor riscou fósforo e colocou no seu peito.

As irmãs referidas acima foram encaminhadas para o IML, e segundo o médico legista a vítima Y vem sofrendo abusos há bastante tempo, a mesma encontra-se com a vagina ferida e o laudo será encaminhado à delegacia civil.

Realizamos a sindicância na casa do agressor no dia em que levamos as irmãs ao IML, e o genitor recebeu suas filhas a socos na cabeça, por isso podemos ver como a família trata as filhas, não como portadoras de necessidades especiais, mas como rebeldes e sem vergonha.

O relato registrado explicitou que o Conselho solicitou o comparecimento de toda a família para depoimentos na sua sede, o que ocorreu no dia seguinte. As declarações dos envolvidos: irmão, pai e mãe foram discordantes das falas das vítimas. Disseram que, na verdade, elas é que se insinuam de forma acintosa tirando a roupa na frente do irmão. A mãe corrobora os dizeres do filho e diz que as meninas são muito rebeldes. O pai também concorda com a mulher e o filho e ainda diz ser um trabalhador, que ganha um salário mínimo para o sustento de todos e que se sente constrangido em ver as filhas nuas andando pela casa, mas que nunca foi violento com elas, apesar de declarar que estas acusações já haviam sido feitas contra ele há três anos atrás. Que suas filhas tomam banho com a porta aberta, que corrige desta maneira e chama “suas *atenção*”, porém que as filhas ficam rindo e debochando “de sua cara”, continua o relato dos conselheiros.

Estas declarações, contidas no registro do mesmo relatório lido, são descritas em minúcias, muitas vezes chocantes e dolorosas, deixando clara a constatação do problema e a opinião dos conselheiros sobre o mesmo

Toda a família foi advertida por este conselho e o relatório do caso se encontra aos cuidados da Polícia Civil, da delegacia de Sabará.

Salientamos que as irmãs são portadoras de necessidades especiais e como tal, possuem sua sexualidade aflorada e exacerbada, porém a família por não entender e nem aceitar tal procedimento, por acharem que as mesmas são normais, acabam que respondem às provocações das irmãs, violentando-as, muitas vezes como castigo

Noticiamos à APAE de Sabará para, como solução imediata para o caso, atender toda a família, explicando o desenvolvimento das filhas e sua sexualidade, e que o respeito é o ponto principal, porém, como a família não comparece à escola, para que a equipe de profissionais da APAE disponibilize quinzenalmente um atendimento "in locu" à família enquanto as irmãs encontram-se na própria escola, pois se trata de falta de orientação e de estrutura familiar.

Encaminhamos também relatório do caso à Assistência Social da SEMDES, para que as mesma acompanhe a família e providencie estrutura melhor para a casa, visto que as condições são precárias.

O relatório do Conselho Tutelar de Sabará refere-se à primeira entrada de denúncia por parte da APAE e descreve toda a ação (acima transcrita) no que concerne aos atos cometidos pela família, deixando explícita a posição dos conselheiros quanto ao encaminhamento sobre o caso: devolvendo à APAE a responsabilidade de resolver de modo psico-pedagógico a questão. Também alegam que se trata de "*orientação e estrutura familiar*" o que cabe ao campo educacional, segundo eles, "*para um atendimento in loco à família enquanto as irmãs encontram-se na própria escola*".

Em abril de 2007, portanto um ano depois, a diretora da APAE procurou a delegacia da Polícia Civil para prestar esclarecimentos relacionados à aluna Y. A diretora referendou e corroborou todos os relatórios enviados pela APAE ao Conselho tutelar e prestou seu depoimento sobre sua preocupação relativa ao encaminhamento dado ao caso pelos conselheiros responsáveis pelo mesmo.

A compreensão dos dois segmentos se faz divergente e em suas concepções sobre educação, valores e conhecimento do temas tratados nesta situação específica envolvendo processo educacional, valores morais e sexualidade. Aliado a isto, a estrutura estatal que deveria estar amparando estes encaminhamentos ainda se faz ausente ou pouco eficaz (BAZÍLIO, 2003, p. 41)

A violência, em si com certeza choca, mas o que se comete a partir dela é o que preocupa. Omissão? Desinteresse? Se esta pesquisa está levantando as situações que geram cooperação e conflito nestes casos, não se pode dizer que há um conflito, um embate direto, mas há um choque de concepções, de ações, e

perplexidade pela omissão. Os conselhos sem conseguir resolver, as ONGs encaminhando os casos às instituições competentes, mas sem autoridade sobre os mesmos.

Dentro do mesmo caso analisado foi feito um relatório de solicitação de providências ao Conselho Tutelar de Sabará relativo à proteção aos direitos da criança encaminhado pela APAE sobre os irmãos gêmeos das adolescentes em questão, com idade de oito anos em 2006 e ditos normais. O mesmo foi também entregue à delegacia da polícia civil pela instituição. Neste documento, foi feita uma denúncia ao Conselho a partir de relato, por parte de uma das alunas apaeana adolescente, à sua professora sobre o que acontecia com os irmãos pequenos em casa. O Conselho Tutelar do município, segundo a instituição educacional, assim que informada sobre a situação enviou um relatório à delegacia de polícia de Sabará omitindo, porém, de onde partiu a denúncia, ou seja a APAE. Este relatório foi encaminhado pelos conselheiros dentro de tempo hábil previsto nestas situações para providências imediatas. Abaixo trecho dos dois documentos advindos das duas instituições

Este Conselho tutelar vem recebendo denúncia, onde as crianças AA e BB, 8 anos gêmeos vêm sendo agredidos fisicamente, verbalmente e abusados sexualmente pelo irmão W 20 anos, residente à Rua MMMM. Procedendo da sindicância feita à residência, a criança "Maria" relatou que o irmão W beija a sua vagina e coloca o dedo e que no ato a machucou muito. A criança "José" relatou também que o irmão machucou sua cabeça, quando lhe jogou contra a parede. O irmão olhe queimou a mão com cigarro e ameaçou que se contasse a alguém "vai apanhar". Sem mais pedimos providências cabíveis. (ENTREVISTA - conselho tutelar de Sabará)

O que estranhamos ao ler esta solicitação foi que em nenhum momento foi dito que partiu da APAE a denúncia, ficou parecendo que os conselheiros é que descobriram por sindicância, e esta foi feita por nós em primeiro lugar, mas ficamos satisfeitos inicialmente de alguma providência ser tomada. Depois é que nos decepcionamos. (ENTREVISTA - diretora da APAE - Sabará)

Em resposta, a delegacia de Polícia civil de Sabará filiada à delegacia da cidade de Vespasiano registrou, para "solicitação de providências policial" através de boletim, a denúncia repetindo o mesmo relato feito pelo Conselho.

Neste caso, as crianças foram retiradas do seio familiar e vivem em um abrigo onde esperam por adoção. Os pais das mesmas culpam as jovem e adolescente por terem denunciado o fato à APAE e, esta, imediatamente, tomou as providências

junto ao Conselho. A parceria entre os dois segmentos, por possuírem nesta situação, um entendimento apropriado e uma ação efetiva, se postou ágil na declaração da conselheira responsável na verbalização de um desejo de continuidade de sucesso em outras situações similares.

A gente se sente feliz por não ter que ver mais coisas assim continuando a acontecer. As crianças de oito anos com tantos problemas ...mas para crianças normais é mais fácil a gente agir. A sociedade está mais preparada. Há quanto tempo os abrigos existem para crianças abandonadas, órfãs e casos como estes. Agora para deficientes é muito difícil encontrar vaga, são poucas as instituições que trabalham com isto. Aí não se tem para onde encaminhar, e quem tem que resolver não é o Conselho é o poder público e este não se interessa por quem não produz e ainda tem gasto.(ENTREVISTA - conselheira tutelar - Sabará)

Uma frase que merece uma reflexão: “*Quem não produz e ainda tem gasto*”; porque gastar com aquele que não dará retorno seja social ou financeiro à sociedade? “*Que as escolas o façam então*” este é o argumento do Estado. Por outro lado, é interessante notar que as atitudes e formas de ver os problemas e as ações de enfrentamento contra a vitimização da infância são diferentes entre conselheiros das grandes metrópoles e os das pequenas cidades, onde os gestores ainda não entendem a importância e relevância deste ator de proteção à infância.

Outro processo analisado através dos documentos cedidos pela APAE foi do garoto D, vítima do descaso familiar outra vertente da violência intra-familiar. O menino D estava com 8 anos no período em que o documento foi analisado, especificamente, no ano de 2006. Relata-se aqui o encaminhamento feito, pela APAE, ao Conselho tutelar por ser um relato que explicita a relação entre os dois atores sujeitos desta pesquisa na perspectiva do olhar de ambos, e ao mesmo tempo, levantando o véu das dificuldades relativas à relação quando dos atendimentos em que os dois deveriam intervir de forma efetiva. Neste caso, nenhuma resposta do Conselho relativa à solicitação de uma possível intervenção em favor da criança foi enviada à ONG e, sim, uma solicitação de um relatório sobre as medidas tomadas pela APAE, acrescentando que, se estas não fossem consideradas adequadas, a APAE seria cabível de punição. Ao que a APAE respondeu

Ao Conselho tutelar 22 de outubro de 2007
Senhores conselheiros

Em julho de 2006 a APAE de Sabará encaminhou a este Conselho um documento do aluno D, nascido em XXX, filho de Do e Da, solicitando providências junto à

família de D, a qual não seguia as orientações médicas no tratamento do aluno, tornando impossível mantê-lo na escola, pois seu quadro de hiperatividade, sem controle médico, impede e dificulta sua aprendizagem, assim como o coloca em risco pois se torna agressivo, sobe em lugares de risco dentre outras atitudes.

Por várias vezes mantivemos contato verbal com este Conselho buscando uma solução para o caso.

Em novembro de 2006, após levarmos D neste Conselho e encaminhar o mesmo para sua casa, com aquiescência do então presidente Sr F, resolvemos suspendê-lo das atividades escolares até que sua mãe o levasse para tratamento no CAPS infantil, consulta agendada pela APAE e o medicasse devidamente.

Em março de 2007 encaminhamos um relatório para Dr R, juiz da Infância e Adolescência de Sabará, solicitando uma providência e esclarecendo que D. se encontrava fora da escola, o que muito nos incomodava. Tais relatórios citados se encontram na pasta do aluno nesta Instituição. Até presente momento não recebemos nenhum retorno deste Conselho, assim como do Fórum.

Esclarecemos que o referido aluno se encontra fora da escola, o que tolhe seus direitos. Fica o dia inteiro na rua, conforme declaração dos vizinhos, chega tarde em casa em situação de riscos. A mãe não exerce nenhuma autoridade sobre o mesmo e da negligência familiar poderá advir um indivíduo prejudicial à sociedade e a si mesmo.

Gostaríamos de receber um retorno oficial deste Conselho ao que se procede, esclarecendo as providências e resultados obtidos. (trecho do ofício encaminhado ao Conselho Tutelar de Sabará emitido pela APAE do município)

No Conselho tutelar não foi possível, durante a investigação, ler o processo de entrada e denúncia deste caso, mas quando argüidos sobre o mesmo, um conselheiro deixou claro que havia tanta coisa séria para ver *“não que isto não seja sério”*, mas não teria como ir ao local fazer sindicância e que o Conselho entendeu que a APAE estava fazendo um *“ótimo papel”*. A falta de carro, gasolina e telefone foram as argumentações dadas para a dificuldade de solucionar o caso e mais:

A gente tem que peneirar o que é mais grave, de acordo com a urgência, como se a gente fosse um pronto socorro e só atendesse urgência

O que não é grave pelo critério do conselheiro, ele descarta, pois, se não, fica deprimido de não poder resolver. (ENTREVISTA - conselheiro tutelar - Sabará)

O menino D. foi encaminhado, novamente, pela APAE, depois de um ano, ao Ministério público que tomou providências, junto à família, na exigência de tratamento ao menor e acompanhamento da assistente social uma vez por semana, em dias não caracterizados. O pai da criança é dependente químico e a mãe, com mais sete filhos, não trabalhando fora, vive da caridade alheia. D. não foi considerado um caso para abrigamento, mas sim para acompanhamento familiar pelo juiz.

A relação entre o Conselho e a ONG no trato com este caso foi tensa e, neste

mesmo ofício, datado de 22 de outubro de 2007, a APAE declarou que sempre atendeu ao Conselho em todas as suas solicitações e que se via ameaçada, não cabendo ao Conselho tais punições acrescentando que a instituição conhecia muito bem o ECA. O referido ofício, encaminhado pela ONG o caso ao Ministério Público, deixa claro o descrédito da comunidade em relação ao Conselho Tutelar

Por várias vezes encaminhamos o caso para o Conselho Tutelar. Percebemos que o referido Conselho na exerce e não representa autoridade para a família. A mesma já perdeu o poder pátrio sobre seus filhos e os mesmos retornaram, porém o caçula é portador de paralisia cerebral e apesar da insistência, a mãe não traz para tratamento na Clínica da APAE. O próprio D. se refere ao Conselho Tutelar com desprezo, dizendo “*não tenho medo do CT, eles não pode fazer nada com nós*”.

A APAE não pode ser ameaçada por tentar resolver o problema desta criança como aconteceu verbalizado por parte de Conselho (ofício da APAE ao Ministério público)

Este caso não teve ainda solução definitiva apesar do tempo de acompanhamento. A família é numerosa, a mulher está novamente grávida e a saúde pública não quer fazer a esterectomia pois ela não tem trinta anos apesar de sete filhos, sendo dois gêmeos. O pai não é presente e, dependente químico, se torna mais ausente. Não há onde colocar todas as crianças no município no caso da perda do pátrio poder. As assistentes sociais designadas para o caso nem sempre têm infraestrutura para irem ao local, pois ou falta carro ou motorista. D toma os remédios agora com mais freqüência, e isto foi o que se conseguiu até o presente momento (diário de campo em 01/2008).

Outro fato de relevância no contexto do cotidiano dos Conselhos é que os oportunistas têm se valido de seus privilégios de conselheiros e obtido “*sucessos nas urnas*” nas cidades do interior tanto quanto nos grandes centros urbanos, o que faz com que a população desacredite de suas intenções de probidade (BAZÍLIO, 2003, p. 41).

Eu vou me candidatar a vereador. Acredito que tenho muito a contribuir, pois sempre lidei com movimentos sociais e agora no conselho as pessoas viram a seriedade do meu trabalho. Montei até um fórum de discussão com a comunidade e escolas sobre o ECA. Sei que vou contribuir. Quando eu ganhar não volto mais prá cá. (ENTREVISTA - conselheiro tutelar - Belo Horizonte)

Segundo a assistente social do conselho tutelar da Zona Sul do Rio de Janeiro “*Os conselhos tutelares se desvirtuaram para situações politiquieras*”.

No município de Sabará, das gestões anteriores e desta, pelo menos três conselheiros dos sete existentes se candidataram a vereadores da cidade. Muitos destes profissionais, ou quase a maioria esmagadora, advieram de um histórico

peçoal de movimentos sociais (associações de bairro, ONGs, entre outros) e vêm no Conselho tutelar, pela legitimidade deste e autoridade que carrega em si, uma forma de ascensão social e a possibilidade de se tornarem semelhantes na diferença em que se mantinham da ordem vigente (BAUMAN, 1998, p.28). Sair do processo de envolvimento como conselheiro retrata, no discurso destas pessoas que se candidatam a cargos públicos, a crença de que vão solucionar questões consideradas deficitárias no cotidiano dos Conselhos, mas pouco conseguem, segundo a presidente do Conselho da Criança de Sabará.

Um material também analisado foi o CD que é utilizado por um Conselho Tutelar para que seus conselheiros possam fazer palestras em escolas, associações e outros, material este que repete as falas do ECA e dos programas institucionais. Quando este material foi enviado a uma escola e a uma ONG, as reações foram únicas:

Que coisa engraçada, eles conhecem mesmo do assunto, mas na hora de colocar em prática, a coisa fica diferente. (ENTREVISTA - presidente da APAE Sabará -01/2008)

Isto foi muito bem feito, mas não funciona na prática (ENTREVISTA - presidente de ONG de Belo Horizonte - 01/2008)

Muito bom para a escola e para a comunidade se informar, mas com certeza não se pode acreditar que seja verdade o que se fala.(ENTREVISTA - diretora da APAE -01/2008)

4.3 A fala das ONGs e seu olhar sobre os casos analisados em Sabará e outros dados.

Na perspectiva das ONGs, como se dá a relação com aqueles por quem elas lutaram coletivamente por gestar e implantar?

A mobilização popular, no entanto, perante as lutas contra a hegemonia advinda do Estado e o processo de caos pela corrupção que se instaurou a nível mundial, faz com que os Movimentos sociais estejam em baixa, porém trabalham em prol de experiências positivas relativas à mobilização no “*equacionamento dos problemas sociais*” (GONH, 2005, p.84). Os avanços conquistados pelas ONGs, no dizer da autora se traduz da seguinte forma:

Nesses locais houve avanços em termos do equacionamento dos problemas sociais, os movimentos entraram em novo ciclo de ação coletiva fundadas não na simples contestação-pressão, como nos anos 70, ou na pseudo-negociação dos anos 80, mas em práticas e que envolvem um agir coletivo. Algumas de suas lideranças são hoje ativos participantes das novas práticas coletivas. (GOHN, 2005, p.84)

No entanto, em era de incertezas, como acontece este agir coletivo? Se

Os indivíduos são convocados a serem responsáveis pelo seu destino, pela sua sobrevivência e pela sua segurança, gestores individuais das suas trajetórias sociais sem dependências nem planos predeterminados. No entanto, esta responsabilização ocorre de par com a eliminação das condições que a podem transformar em energia de realização pessoal. O indivíduo é chamado a ser o senhor do seu destino quando tudo parece estar fora do seu controle. (SANTOS, 2006, p. 300)

Nesta análise, Santos ainda contribui acrescentando que o homem, perante a nova ordem da desigualdade das distribuições com a cristalização da praxis econômica, faz surgir das bases um novo tipo de *“essencialismo, um racismo anti-racista e pro-tecnológico”*. Questiona-se então o indivíduo enquanto ser no coletivo, à procura de seres que se lhe assemelhem, de trabalho onde possa ser um *“mecanismo de integração em um sistema de desigualdade”* e passa a ser um de *“reinserção num sistema de exclusão”, “senhor de seu destino”* (SANTOS, 2006, p. 300).

Este sistema se coloca com um discurso que tenta viabilizar o sentimento de solidariedade à não semelhança e à exclusão, porém se equivoca, pois é motivado pela concepção da última. As ONGs vivem dentro desta proposta sistêmica porém, constituindo o Terceiro Setor que se fortalece a cada dia mais através da emergência dos ausentes sobre o poder hegemônico.

O termo terceiro setor terá, aqui, um significado maior do que o que foi abordado no terceiro capítulo desta pesquisa. O significado, na verdade, que a observação no campo permitiu perceber, aliado à base teórica, construiu um olhar baseado neste referencial possibilitando ir *“além do que simplesmente nos está sendo mostrado”* (MINAYO, 1994, p. 61).

A terminologia “terceiro setor” utilizada para se designar os Movimentos sociais que se constituíram em ONGs é que se faz, na percepção de Gohn (2005), necessário apartar da palavra setor o termo terceiro e entranhar em seu conceito com maior

especificidade para que sua conceituação seja melhor compreendida. Terceiro ou terceira são designados em várias situações tais como: terceira onda, terceiro setor, terceira classe, terceira via, entre outros

Diferentemente da posição dos “terceiros a filosofia dialética, onde o terceiro termo é síntese, e resulta da interação entre os dois primeiros, a tese e a antítese; a utilização do termo na modernidade aponta para caminhos alternativos, para a busca de novos modelos que superem os problemas contidos na primeira e na segunda proposições em tela. (GOHN, 2005, p. 65)

Terceiro seria sempre um caminho intermediário. É interessante refletir então sobre a terceira via que tem a educação como um de seus eixos principais (GOHN, 2005, p.72) para analisarmos as falas dos movimentos sociais observados e analisados no trabalho de campo desta pesquisa que tem a educação não formal como um de seus objetos de estudo.

Portanto Gohn, em análise sobre o termo terceiro, trás a tona a expressão terceira via quando cita uma crítica de Alain Touraine sobre o pensamento do estadista inglês Blair em uma entrevista concedida por ambos ao jornal Folha de São Paulo. Para Blair, a terceira via é uma social democracia da modernidade, ou seja, uma opção para o centro-esquerda (Folha de São Paulo, 1/1/99, p.12). Gohn acrescenta que a terceira via é, acima de tudo, um força motriz dinamizadora de “*potencialidades e habilidades a serem adquiridas pelos indivíduos por vivermos na tal sociedade informacional/midiática*”, no entanto, a crítica de Touraine sobre o discurso de Blair é de que a terceira via consegue “*ser uma solução de centro-direita e não de esquerda.*” (Folha de São Paulo, 28/1/99). Mas o que tem a terceira via “*a ver com educação não formal*” questiona Gohn na continuidade de sua reflexão? Tudo, ela responde, pois um “*dos eixos principais*” da terceira via é a educação e a autora cita, ainda, um trecho da entrevista de Blair

É necessário um governo ativo na educação, capaz de abrir o acesso ao capital e aos mercados, que promova a competição nos mercados de produtos e coordene a o investimento em infra-estrutura (GOHN, 2005, p.72)

Em outro trecho, ele diz, segundo Gohn:

A meta para a política é aproximar o governo do povo e reestruturar os serviços públicos que cercam as pessoas, em lugar de esperar que as pessoas moldem suas vidas em torno da estrutura do governo.

Porém, nos dias atuais a união entre Estado e terceiro setor toma novos rumos e se torna uma parceria importante entre o *“público estatal com o público não-estatal*.

O terceiro setor entra em cena então com vários sentidos e significados, os *“sentidos históricos diferenciados, em termos de realidades sociais”* têm *“múltiplos significados”*. É uma nova lógica na “ordem social”. O mercado lucra com esta nova “ordem”, pois se beneficia investindo no setor como uma das maneiras de diminuir ou se isentar dos impostos e taxas (GOHN, 2005, p.74).

No final deste século, esta rede de organizações autônomas passou a ter uma compreensão muito próxima relativa às novas tecnológicas e às mudanças no campo social, tendo papel importante na economia formal e na geração de renda. A parceria entre a iniciativa privada e as ONGs foi profícua, pois encontrou um diálogo ávido da parte das últimas. Por outro lado, elas se mobilizaram para alterar o discurso por um Estado que não deveria ser mais criticado e sim implementado através da democratização para o acesso dos cidadãos construindo assim novas demandas e realidades (GOHN, 2005, p.81). Dentro desta perspectiva, houve um grande avanço nas negociações entre o poder público e o terceiro setor com a viabilidade de recursos para implantar seus projetos sociais. A normatização das ações relativas ao “voluntariado” cada vez mais se legitima e exige novas regras na legislação sendo que, aqueles que não defendem esta idéia, mostram a *“independência em relação ao sindicato”* e mais, que o *“trabalho voluntário não possui, até o momento, redes de articulações ou de pressões”* (GOHN, 2005, p. 83). Esta construção está sendo feita; ainda caminhando nos seus primeiros passos

E onde entra a educação não formal neste contexto? As ONGs que trabalham com a educação têm um aspecto interessante a ser considerado quanto ao trabalho que realizam e aos fins educacionais a que se filiam, na realidade atual, como processo

educacional. Este viés de escolha pela educação faz com essa seja conclamada a permear todas as áreas sociais no enfrentamento dos desafios desta nova era tecnológica de um mundo globalizado, além de sua conceituação, para tal perspectiva ser mais ampla, associando educação a outro conceito: cultura, e nesta concepção me reporto então, à reflexão de Gohn:

Neste cenário, observa-se uma ampliação do conceito de Educação, que não se restringe mais aos processos de ensino-aprendizagem no interior de unidades escolares formais, transpondo os muros da escola para espaços da casa, trabalho, do lazer, do associativismo, etc. Com isto um novo campo da Educação se estrutura: o da educação não-formal. (GOHN, 2005, p. 7)

Portanto, as ONGs que lidam como fim estatutário com os processos educativos são, segundo a autora, uma consequência normal das exigências pós-modernas através das alterações sofridas pela sociedade por seus meios de comunicação e suas novas linguagens e, por isto, foram escolhidas para se perceber este novo universo social. O processo de construção da interpretação dos dados desta pesquisa se deu nestes espaços que possibilitaram, pela observação e instrumentos metodológicos, a consecução da mesma.

A escolha para observação e análise de campo por uma APAE (Associação de pais e amigos dos excepcionais), se deu pela viabilidade para a pesquisadora por conhecer pessoalmente o trabalho da Instituição e atual gestão. Nos 18 anos atuando diretamente em questões sociais no município de Sabará, a APAE foi sempre uma parceira em eventos e ações em prol da infância nos quais a pesquisadora se viu envolvida.

As APAES têm, por característica, o aspecto educacional, além de cumprir sua função social com o alunato e com a família deste. É uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos. Uma de suas missões estatutárias reza também ser seu dever possuir correlação com o município na qual está instalada, nas instâncias de *“atendimento e de mobilização da comunidade”*. O primeiro passo tomado, portanto, foi o de procurar a instituição. Por ter um ótimo relacionamento, já de antemão, com a gestora desta, como explicitado anteriormente, a pesquisa foi viabilizada com facilidade, além do privilégio de ter acesso aos arquivos de correspondência da entidade.

A APAE selecionada, ou seja, a da cidade de Sabará está no município há 23 anos. Hoje, possui várias atividades nas áreas propostas pela filosofia das APAES do Brasil, através do “projeto Águia” - Programa de Desenvolvimento Técnico e o Programa de Desenvolvimento Institucional - sendo elas no âmbito educacional, social, profissional ressaltando, nos seus pressupostos, que as ações da escola devem estar coadunadas com as da comunidade entorno.

Foram analisados cinco casos com o levantamento documental através da leitura dos processos, desde a entrada das crianças na APAE até os dias de hoje, sendo que uma delas já está na entidade há oito anos, tendo todo este histórico registrado. Foram também feitas entrevistas com uma aluna que tem frequência de encaminhamento no conselho tutelar do município.

É bom ressaltar, que o público atendido pela APAE é composto de pessoas deficientes como sabido por todos, mas que as amostras escolhidas para estudo não se tratam somente de pessoas com deficiência, mas também de familiares destes, sendo duas crianças de oito anos, duas normais e, uma outra amostra: um menino de dez anos irmão de um bebê registrado na APAE e que a instituição percebeu a necessidade de, por uma questão ética, auxiliar, através de denúncia escrita ao Conselho tutelar, sobre maus tratos vivenciados por estas crianças vítimas da família a que pertencem.

Estas amostras foram selecionadas justamente por suas especificidades e por estarem em situação onde a relação de cooperação e ou conflito entre a ONG, de cunho educacional, e a ação do Conselho Tutelar se fez presente quando no atendimento a crianças vitimizadas pela violência doméstica denunciadas pela ONG em questão.

Em fevereiro de 2004 a diretora da APAE fez uma denúncia junto à delegacia do município de Sabará solicitando a intervenção e solução para o atendimento da aluna Y alegando que

Solicito a intervenção e ajuda na solução do problema abaixo esclarecido, uma vez que o mesmo chegou ao nosso conhecimento desde 2001, já acionamos o Conselho Tutelar e a secretaria de Ação Social e não chegamos a uma solução do caso. Sendo que a aluna é portadora de deficiência mental moderada estando matriculada na APAE desde 2001. Sua irmã XXXX, agora com 14 anos, também portadora de deficiência mental matriculada nesta Escola, também não recebeu o devido cuidado por parte do Conselho. A família tem oito membros sendo o casal e seis filhos. Moram em uma casa de quatro cômodos. Vivem com a aposentadoria

de um salário mínimo do pai. Conforme documento em anexo a esta solicitação já foram internadas na FEBEM por motivo de denúncia de higiene precária, desnutrição, ferimentos e suspeita de abuso sexual do pai sem comprovação. Desde o início de 2003 a aluna Y vem fazendo queixas de que o pai pratica agressão e fica com a mangueira ou pau de vassoura quando a mesma toma banho na escola ou corta cabelo e bate nela por isto. Em casa é proibida de tomar banho. Declara que o irmão pratica ato sexual com ela e a ameaça de bater e matar se gritar ou falar com alguém. (Trecho do ofício enviado pela direção da APAE ao delegado do município de Sabará, 24/02/2004)

Em outro trecho desta solicitação fica claro o conhecimento, por parte do Conselho tutelar, das denúncias feitas pela escola e de sua não intervenção, sendo sabedora da situação familiar específica

O ano passado, quando a aluna passou a fazer a queixa, a professora constatou que a mesma estava machucada (púbis) com ferimento de faca. Vizinhos declaram que a aluna Y é obrigada a se prostituir com rapazes da rua em troca de alimentos. Existe também a denúncia de que o irmão já teve passagem pelo Conselho Tutelar, é usuário de drogas, domina os pais e os agride fisicamente. (trecho do ofício enviado pela direção da APAE ao delegado do município de Sabará, 24/02/2004)

Em abril de 2007, portanto, passados três anos do envio do ofício acima, a diretora da APAE procurou novamente a delegacia da Polícia civil para prestar esclarecimentos relacionados à aluna fulana Y de 24 anos. A diretora referendou a existência do conteúdo de todos os relatórios enviados ao Conselho tutelar pela sua instituição, mas na sua versão junto ao delegado, na presença da escrivã, fez ressalvas quanto à compreensão por parte dos conselheiros que acompanharam o caso, pois discorda da concepção de entendimento sobre o mesmo. Ainda a representante da APAE, declarou que não viu solução do caso, pois o tempo estava passando e apenas resoluções paliativas havia sido feitas.

O referido documento trás à luz uma série de indicativos que podem ser considerados como agentes dificultadores para solução do caso da aluna Y da APAE. Agentes esses que vão desde a inadequação do perfil dos conselheiros, sua capacitação, formação, à inoperância do poder público e à impotência de quem não tem autoridade para agir decisoriamente, no caso, a ONG. O documento está transcrito na integralidade de sentido de sua redação, não tendo sido transcritas falas de baixo calão, quando muito contundentes.

O interrogado disse: Que comparece nesta Especializada a fim de prestar esclarecimentos acerca de fatos relacionados com a aluna Y, 24 anos, portadora de deficiência mental moderada, dependente nas atividades de vida diária e vida prática; Que Y não sabe ler, não escreve e não assina o seu próprio nome; Que no ano de 2004, ao assumir a direção da APAE, a aluna Y passou a procurar a declarante pedindo por socorro, alegando estar sofrendo muito em casa; Que a declarante passou a ouvir Y que alegava estar sofrendo abuso sexual por parte do pai; Que antes de representar nesta Unidade Policial verificou que Y chegava na escola com arranhões, machucados no braço e num determinado dia Y disse que o pai “ enfiava o p... dentro dela “ e a machucava muito; Que a declarante deslocou até esta Unidade Policial e fez uma denúncia sendo a vítima e suspeitos também ouvidos nesta Unidade Policial; Que Y foi submetida a exame no IML, não sabendo a declarante o retorno do exame e a situação real do processo criminal; Que num determinado dia, Y chegou à escola queixando sofrer abuso sexual de pessoas estranhas à casa, citando nomes, dizendo ter recebido de tais pessoas, tendo a declarante procurado a polícia militar, ocasião em que deslocaram até a residência de Y retornando com a mãe da aluna; Que a mãe e filha se confrontaram, sendo a mãe muito agressiva dizendo que Y não prestava e que se entregava “para todo mundo na rua”; Que Y dizia...”mãe você está mentindo e você sabe que não é assim”, não havendo portanto, possibilidade de diálogo com a mãe de Y que apenas sabia agredir com palavras a filha, na frente da declarante e do policial ;

A escola tem uma postura de compreensão sobre as situações acima vivenciadas e as ONGs com finalidades educacionais não se diferem disso. Elas vão em busca de soluções por um sistema de crença e se caracterizam em quatro campos de dimensões, segundo Gohn (2005, p. 98). O primeiro é a aprendizagem política dos “*direitos dos indivíduos enquanto cidadãos*”. O segundo, a capacidade dos “*indivíduos para o trabalho*” em um sistema de crenças nas habilidades e potencialidades. O terceiro se dá na aprendizagem e “*exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários*” visando o cotidiano da coletividade. Por fim, o quarto seria a “*aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal escolar em formas e espaços diferenciados*”. Baseada nestes fundamentos, as ONGs comprometidas se postam em suas ações nos atendimentos que fazem, assim no documento de que se está tratando as providências tomadas pela APAE se pautam dentro destas crenças e se mobilizam dentro do previsto pelo Estatuto da Criança e Adolescente, ou seja

Que a declarante fez um relatório ao Conselho tutelar, levando ao conhecimento daqueles o que estava ocorrendo na residência de Y; Que a declarante gostaria de frisar que Y é muito coerente em seus relatos informando a mesma versão para os professores, enfermeiros, pedagogos e para com a declarante (trecho do relato da representação feita pela diretora da APAE à Unidade policial de Sabará, em abril de 2007).

Que a declarante após procurar a avó de Y, Sr^a . Mn, esta aceitou a cuidar da neta temporariamente, até que a APAE arrume um local para colocá-la definitivamente; Que Sr^a Mn faz tal cobrança a APAE quase diariamente informando que não pretende ficar com a neta; Que após ficar na companhia da avó, Y passou a freqüentar a escola com roupas limpas e com o aspecto físico de felicidade; Que Y declara não querer sair da companhia da avó e que nunca mais quer voltar para

casa, local onde residia na companhia dos pais e irmãos; Que nesta unidade Policial, ao prestar declarações, Y informou na presença da declarante e desta Autoridade Policial que o pai está com um facão para recebê-la e que a avó, Sr^a Mn irá até a casa dela para averiguar a situação; Que até o momento a APAE não conseguiu nenhum lugar que aceitasse a Y; Que no momento Y não mais esta fazendo uso de qualquer tipo de contraceptivo injetável para segurança; Que a declarante, nesta oportunidade solicita às autoridades competentes, autorização para ministrar algum contraceptivo injetável para segurança da própria Y e que determinem um local onde a aluna Y possa viver em segurança; Que Y disse que gosta muito de sua prima M e que tal pessoa chegou a procurar um local com a expectativa de que Y ficasse no local, no entanto não foi aceita, devido o local trabalhar com recuperados ex-usuários de drogas; Que a enfermeira L encontra-se de férias regulamentares podendo prestar depoimento futuramente; Que Y continua sendo acompanhada pela psicóloga V. B. e pela assistente social Lc, ambas funcionárias da APAE Lido e achado conforme manda a autoridade, encerrar este termo que o assina com o (a) declarante e comigo _____, Escrivão (A) que o digitei. (trecho do relato da representação feita pela diretora da APAE à Unidade policial de Sabará, em abril de 2007)

Estar ciente dos fatos não é indicativo de solução para os problemas aventados. O não entendimento dos mesmos e a falta de infra-estrutura por um poder público inoperante reforçam a descrença no sistema, tanto por parte dos conselheiros quanto das ONGs. Esta descrença é cada vez mais latente e corroborada com o passar do tempo e com a ineficácia das ações junto à política pública de proteção à infância. As ONGs que são comprometidas com seus fins estatutários e com a sua crença filosófica no potencial do outro, tomam atitudes efetivas para que, dentro do limite de sua autoridade, possam possibilitar uma solução aos casos atendidos. Na representação de denúncia feita pela diretora da APAE na delegacia de Sabará, estas atitudes ficam claras, mesmo que algumas tomem um rumo paliativo. A compreensão sobre os fatos por parte de profissionais qualificados deixa clara a necessidade de uma maior interlocução entre as partes onde a linguagem seja pautada em pontos de conhecimentos comum a ambos. Uma rede com unicidade de falas seria uma proposta? Continuando então...

Que com autorização desta sobrinha, de pré nome M., a declarante foi autorizada a aplicar trimestralmente uma injeção anticonceptiva na Y; Que os familiares de Y foram chamados no conselho tutelar sendo encaminhado um relatório daquele conselho a declarante, no qual constava que "...o deficiente tem a sexualidade exacerbada, e que Y se insinua para o irmão, uma vez que andava nua dentro de casa e solicitaram a APAE um acompanhamento sistemático da família em casa durante o período em que a aluna Janaina estivesse na escola; Que a declarante respondeu que a família não permitia nenhum acompanhamento da escola, acrescentando ainda que não tinham pessoal para fazer tal trabalho e quando a sexualidade exacerbada, a declarante esclareceu que a deficiente tem a sexualidade como qualquer outra pessoa normal, no entanto ela não tem discernimento nem condições mentais para controlar esta sexualidade, o que às vezes o torna sem limites sexual para manifestar esta sexualidade, e que não era correto usar aquele conceito anterior para o deficiente, acrescentando que a Y era uma deficiente mental moderada e que aprendia por hábitos, isto é, ações repetitivas e que desde criança foi acostumada a andar nua dentro de casa, isto

porque a mãe deixou que Y se habituasse a andar nua, não obtendo nenhum retorno até a presente data do conselho tutelar; Que Y voltou a procurar a declarante dizendo que o irmão estaria fazendo “bobagem” com a irmã de oito anos de idade e que sua irmã estava chorando muito, tendo a escola onde a irmã da Y estudava tomado providências junto ao Conselho tutelar por negligência familiar, sendo ambos os gêmeos retirados do lar, vivendo em uma casa lar; Que recentemente Y começou a se queixar-se do irmão mais novo, W; Que a declarante e demais funcionários da APAE não tomaram nenhuma medida até que Y chegou na escola com o anus sangrando, informação apresentada a declarante pela enfermeira L, e passando dois dias a enfermeira tornou a levar a Y e o fato ao conhecimento da declarante, e Y ao usar o banheiro da diretora a, declarante pode observar que continua sangue junto com a urina de Y, isto porque Y urinou no chão, e ficou constatado que Y não estava menstruada; que após a constatação a declarante acompanhada de Y deslocou até esta unidade policial pedindo providências; que desde então, a declarante começou a procurar algum local onde pudessem encaminhar Y, isto porque ela pedia para não retornar para sua casa afirmando que iria apanhar; Que a declarante observou que todos os familiares da Y declaram que ela mente e que tais coisas não acontecem na casa dela; (trecho do relato da representação feita pela diretora da APAE à Unidade policial de Sabará, em abril de 2007)

Esta situação permanece até os dias de hoje como está posto

Não imagino como possa ser resolvido, afinal o poder público não tem condições de encaminhara esta garota ou sua irmã para nenhum local adequado. Se nem para os ditos normais, os locais já não são convenientes. Por isto estamos com a proposta de solução mais humana para situações como esta.(entrevista - diretora da APAE -fevereiro de 2008).

Gohn, citando a concepção de Touraine trás que, dentro de uma perspectiva histórica, o autor francês defende que a a escola da modernidade e seus tempos posteriores, deve ser “*uma escola para a liberdade do sujeito pessoal, para a comunicação intercultural e para a gestão democrática da sociedade e suas mudanças*” (GOHN, 2005, p. 108).

Por outro lado, Santos nos coloca que, ao tratarmos de democracia, esta sendo “*representativa é, pois, uma positividade e como tal deve ser apropriada pelo campo social da emancipação*” dentro da perspectiva de que a democracia representativa consiga articular com participativa onde

para que tal articulação seja possível é, contudo, necessário que o campo do político seja radicalmente redefinido e ampliado. A teoria política liberal transformou o político numa dimensão setorial e especializada da prática social -espaço da cidadania- e confinou-o ao Estado.(SANTOS, 2005, p.271)

Com este olhar, onde a cidadania toma o sentido ampliado, que vai além do “*princípio de reciprocidade e simetria entre direitos e deveres*” a solidariedade se

torna possível no contexto dos Movimentos sociais (SANTOS, 2005, p. 278)

A diretora da APAE me convidou para ir para o jardim da instituição solicitando que eu interrompesse minha leitura dos processos. Chegando, me falou de sua preocupação com o destino dessas crianças que chegam até lá e não encontram respaldo do poder público para solução de seus problemas. Por três vezes ela tentou criar em Sabará um Conselho do deficiente, mas não encontrou guarida por parte nem mesmo da Associação dos deficientes, por querelas políticas entre os envolvidos na criação. A crença de que a situação seja sempre muito difícil é grande por parte dela. Seu olhar está cansado, e ela vai me mostrando as reformas feitas na APAE e os projetos, mas de repente pára e diz: aqui ainda damos um pouco de alento a estas crianças, mas e lá fora? Tenho um sonho que estou concretizando: a construção de uma casa lar, aqui no nosso terreno, onde então poderemos abrigar casos como os que você tem analisado. Mostrou-me o espaço e disse que já está sendo iniciada a discussão do projeto arquitetônico. Seu olhar voltou a brilhar. Pergunto por que ainda continua nesta história, pois já está aposentada, e ela me olhando de frente: ah! Porque eu acredito. (Diário de campo, fevereiro de 2008)

A crença não se perdeu no discurso e na prática, mas as dificuldades imanentes de situações com o universo social estão a cada dia desgastando, mais e mais, o sujeito que, se percebendo impotente em sua tentativa de movimentar soluções para a demanda que lhe vem às mãos, se sente só e desprotegido.

É trazido agora aqui, além dos quatro casos acima, o do menino D. que no item 4.2 foi relatado na visão dos conselheiros. Ele é uma criança, hoje com 10 anos, mas o documento analisado é da data de 2006 como já descrito acima, portanto D tinha 8 anos quando da leitura deste documento pela pesquisa. D. é uma criança com hiperatividade que tem por irmão um bebê com síndrome de Down. A violência sofrida por ambos é a omissão materna e paterna que se caracterizou de diversas formas. A ação da APAE, durante o período em que se viu envolvida com o caso, foi de confrontos diretos com o Conselho tutelar, indo ela própria encaminhar a situação ao juiz da infância da comarca para tentar uma solução para a mesma, alegando inoperância por parte dos conselheiros de Sabará .

Em umas das correspondências da ONG para o conselho tutelar, a diretora desta se mostra ressentida por tratamento de cobrança dado pelo Conselho junto à APAE. Esta correspondência data de outubro de 2007.

Senhores Conselheiros,
Em junho de 2006 APAE de Sabará encaminhou a este Conselho um documento de aluno D, filho de R e de C solicitando providências junto à família de D, a qual não seguia as orientações médicas no tratamento do aluno, tornando impossível mantê-lo na Escola, pois seu quadro de hiperatividade, sem controle médico,

impede e dificulta sua aprendizagem, assim como o coloca em risco pois se torna agressivo, sobe em lugares de risco, dentre outras atitudes.

Por várias vezes mantivemos contato verbal com este Conselho buscando uma solução para o caso.

Em novembro de 2006, após levamos D neste Conselho e encaminhar o mesmo pra sua casa, com a aquiescência do então residente Sr R, resolvemos suspendê-lo das atividades escolares até que sua mãe o levasse para o tratamento no CAPS Infantil, consulta agendada pela APAE e o medicasse devidamente.

Em março de 2007 encaminhamos um relatório para o DRT R. A., juiz da infância e adolescência de Sabará, solicitando uma providência e esclarecendo que D se encontrava fora da escola o que muito nos incomodava. Tais relatórios citados se encontram na pasta do aluno nesta Instituição.

Até no presente momento não recebemos nenhum retorno deste Conselho, assim como do Fórum.

Esclarecemos que o referido aluno se encontra fora da escola, o que tolhe seu direito, fica o dia inteiro na rua, conforme declaração dos vizinhos, chega tarde em casa, em situação de risco. A mãe não exerce nenhuma autoridade sobre o mesmo e da negligência familiar poderá advir um indivíduo prejudicial á sociedade e a si mesmo.

Gostaríamos de receber um retorno oficial deste Conselho ao que se procede, esclarecendo as providências e resultados obtidos.

Na oportunidade esclarecemos que nunca deixamos de atender este Conselho em todos os seus pedidos, principalmente de relatórios e declarações solicitados.

Julgamos de mau tom a forma de pedido de relatório encaminhado a esta Entidade, uma vez que somos conhecedores e conscientes das nossas responsabilidades como Diretora de Escola. Conhecemos e recorremos ao ECA sempre que necessário. O ofício encaminhado formaliza uma ameaça desnecessária e ao mesmo tempo não cabe a este Conselho tais punições. (trecho da correspondência da diretora da APAE em outubro de 2007 para o Conselho tutelar)

A diretora da APAE, no que se refere ao texto do último parágrafo, relativo à correspondência que foi enviada pelo conselho para a APAE, trás que a Instituição foi ameaçada de punição pelo Conselho por “*não atender prontamente as questões desta criança fazendo-a permanecer na escola, já que esta é a função da escola*” (trecho da correspondência do Conselho tutelar para a APAE em outubro de 2007).

Para outra ONG, já em Belo Horizonte (região nordeste), o Conselho tutelar tem prestado um bom trabalho, mas que muitas vezes a própria ONG se esquece de acioná-lo, pois consegue resolver as questões dentro da própria casa. Esta instituição é um orfanato para crianças que são encaminhadas para lá pelo Conselho ou via judicial, dentro das mais diversas situações e motivos. É uma entidade católica gerenciada por freiras de uma congregação Scolábica onde a pesquisa não pôde se desenvolver da mesma forma que nas outras entidades, já que para as irmãs não há sequer contato com os Conselhos para solicitar ajuda, apenas recebem deles crianças para serem “amparadas” pela Entidade. Já foram procuradas algumas vezes por um conselheiro que foi muito delicado ao encaminhar uma criança, mas além disso não há contatos e, na verdade, a direção da Instituição não vê motivos “para vínculos maiores.” A indiferença pelo trabalho

realizado nos Conselhos foi clara em todas as falas verbalizadas, além dos gestos de certeza e negação ao bater a mão direita sobre a esquerda algumas vezes quando era questionada se havia sentido necessidade de procurar o Conselho para parcerias ou auxílios outros.

Corroborando este depoimento da responsável pela Instituição Scolábica, para um conselheiro tutelar da região nordeste, as ONGs, na sua maioria não procuram o Conselho

É interessante, mas as Ongs não procuram o Conselho e isto eu tenho visto muito, pois já estou no meu segundo mandato. Participei de alguns fóruns de discussão sobre violência, sobre outros temas que são de interesse a todos que lidam com o social e as Ongs vão para fazerem relatos, para assistir. Os representantes conversam sobre as redes de ação, mas não procuram a gente. Não sei nada sobre elas aqui em BH, nem mesmo em conversa com outros conselheiros. Não sei por que. Quem nos procura são as escolas (ENTREVISTA – conselheiro tutelar - 12/2007)

Mesmo tendo clareza da importância de se estar inserido em rede de colaboração e de pertencer a um contexto histórico que possibilitou as práticas de hoje, as ONGs ainda não se interligam com as redes formadas por manifestação delas mesmas. Vivendo entre as paredes de suas instituições, não se relacionando com outros parceiros que não seja para interesses financeiros, pedagógicos ou culturais e similares, mas a relação pela proteção à infância não se dá por entenderem que o problema já é vivenciado pela família, ou pela escola de ensino regular, e que as crianças que lá chegam fazem o caminho inverso, sempre vêm encaminhadas pelos conselhos tutelares. Nos grandes, centros as ONGs têm o seguinte mapeamento: possuem *“treze eixos temáticos que envolvem várias lutas e demandas”* e estes se movimentam de acordo com as demandas que lhe chegam às mãos, porém não se envolvem com o Conselho tutelar, a não ser em casos extremos.

Representantes das organizações não governamentais e conselheiros tutelares muito ainda têm que caminhar para rever as lacunas ainda existentes em suas relações para que a proteção à infância não se torne um elo perdido entre eles.

As ONGs? Até agora só tenho visto ou assistencialismo exagerado, por parte de ONGs religiosas ou muita corrupção e oportunismo (ENTREVISTA - conselheira tutelar – RJ - 01/2008)

4.4 - A fala dos Conselheiros Tutelares pela percepção da escuta : solidão.

Se a relação, na pós-modernidade, perpassa pelas relações individualistas dentro de um contexto social diverso, os atores do conselho tutelar se vêem entre dois pólos de pressão: a sociedade civil e o poder público. Investido de vigor, o poder dominante permanece em seu status de gerenciador das ações, portanto, ao se retirar do personagem conselheiro tutelar, a sua legitimidade e credibilidade de eficácia, retira-se o seu poder e, desvalorizado, se vê desacreditado. Desacreditado, se percebe só. Os que estão no poder, apesar da falácia de um amanhã concretizado na garantia da permanência de uma casa e de formas estáveis de sustento, não garantem a segurança nem mesmo para aqueles que se lhes assemelham e para aqueles a quem dominam, e muitas são as quedas pela ilusão nesta crença do duradouro, por ser dourado o seu discurso. Na era das incertezas nada é garantido “*nenhum emprego, nenhuma posição é inteiramente segura*” respalda Bauman (1998, p.35)

Meio de vida, posição social, reconhecimento da utilidade e merecimento da auto-estima podem todos desvanecer-se simultaneamente da noite para o dia e sem se perceber.

O que mais me incomoda neste meu trabalho é a solidão. Solitário pela impotência e pelo descrédito das pessoas. A gente sempre escuta que o conselho não funciona, que a gente não vai nos locais na hora certa, ora, nós atendemos muito, vivo fazendo hora extra. Mas a gente fica muito sozinha, não tem apoio. Todo mundo teme o conselheiro e ao mesmo tempo não respeita, e o governo não faz nada para nos ajudar a mudar o problema. (ENTREVISTA - conselheira tutelar -RJ - 01/2008)

E, mais uma vez, a verbalização do se sentir só corrobora a análise de Bauman (2000) quando este reflete que os solitários por opção, na pós-modernidade e na própria modernidade, não encontram subsídios no trato com o cotidiano ou instrumentos que tornem suas paixões “*realistas e seus esforços dignos de crédito*”, além de um chão seguro sob seus pés onde a certeza na longevidade “*possa ser guardada e preservada*” (p. 48). Se os solitários opcionais assim se percebem, então aqueles que se vêem como que vitimizados por um sistema e são colocados no lugar solitário, como devem conduzir a sua história a partir de então?

Os profissionais que lidam no cotidiano dentro destas relações humanas se angustiam, e, nos reportando a Sartre (1970, p. 236), diríamos, como ele que “ *Não se trata de uma angústia que levaria ao quietismo, à inação*”, mas a uma angústia simples que é “ *conhecida por todos os que têm responsabilidades*” As ações tomadas quando envolvem o outro requerem responsabilidade para e com este, além de carregar a angústia relativa ao peso desta ação. Porém, Sartre considera que esta carga sobre seus ombros não os impede de agir, e sim mostra que através de uma infinidade de escolhas de caminhos é possível escolher um, e que este toma o patamar valorizado justamente por ter sido o eleito. E se o sujeito a quem é outorgado o dever de agir é impedido por diversas situações em seu dia a dia? A existência humana então cai aos pés do próprio engessamento da vida que lhe cerca gerando a desesperança, descrença e a percepção do só.

Ainda reportando a Sartre (1970, p. 237) uma de suas reflexões sobre o desampar o é de que este “ *implica sermos nós a escolher o nosso ser. O desamparo é paralelo da angústia*”. O desamparo do descrédito é uma das formas de desamparar, assim como todas as outras aqui neste item enumeradas.

Assim, nesta (des)proteção, o sujeito se vê sem saída e a solidão se torna algo doloroso e não apenas o estar solitário com suas reflexões no mundo que o cerca. Viver a solidão e viver na solidão, no pensamento de Pais (2006) são duas faces na interação com o mundo moderno. Segundo ele, a solidão pode ser vivenciada sozinha ou em redes sociais, e ela é uma condição permanente na vida das pessoas. Nas redes sociais a solidão pode ser interpretada como mundos de solidão e mais que, a solidão não é vivida nem em estado puro ou absoluto, ela na verdade é inerente ao homem (Pais, 2006)

Solitária também se faz a vítima que não consegue traduzir, em ato de defesa ou verbalizado, sua impotência diante da violência sofrida. Solitária, por outra vez, é a situação impotente da investigadora desta pesquisa que não tem mecanismos para interferir em prol deste outro, sujeito da mesma, apenas se colocando como um registrador de dados e análises coletadas e interpretadas ao longo dela, ou mesmo que no além disso, na percepção do sentir, dos gestos, de olhares, dos corpos que se mostram à sua frente, dos documentos lidos como história real de um outro.

A esperança, porém, de que “ *não crer em nada significa algo crer*” como bem o disse Bertold Brecht (1987, p.89), diante de tantas incertezas, fez claro uma

certeza, de que a crença em um sistema caótico faz privilegiar o descaso; descaso este perante o estranho que viscoso se molda, insistente em dor, vitimizado muitas vezes e também, pela violência.

Fiquei na rua e nem sei pra onde vou. Me trouxeram para cá só por que eu não quis ficar na escola e nem voltar para casa. Lá só tem tabefe, murro, véio. Eu nem ligo. Queria muito é ter casa. Mas nem ligo. Tô por minha conta, eu e Deus. Também fico aqui, e lá depois eu fujo mesmo, ninguém nota e nem fica preocupado (FALA- menina- Conselho Tutelar- Belo Horizonte- diário de campo - 02/2008)

À pesquisadora, no entanto cabe ainda a comoção e a indignação, além da pergunta sobre a funcionalidade da pesquisa quando o humano se retrata frágil diante dos olhos do pesquisador. Impotência que gera a premência de fazer da pesquisa um pequeno elo entre a contribuição do entendimento e clareamento do objeto, e a reflexão de e sobre o outro (algo pelo qual vale também a pena lutar)

Interessante salientar que a solidão retratada em todos os conselhos investigados surgiu das conversas informais, do fim de tarde regado ao chope, tanto no Rio de Janeiro, quanto em Belo Horizonte. As pessoas assim, mais “soltas”, queriam explicar sua situação e serem ouvidas, mesmo que não houvesse esperança de modificações, elas queriam ser ouvidas.

Os conselheiros são confundidos com funcionários públicos e aí todas as pessoas em geral acreditam que a gente age como um funcionário público que é devagar, pois esta é a fama da máquina burocrática das repartições públicas: serem devagar demais. Mas nós não temos na verdade é a condição de fazer, aí a gente fica muito só. Dá uma sensação de solidão, de ninguém por nós... (ENTREVISTA - conselheiro - Belo Horizonte -01/2008)

Esta solidão persiste? Ela vitaliza as ações? Ou ela é sintoma de apenas algumas situações específicas no cotidiano dos Conselhos? Ela se torna agente influenciador das relações entre conselheiros tutelares e atores dos movimentos sociais?

Eu sofro é com a falta de ética dos companheiros de Conselho, ninguém quer saber de nada, não fazem curso e se fazem é porque foi obrigado. Sofro também com o poder público tão descompromissado, isto dá muita solidão. Não dá nem vontade de vir trabalhar.(ENTREVISTA - conselheira tutelar - Rio de Janeiro- 01/2008)

As prefeituras estão e são muito parciais aos interesses próprios, o que convém e

quando eles ajudam, mas cobrar sempre cobram e nós ficamos na linha de frente. É muito difícil... muito difícil e a gente fica muito só, sem ter para onde correr" (ENTREVISTA - conselheiro tutelar - RJ - 01/2008)

Ai! Olha eu nunca disse isso a ninguém, (e o olhar dela se perde, suspira fundo) eu nem acho o pessoal daqui complicado, eu gosto destas pessoas, são bons colegas, trabalham e trabalham muito. Tenho uma equipe muito a tuante. Às vezes uns enrolam, mas é de cansaço. Os que estão desiludidos, pôxa eles têm motivos mil, mas olha eu sei o que é essa desilusão, é a gente se sentir sozinho e comprometido com o ECA, e a nossa crença de que ele não está errado, mesmo que tenha falhas. O que não está certo é o descaso e o discurso falso de que não fazemos por que não queremos, por parte da prefeitura e de outros órgãos de proteção. Cara, isso dói, e mesmo depois de tanta briga para ter aqui telefone, cadeira, carro, a gente continua sem chão, isto sim é um grande sentimento de solidão (ENTREVISTA - conselheira tutelar - RJ - 10/2007)

O universo dos conselheiros tutelares repleto de tantos antagonismos e dúvidas se molda ainda no campo das incertezas, mas como *“o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”* como diria Certeau (1994, p.38) através desse cotidiano é que a caça às conquistas de credibilidade e legitimidade se farão acontecer.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir, em nenhum momento, foi a intenção desta pesquisa. O aprisionamento das conclusões pode levar a certezas dualísticas na velha convicção humana entre o errado e o certo. Porém, algumas considerações se fazem necessárias para que haja uma contribuição pelo que foi observado no percurso do trabalho.

Caminheiro que, com passos incertos, rastreia ao seu redor em busca das “acontecências”, a escrita rompeu o véu do desconhecido através do campo possibilitando clareza ao conhecimento teórico.

Escrever significa para o poeta romper a muralha atrás da qual se esconde alguma coisa que sempre esteve lá. Sobre este aspecto, a tarefa do poeta não é diferente da obra da história, que também descobre e não inventa: a história como os poetas, descobre, em sempre novas situações, possibilidades humanas ocultas. (Adorno, posfácio in Bauman, 2001, p:231)

Adorno, refletindo em seu posfácio para o livro de Bauman, foi feliz em sua colocação sobre a escrita do poeta e do historiador, peço licença e tomo para a pesquisa a mesma perspectiva de se “romper uma muralha”, mas que, na verdade atrás delas, “as coisas sempre estiveram lá”. Este olhar da descoberta se faz em nós ao nos prostrarmos para a escuta e o olhar de observador. O observador atento deambula, como bem o diz Pais (2006) pelo sujeito de sua pesquisa, percebendo-o mais que um discurso, ele o sente na integralidade de suas falas e no desejo de expor suas verdades, na linguagem de seu corpo, no olhar.

Esta pesquisa pôde perceber, neste deambular, três situações que merecem destaque: a primeira, relativa a busca de um vilão para a história (inclusive se há) e às acusações mútuas entre os atores, seus motivos, suas crenças. A segunda já deambula sobre a *máquina de fragmentação* que provoca o isolamento e por sua vez a solidão destes atores. Por fim, a terceira faz uma reflexão quanto às redes sociais, sua efetividade, sua ideologia como uma possível sugestão às questões levantadas e percebidas durante a pesquisa.

Diante de qualquer situação que exija análise para uma possível conclusão, é do humano sempre buscar motivos para explicar o que nos acontece ou por que os fenômenos permeiam nossas vidas. Buscamos, dentro de uma crença de culpas, quem

é o culpado por tudo. Nesta perspectiva, esta pesquisa procurou entender quais e por que os agentes dificultadores e facilitadores mobilizaram as ações dos atores envolvidos. O Poder Público é o grande vilão? Na verdade, ele se mantém confortável como se pode perceber e culpa a falta de capacitação aliada a um descomprometimento funcional e profissional por parte dos conselheiros tutelares. Se vê possibilitador das condições adequadas para funcionamento e, se estas não estão, alega falta de recursos públicos temporários que, na verdade só chegam se reivindicados de forma contundente pelos Conselhos, como no caso em que foi necessário denúncia ao Ministério público através de um processo por parte deste órgão de proteção, ainda exige fidelidade por parte destes profissionais e os trata como se funcionários públicos fossem. Nas entrevistas juntos aos Conselhos foi unânime a fala de que muitas vezes são cobrados para agirem com agilidade perante os casos em atendimento, mas faltam recursos e infra-estrutura básica para resolução dos mesmos, o que inclusive motivou o fechamento das atividades do Conselho de Sabará. Os gestores se isentam de qualquer responsabilidade por atendimentos não solucionados, pois no poder, fora da *linha de ponta*, não se vêem culpados divulgando mesmo a incompetência por parte dos profissionais mencionados.

Verbalizar as faltas de condições estruturais é uma fala comum a todos os atores conselheiros entrevistados, o que se pode entender que, independente da cidade, se mais cosmopolita ou interiorana, as gestões agem da mesma forma, demonstrando descaso e discurso de falácias. Claro que as ações acontecem, mas as dificuldades que ocasionam o desgaste diário nas relações e nas pessoas são grandes e constantes.

A pesquisa compreendeu que existe uma gestão tripartite relativa à ação de proteção aos direitos da criança, ou seja o Poder Público, os Conselhos tutelares e as ONGs, todos tentando interpretar o ECA e segui-lo de acordo com suas regras e normas, mas a falta de diálogo pela falta de condições no cotidiano torna as coisas muito complexas e por vezes impraticáveis.

Por outro lado, a postura dos conselheiros vivenciando a crença do *laissez faire* na sua atuação, nas pessoas atendidas é também um dificultador sério que compromete os resultados, quase sempre prementes. Culpam as pessoas por não quererem melhoras, culpam os gestores por não darem condições, culpam as ONGs de só se interessarem

pelos recursos financeiros e culpam, por fim os colegas não quererem se capacitar e se tornarem melhores profissionais.

As ONGs acreditam que os conselheiros se tornaram funcionários públicos em ações apesar de terem o conhecimento jurídico contrário a isto. Assim os percebem e crêem agir, ou seja, morosos como o sistema público tendo sempre a certeza de que não vai se efetivar a ajuda necessária e solicitada aos casos propostos. Na verdade, a relação ONG/Conselho Tutelar é uma relação protocolar.

Durante o percurso do trabalho de campo, a interlocução se transformou em escuta atenta dos conselheiros, principalmente os da Zona Sul do Rio de Janeiro rendeu um fruto inesperado: a oralização da solidão vivenciada por todos. O isolamento destes por parte do Poder Público deixando-os à mercê da própria sorte, sem carros, ou sem gasolina, sem escalas para motoristas que cumpram horários dentro das necessidades exigidas pelo dia a dia, sem telefones, ou outros meios de comunicação, aliado a reuniões onde eles não podem participar, pois são do “ *Conselho e não são funcionários públicos*”, segundo estes gestores, fizeram com que o sentimento de solidão fosse conscientizado por todos. Eles sabem que estão na linha de frente das ações. Têm supostamente autoridade e poder, mas a máquina não funciona, pois o quantitativo ainda prevalece sobre o qualitativo, isto é, eles têm um contingente grande de pessoas para atender, (200.000 habitantes por Conselho), sem as condições necessárias para tal. Ficam enfraquecidos na crença de si mesmos, buscam culpados e não têm instrumentos para resolver o problema.

As ONGs por sua vez, verbalizam a solidão, mesmo estando engajadas em redes sociais, se postam nestas dentro de suas necessidades momentâneas, interrompem o processo assim que finda esta necessidade, e se isolam ficando nesta teia de vai e vem promovida entre outros fatores pelos recursos que se extinguem em meio a projetos em andamento. Quando obtêm recursos substanciais, na fala dos conselheiros, se isolam em seus muros para realizá-los ou, se reúnem em redes que lhe são similares aos anseios. No entanto, segundo elas, se firmam na crença de estarem sós no agir quando das parcerias deficitárias com o Poder Público, por estas serem burocráticas e morosas, a não ser que tenham lobistas para intervir por elas e, as que têm, no entanto, para o Poder Público e para os conselheiros, se perdem no que diz respeito à idoneidade pelas facilidades conseguidas.

O Poder Público vive, na reflexão de Arendt (1997), o isolamento de quem se mantém nele. Isolado, não percebe que se torna enfraquecido com a imagem desgastada, enfraquecido, pode ser vencido pela violência que emerge do seio social. O conforto do poder provoca a ilusão de permanência e, ao mesmo tempo, em um processo dicotômico, a insegurança constante de perdê-lo. Com isto, cria mecanismos de coerção através da construção para fragmentação de uma sociedade cada vez mais fluída, como contribui Bauman (2001).

Como terceiro momento de reflexão sobre esta pesquisa, percebeu-se que nos relatos dos representantes das ONGs e dos Conselhos, a crença e ideal das redes sociais têm sido motivadas e movimentadas por conscientizações institucionais como universidades, órgãos públicos, ONGs internacionais que, através de fóruns, encontros e afins reúnem periodicamente os segmentos sociais dos municípios para discussões, trocas de experiências, mobilização. Tornam-se regionais, estaduais, nacionais e chegam a ciclos de debates que tentam construir ações de união entre os grupos.

Porém, o discurso promovido durante estes encontros é na, mais das vezes, um discurso ideológico. As bases que são na verdade as comunidades, as crianças e os adolescentes não são ouvidos, estes são representados pelos gestores das instituições que com seu olhar de permitir ao outro o direito de pertencimento, não lhe coloca a certeza de já pertencer apesar de ser desvalorizado e estar fora do contrato social. Estes encontros são diferenciados do Fórum Social mundial que tem outra característica e não se filia a fins ideológicos, sendo um suporte para a esperança dos Movimentos Sociais e de acordo com o pensamento Santos

As lutas sociais que encontram expressão no FSM não encaixam propriamente em nenhuma das grandes vias de mudança social sancionadas pela modernidade ocidental: a via da reforma e a via da revolução (Santos, 2006, p. 417)

E mais

Não obedece a nenhuma ideologia claramente definida, seja na definição do que rejeita, seja na daquilo que afirma (Santos, 2006, p.416)

A ação é lenta quanto aos resultados quando chega às crianças e ações que devem ser os privilegiados por elas. O processo de demora se torna incompatível com a dor vivenciada pelas vítimas da violência.

Por outro lado, nesta era de incertezas determina das situações são senso comum na sociedade pós-moderna e crianças vítimas de violência é uma delas. As pessoas se comovem e precisam de algo por que lutar, para não se sentirem tão desprotegidas e sós em seus espaços (Bauman, 1998). A sociedade se mobiliza em prol desta infância perdida, apesar de ainda os desencontros entre os atores de proteção terem causas complexas e muito dos discursos não saírem do papel e das falas dos ciclos de debates ,segundo entrevistas feitas por esta pesquisa, e ser esta a fala comum a todos os atores, conselheiros e representantes dos movimentos sociais.

A violência doméstica explicitada na leitura dos documentos pesquisados e as ações estabelecidas para sua solução demonstrou a lenta trajetória da prática que se contrapõe aos discursos e as leis vigentes.

O ECA, desconhecido ainda por tantos atores que, no cotidiano, lidam diretamente com a infância e que, segundo muitos conselheiros, nem sequer saem das prateleiras das instituições, é alvo de críticas sem respaldo de leitura e discussão.

As motivações para que a violência doméstica ainda aconteça, e cada vez mais incentivadas pela mídia, fazendo emergir o que já está latente em alguns, traz á tona a certeza de que muito ainda há a percorrer neste caminho. Afinal, lembrando o mestre Rosa: nesta vida as travessias são muitas e quão desconhecidas ainda pelo olhar humano.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1997.
 _____ . **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1998

AZEVEDO, Maria Amélia. **Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviani Nogueira de Azevedo (Orgs.). **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1997.

BACCINI, Bernadete de Lourdes Salles. O perfil do conselheiro tutelar. In: ANDI - Agência Nacional de Direitos da Infância; CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; UNICEF. (Org.). **Ouvindo conselhos**. Democracia participativa e direitos da infância na pauta das redações brasileiras. 1 ed. Brasília: , 2005, v. 1, p. 74-76. (Mídia e mobilização social ;8.)

BALANDIER, Georges. **O Contorno – poder e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____ **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____ **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____ **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER Sonia. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº.8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 16/10/2007.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução n. 75 de 22 de outubro de 2001. In: BRASIL. CONANDA. Cartilha de orientação aos municípios e comunidades. Brasília: CONANDA, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência Intra-familiar: Orientações para práticas em serviço**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Programa de aceleração do crescimento 2007-2010 - PAC Criança – In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Cartilha de orientação à sociedade civil e agentes comunitários**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRECHT, Bertold. **Poemas**. São Paulo: Brasiliense, 1987

BOBBIO, Noberto. **O Problema da Guerra e as Vias da Paz**. São Paulo: Unesp, 2003.

BOBBIO, Noberto; MATTENCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1993.

CERTEAU, Michel de. **Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CODO, Wanderley (Coord.). **Educação: carinho e trabalho**. Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação. Petrópolis: Vozes, 1999.

FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martin Fontes, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

HABERMAS, Jurgen. **Sociologia**. Seleção e tradução de Bárbara Freitag e Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ática, 1980. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 15)

LOIOLA, Elizabeth, MOURA, Suzana. **Análise de Redes: Uma contribuição ao estudos organizacionais**. In: FISCHER, Tânia. *Gestão Contemporânea*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EDUP, 1986.

MELO RICO, Elisabeth de. O empre sariado, a filantropia e a questão social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 58, ano 119, nov. 1998, p. 24 - 40.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **O trabalho de campo como descoberta e criação**. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1997.

ONU- UNICEF- **Declaração Universal dos Direitos das Crianças/UNICEF**, de 20 de novembro de 1959.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates** - banquete. São Paulo: Martin Claret, 2006.

PAIS, José Machado. **Nos Rastos da Solidão**: deambulações sociológicas. Porto: Âmbar, 2006.

PAPEIS. In: Aulete digital. Disponível em <http://www.auletedigital.com.br>. Acesso em 7/11/2008.

SANT'ANA, Sílvio. **Proposta de Alteração do Marco Jurídico para OSCips/ONGs** – Brasília: FGEB, 1996.

SANTOS, Boaventura S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2005.

_____ **A gramática do Tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006

SARTRE, Jean-Paul. **O Existencialismo é um humanismo**. Lisboa: Presença, 1970.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Editora, 2002.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor** – regulação no Brasil. São Paulo: IGIFEI, 2000.

UNICEF- Relatório anual da infância 2007. **Mulheres e crianças, o duplo dividendo da igualdade de gênero**. New York/ USA: Divisão de comunicação da UNICEF. 2007

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)